

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA E
A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO: O
CASO DA UFSM E DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES
DE SANTA MARIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Jonas Carniel de Macedo

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

**CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA E A
INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO: O CASO DA
UFSM E DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES DE SANTA
MARIA**

Jonas Carniel de Macedo

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas do Programa de Pós-Graduação em Administração, Área de Concentração em Sistemas de Gestão e Estruturas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas.**

Orientador: Prof. Dr. Eugênio de Oliveira Simonetto

Santa Maria, RS, Brasil

2015

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Carniel de Macedo, Jonas
CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA E A INSERÇÃO
NO MERCADO DE TRABALHO: O CASO DA UFSM E DAS ORGANIZAÇÕES
MILITARES DE SANTA MARIA / Jonas Carniel de Macedo.-2015.
135 p. ; 30cm

Orientador: Eugênio de Oliveira Simonetto
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Administração, RS, 2015

1. Cursos de Formação Inicial e Continuada 2. Educação
Profissional 3. Programa Nacional de Acesso ao Ensino
Técnico e Emprego 4. Mercado de Trabalho I. de Oliveira
Simonetto, Eugênio II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Administração**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA E A INSERÇÃO
NO MERCADO DE TRABALHO: O CASO DA UFSM E DAS
ORGANIZAÇÕES MILITARES DE SANTA MARIA**

elaborada por
Jonas Carniel de Macedo

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Gestão de Organizações Públicas

COMISSÃO EXAMINADORA:

Eugênio de Oliveira Simonetto, Dr. (UFSM)
(Presidente, Orientador)

Marcelo Trevisan, Dr. (UFSM)

Luciano Caldeira Vilanova, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 17 de dezembro de 2015

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Santa Maria pela oferta desse curso de mestrado profissional, oportunizando-me a qualificação para o desempenho de minhas atribuições como servidor público desta instituição.

Ao Prof. Dr. Eugênio de Oliveira Simonetto, por aceitar o desafio de me orientar e por fazer das orientações momentos de estímulo, cobranças e, sobretudo, de amizade.

Ao Prof. Dr. Luciano Caldeira Vilanova, por oportunizar-me o ingresso na equipe gestora do PRONATEC, permitindo com que eu fizesse parte dessa etapa tão marcante da história do CTISM e, posteriormente, pudesse dissertar sobre esse assunto no curso de mestrado. Agradeço-o também por ter participado da comissão examinadora, contribuindo para melhorar ainda mais o meu estudo.

Ao Prof. Dr. Marcelo Trevisan, pela dedicação como professor da disciplina que considero a mais importante e complexa do curso. Da forma como foi ministrada, transformou-se em um espaço não somente de transmissão de conhecimento, mas principalmente de construção de ideias e soluções, frutos de amplos debates proporcionados pela metodologia adotada pelo professor. Também o agradeço pela participação na comissão examinadora e pelas contribuições que além de melhorarem o resultado final do trabalho, tornaram menos complicada a sua elaboração.

A todos os professores e servidores técnico-administrativos que tornaram a minha caminhada no mestrado menos árdua e mais direcionada, seja por meio de aulas, conselhos ou dicas.

Aos colegas de curso pelos momentos de convivência, pela troca de experiência e, principalmente, pela construção coletiva de conhecimento.

À minha colega de trabalho, Maria Inez Both Bolzan, pelo incentivo permanente desde o momento da elaboração do projeto, pelas orientações e pelo suporte que me prestou, colaborando para a minha aprovação na seleção para ingresso no curso.

Aos colegas do Departamento Administrativo, pela camaradagem e por compreenderem a impossibilidade de me dedicar integralmente ao serviço e que, muitas vezes, mesmo diante da sobrecarga de trabalho, não mediram esforços para solucionar os problemas.

Aos meus compadres e comadres, pelo apoio durante esses dois anos e por compreenderem minha ausência em determinados encontros, principalmente, nos finais de semestre.

À minha família, especialmente meus pais. Saibam que mais do que o incentivo e a cobrança, é o exemplo e a própria história de vida de vocês que demonstram que a educação transforma a realidade das pessoas.

À minha esposa, amiga, companheira, colega de UFSM e parceira nessa etapa. Mine, sem teu amor, apoio, estímulo e colaboração, o momento de escrever estas palavras não teria chegado. Tu sabes o quanto é difícil esta etapa, pois havia passado recentemente por ela. Então, soubeste me aconselhar, me acalmar e me fazer acreditar que seria possível, assim como realmente foi. Não tenho palavras para te agradecer por tudo o que representas na minha vida.

E finalmente, agradeço a Deus por iluminar a minha trajetória, e por permitir que eu concluísse esta etapa sem maiores percalços.

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Constituição da República Federativa do Brasil – 1988 – Art. 205

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Administração
Universidade Federal de Santa Maria

CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA E A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO: O CASO DA UFSM E DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES DE SANTA MARIA

AUTOR: Jonas Carniel de Macedo

ORIENTADOR: Prof. Dr. Eugênio de Oliveira Simonetto

Data e local da defesa: Santa Maria, 17 de dezembro de 2015.

Educação e trabalho são direitos inter-relacionados que o cidadão brasileiro adquiriu ao longo da história do país e que, no atual contexto social, imerso na globalização e na tecnologia, assumem uma interdependência ainda maior entre si. O presente estudo tem como objetivo verificar a inserção no mercado de trabalho dos egressos dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), realizados mediante articulação entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e as Organizações Militares de Santa Maria, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). A pesquisa foi desenvolvida em forma de estudo de caso, com vistas a diagnosticar a situação dos egressos em relação ao mercado de trabalho e a influência da realização do curso para essa circunstância. A coleta de dados ocorreu por consulta a documentos e registros e por aplicação de questionários aos egressos dos cursos FIC realizados no Colégio Técnico Industrial. Os egressos dos cursos FIC nos anos de 2012, 2013 e 2014 foram os sujeitos da pesquisa. Os resultados apresentam um diagnóstico da atual situação dos cursos FIC em termos de efetividade, identificando suas limitações e propondo-se medidas que possam aumentar a contribuição desses cursos de Educação Profissional para a inserção do jovem no mercado de trabalho e para incentivar a continuidade dos estudos.

Palavras-chave: Educação Profissional. PRONATEC. Cursos FIC. Mercado de trabalho.

ABSTRACT

Master Degree Dissertation
Post-Graduation Program in Business Administration
Federal University of Santa Maria

INITIAL AND CONTINUING EDUCATION COURSES AND THE WORK MARKET PLACEMENT: THE CASES OF UFSM AND MILITARY ORGANIZATIONS IN SANTA MARIA

AUTHOR: Jonas Carniel de Macedo
ADVISOR: Prof. Dr. Eugênio de Oliveira Simonetto
Place and Date of defense: Santa Maria, 17th December 2015.

Education and work are interrelated rights that the Brazilian citizen acquired along the history of the country and, regarding the current social context, immersed in the globalization and technology, these rights assume an even bigger interdependence. The current study aims at verifying the working market placement of the graduates from the Initial and Continuing Education courses (FIC) carried out by the articulation between Federal University of Santa Maria (UFSM) and the Military Organizations from Santa Maria in the National Program of Access to Technical Education and Employment (PRONATEC) sphere. This research was developed as a study of case in order to diagnose the situation of the graduates considering the working market and the influence of taking the course to reach such objective. The data collection was done through the consultation of documents and records and through questionnaires given to the FIC graduates at Industrial Technical School. The FIC graduates from the years of 2012, 2013 and 2014 were the subjects of this research. The results present a diagnosis of the current situation of FIC courses in terms of effectiveness identifying limitations and suggesting measures that can improve the contribution of these Professional Education courses to place the youth in the working market and encourage them to keep studying.

Keywords: Professional Education. PRONATEC. FIC Courses. Working Market.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese do histórico da educação profissional no Brasil República.....	31
Quadro 2 - Resumo dos cursos e número de vagas pactuados para o BFT 2012.....	52
Quadro 3 - Resumo dos cursos e número de vagas realizados no BFT 2012.....	53
Quadro 4 - Resumo dos cursos e número de vagas realizados no BFT 2013.....	53
Quadro 5 - Resumo dos cursos e número de vagas realizados no BFT 2014.....	54
Quadro 6 - Quadro resumo dos cursos da área de Mecânica com a descrição sintética das atividades do profissional, carga horária do curso e nível de escolaridade exigido para frequentar o curso.....	55
Quadro 7 - Quadro resumo dos cursos da área de Tecnologia da Informação e da área de Eletroeletrônica com a descrição sintética das atividades do profissional, carga horária do curso e nível de escolaridade exigido para frequentar o curso.....	56
Quadro 8 - Número de egressos por curso e por ano de conclusão.....	59
Quadro 9 - Número de egressos militares temporários por curso e por ano.....	60
Quadro 10 - Síntese dos Resultados.....	113

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Graduação militar dos egressos	75
Gráfico 2 - Escolaridade dos egressos.....	77
Gráfico 3 - Escolaridade dos egressos – detalhado.....	78
Gráfico 4 - Faixa etária dos egressos	79
Gráfico 5 - Porcentual de egressos civis e militares.....	82
Gráfico 6 - Tempo decorrido desde a saída das Forças Armadas.....	83
Gráfico 7 - Situação ocupacional dos egressos.....	84

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação gráfica do caso estudado em relação ao PRONATEC.....	47
Figura 2 - Representação gráfica das fases do estudo.	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de egressos militares por área do curso.....	72
Tabela 2 - Número de egressos militares temporários por curso.....	72
Tabela 3 - Número de alunos que realizaram mais de um curso	73
Tabela 4 - Número de egressos nascidos e residentes por região do Rio Grande do Sul (RS)	74
Tabela 5 - Número de egressos segundo a Organização Militar (OM) de origem.....	76
Tabela 6 - Respondentes por área do curso	81
Tabela 7 - Respondentes por curso	81
Tabela 8 - Motivo que levou o egresso a matricular-se no curso	83
Tabela 9 - Egressos que trabalham na área em que se formaram.....	85
Tabela 10 - Satisfação dos egressos em relação a sua atividade profissional na atualidade.....	85
Tabela 11 - Remuneração em relação à média do mercado	86
Tabela 12 - Carga horária semanal de trabalho.....	86
Tabela 13 - Vínculo empregatício	87
Tabela 14 - Classificação do porte da empresa – indústria	88
Tabela 15 - Tempo em que trabalha na área profissional do curso.....	89
Tabela 16 - Necessidade da capacitação obtida com o curso para o trabalho atual.....	90
Tabela 17 - Relação entre o trabalho atual e a área do curso	90
Tabela 18 - Exigência da capacitação profissional na atualidade.....	91
Tabela 19 - Localização do trabalho atual	92
Tabela 20 - Principal objetivo ao concluir o curso FIC	92
Tabela 21 - Egressos que após a conclusão do primeiro curso, concluíram ou estavam cursando outro curso FIC.....	94
Tabela 22 - Relação entre a área profissional do curso com o curso FIC anterior	94
Tabela 23 - Número de egressos que após a conclusão do curso FIC cursou ou está cursando algum curso de nível técnico ou superior	95
Tabela 24 - Relação entre a área profissional do curso técnico ou superior com a área do curso FIC.....	95
Tabela 25 - Curso técnico ou superior na mesma instituição do curso FIC	96
Tabela 26 - Nível de ensino do curso.....	96
Tabela 27 - Tipo de escola em que cursou o ensino fundamental	97
Tabela 28 - Tipo de escola em que cursou ou cursa o ensino médio	98
Tabela 29 - Nível de escolaridade do pai	98
Tabela 30 - Nível de escolaridade da mãe	99
Tabela 31 - Nível de escolaridade atual do egresso	100
Tabela 32 - Renda mensal.....	101
Tabela 33 - Egressos civis que possuem trabalho por área de formação	102
Tabela 34 - Egressos civis empregados com carteira assinada.....	102
Tabela 35 - Relação entre o trabalho e a área de formação – egressos civis.....	103
Tabela 36 - Egressos civis que em algum momento trabalharam na área de formação.....	104
Tabela 37 - Relação entre o trabalho e o curso - egressos civis.....	104
Tabela 38 - Grau de satisfação e situação do egresso.....	106
Tabela 39 - Relação entre grau de satisfação e o trabalho na área de formação.....	106
Tabela 40 - Grau de satisfação e relação do trabalho com o curso.....	107
Tabela 41 - Relação entre renda mensal e grau de satisfação com o trabalho	107
Tabela 42 - Relação entre escolaridade e empregabilidade – egressos civis	109
Tabela 43 - Relação entre trabalho e área de formação – egressos civis.....	109
Tabela 44 - Relação entre renda mensal e escolaridade – egressos civis.....	110

Tabela 45 - Relação entre renda mensal e escolaridade – egressos militares.....	111
Tabela 46 - Relação entre escolaridade do egresso e escolaridade dos pais	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	Auxiliar de Eletricista
AM	Ajustador Mecânico
BFT	Bolsa-Formação Trabalhador
CEB	Câmara de Educação Básica
CEBTT	Coordenadoria de Educação Básica Profissional e Tecnológica
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEFET-GO	Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEFET-RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Ceslo Sckow da Fonseca
CNC	Comando Numérico Computadorizado
CNE	Conselho Nacional de Educação
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento Econômico
COTER	Comando de Operações Terrestres
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CST	Curso Superior de Tecnologia
CTISM	Colégio Técnico Industrial de Santa Maria
DREC	Departamento de Relações Empresariais e Comunitárias
DM	Desenhista Mecânico
EaD	Educação à Distância
EBST	Estágio Básico de Sargento Temporário
EE	Eletroeletrônica
EIPBT	Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino médio
EM INC	Ensino médio incompleto
e-Tec Brasil	Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIC	Formação inicial e continuada
FUNCEB	Fundação Cultural Exército Brasileiro
FUND	Fundamental
FUND INC	Fundamental incompleto
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFE	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia
IRRC	Instalador e Reparador de Redes de Computadores
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MD	Ministério da Defesa
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combata à Fome
Mec	Mecânica
MEC	Ministério da Educação
MPE	Montador de Painéis Elétricos
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTur	Ministério do Turismo
OF CNC	Operador de Fresadora com Comando Numérico Computadorizado
OM	Organizações Militares
OMU CNC	Operador de Máquinas de Usinagem com Comando Numérico Computadorizado
PIPMO	Programa Intensivo de Formação de Mão de Obra

PROEJA	Educação Profissional integrada a Educação de Jovens e Adultos
PRONATE C	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSC	Projeto Soldado Cidadão
PU CNC	Programador de Usinagem com Comando Numérico Computadorizado
PW	Programador WEB
RCE	Reparador de Circuitos Eletrônicos
Rede EPT	Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RS	Rio Grande do Sul
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIE	Sistema de Informações Educacionais
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SMI	Serviço Militar Inicial
SP MIGMAG	Soldador no Processo MIG/MAG
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
SUP INC	Superior incompleto
TI	Tecnologia da Informação
TM	Torneiro Mecânico
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A - Modelo de questionário utilizado.....	127
Apêndice B – Roteiro da Entrevista realizada no Estudo Exploratório.....	134

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1 Tema	18
1.2 Delimitação do problema de pesquisa	18
1.3 Objetivos	20
1.3.1 Objetivo geral.....	20
1.3.2 Objetivos específicos	20
1.4 Justificativa	20
2. REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1 Eficiência, eficácia e efetividade na Administração Pública	23
2.2 Educação Profissional no Brasil	25
2.3 O CTISM no contexto da Educação Profissional	32
2.4 Políticas Públicas de Educação Profissional e a Expansão da Rede Federal	35
2.5 O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego	42
2.5.1 A Bolsa-Formação Trabalhador (BFT).....	43
2.6 O Mercado de Trabalho e a Educação Profissional	48
2.7 Os Cursos FIC no âmbito do CTISM	51
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	57
3.1 Abordagem do Estudo	57
3.2 População e Amostra	59
3.3 Técnica de Coleta de Dados	61
3.3.1 Realização do Estudo Exploratório.....	63
3.3.2 Caracterização dos participantes do estudo exploratório.....	63
3.3.3 Resultados do estudo exploratório	64
3.3.4 Aplicação do Questionário.....	67
3.3.5 Teste Piloto	68
3.3.6 Tratamento dos Dados	69
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	71
4.1 Perfil da população	71
4.2 Resultados da amostra	80
4.2.1 Fator Empregabilidade	80
4.2.2 Fator Continuidade dos Estudos	93
4.2.3 Perfil Socioeconômico dos Entrevistados.....	99
4.3 Relação entre os fatores	101
4.3.1 Relação entre empregabilidade e a área do curso	101
4.3.2 Satisfação com trabalho	105
4.3.3 Escolaridade e continuidade dos estudos	108
4.4 Síntese dos resultados	112
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120

1. INTRODUÇÃO

A Educação Profissional tem sido uma das políticas prioritárias do atual governo federal. O volume de investimentos destinados a esse segmento aumentou significativamente nos últimos anos, proporcionando uma expansão considerável – tanto em quantidade de vagas ofertadas, quanto em número de matrículas – além da ampliação do número de instituições de Educação Profissional e Tecnológica e da interiorização desse tipo de ensino.

Dentre as ações planejadas para proporcionar essa expansão está o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado pela Lei nº 12.153 de 2011, com a finalidade de ampliar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) aderiu ao PRONATEC por meio de suas Escolas Técnicas vinculadas, dentre elas o Colégio Técnico Industrial (CTISM). Por intermédio de uma articulação entre a UFSM e as Organizações Militares (OM) de Santa Maria, o CTISM ofertou, durante os anos de 2012, 2013 e 2014, cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), no âmbito do Programa Bolsa-Formação do PRONATEC, formando nesse período 368 profissionais.

Diferentemente dos egressos dos cursos técnicos ofertados pelo CTISM, que passam por um período de estágio e recebem um encaminhamento para o mercado de trabalho, os alunos dos cursos FIC interrompem a sua relação com o CTISM imediatamente após a conclusão do curso e o recebimento do certificado. Não se conhece, portanto, a situação desses egressos quanto a sua inserção no mercado de trabalho, fato que impede uma avaliação mais criteriosa dos cursos FIC ofertados, causando uma lacuna de informações para o planejamento de novos cursos ou manutenção dos atuais.

A Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, incorporou a eficiência aos princípios da Administração Pública Brasileira. Além disso, a mudança do modelo burocrático para o modelo gerencial suscitou o desenvolvimento de métodos e técnicas baseados na moderna administração, incluindo a assimilação de conceitos e a adoção de processos fundamentados também na eficácia e na efetividade.

A ausência de informações sobre a situação dos egressos inviabiliza uma análise quanto à efetividade do programa. Nesse contexto, o pouco conhecimento da trajetória dos egressos na sociedade e no mercado de trabalho pode comprometer uma atuação mais segura da instituição. Projetos que realizam o acompanhamento de estudantes e de egressos, como o

implementado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás, exemplificam a importância dessa prática.

O acompanhamento dos egressos, por sua vez, deve avaliar as condições de trabalho e de renda dos profissionais, o seu campo de atuação profissional no mercado de trabalho, a avaliação que ele faz da Instituição e do seu curso agora como egresso e as suas expectativas quanto à formação continuada. (CEFET-GO, 2008, p. 5).

Diante disso, esse estudo pretende realizar um diagnóstico da atual situação dos egressos dos cursos FIC ofertados pelo CTISM em relação ao mercado de trabalho, buscando fornecer subsídios para a gestão dessa unidade da UFSM avaliar e planejar novas ações no âmbito do PRONATEC.

Além disso, os resultados obtidos podem auxiliar as OM de Santa Maria a delinear novas ações de capacitação para o seu quadro de pessoal, inclusive através de parcerias com outras instituições de ensino, capazes de qualificar o trabalho dos militares tanto no âmbito interno, durante o serviço ativo nas Forças Armadas, quanto no âmbito externo, após a sua desincorporação.

1.1 Tema

Educação Profissional: a relação entre a realização de cursos de formação inicial e continuada e a inserção dos egressos no mercado de trabalho.

1.2 Delimitação do problema de pesquisa

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado pelo Governo Federal em 2011 e um dos seus objetivos é aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional. Dentre as suas principais iniciativas está a Bolsa-Formação por meio da qual são oferecidos, gratuitamente, cursos técnicos para quem concluiu o Ensino Médio e para estudantes matriculados no Ensino Médio, e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional aos trabalhadores.

A previsão inicial de atingir 8 milhões de matrículas até o final de 2014 foi superada, de acordo com o Ministério da Educação, e o programa passou a ser considerado um sucesso pelo Governo Federal, que lançou no dia 18 de junho de 2014 a segunda etapa do programa, chamada de PRONATEC 2.0, com meta de atingir 12 milhões de matrículas a partir de 2015.

E quanto ao Emprego? Até o momento todos os indicadores disponíveis e divulgados dizem respeito a número de vagas ofertadas, número de alunos matriculados e volume de recursos investidos. Não há qualquer informação a respeito de como está a situação dos egressos dos cursos do PRONATEC em relação ao mercado de trabalho. Portanto, as análises estão restritas à eficiência do programa, mas não estão considerando a sua eficácia e a sua efetividade.

Sendo uma das finalidades do PRONATEC a qualificação dos trabalhadores para ingresso e permanência no mercado, não estaria ocorrendo uma avaliação muito superficial do sucesso do programa, com base apenas em dados dos cursos ofertados?

A UFSM participa do PRONATEC desde 2012, através de suas Escolas Técnicas Vinculadas: CTISM, Colégio Politécnico e Colégio Agrícola de Frederico Westphalen¹. O CTISM, dada sua experiência na área industrial, ofertou cursos de formação inicial e continuada (FIC), por meio de uma articulação entre a UFSM e as Organizações Militares de Santa Maria, qualificando militares que estão no serviço militar obrigatório ou na iminência de deixar o quadro das Forças Armadas.

Durante o período de 2012 a 2014, 345 militares temporários concluíram os cursos FIC ofertados pelo CTISM. A taxa de ocupação das vagas disponibilizadas e a proporção de alunos que concluíram os cursos ultrapassam 99%, demonstrando capacidade da instituição em atender tanto os interesses dos alunos quanto à qualificação profissional que procuram.

Entretanto, em termos de resultados objetivos dessa ação, não se tem informação sobre a inserção desses egressos no mercado de trabalho, o que impossibilita a avaliação da efetividade do programa no âmbito do CTISM e também dificulta o planejamento de novas ações.

Dada a ausência de indicadores sobre egressos dos cursos e sobre a inserção no mercado de trabalho, surge a seguinte questão: que resultados apresenta a realização de cursos de formação inicial e continuada no âmbito do PRONATEC em termos de inserção no mercado de trabalho?

¹ Em 2015 o Colégio Agrícola de Frederico Westphalen desvinculou-se da UFSM e passou a integrar a estrutura do Centro Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Verificar como se configura a inserção no mercado de trabalho dos egressos dos cursos FIC, realizados por meio da articulação entre a UFSM e as Organizações Militares de Santa Maria, no âmbito da Bolsa-Formação do PRONATEC.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) Identificar a situação dos egressos dos cursos FIC, realizados pelo CTISM no âmbito do PRONATEC, em termos de inserção no mercado de trabalho;
- b) verificar se a inserção dos egressos no mercado de trabalho tem relação com a realização dos cursos FIC;
- c) avaliar, a partir da percepção dos egressos, de que maneira a realização do curso FIC contribuiu para a sua colocação no mercado de trabalho;
- d) verificar se os egressos deram prosseguimento aos estudos após a realização do curso FIC;
- e) propor medidas que possam aumentar a contribuição desses cursos como forma de inserir o jovem no mercado de trabalho e incentivar a continuidade dos estudos.

1.4 Justificativa

O atual momento vivido pela sociedade brasileira revela um amadurecimento dos cidadãos, principalmente no que se refere ao seu entendimento do conceito da *res publica*. A exigência de seus direitos, a noção de seus deveres e, sobretudo, a consciência de que aquilo que é público assim deve ser tratado, impõe à Administração Pública a necessidade de romper paradigmas que a tornaram, no decorrer da história do Brasil, sinônimo de incompetência e ineficiência.

As Instituições Federais de Ensino Superior que se fundamentam no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, com a prerrogativa de contar em seu quadro de servidores com pessoas

do mais alto intelecto, selecionadas através de disputados concursos de admissão têm, mais do que qualquer outro órgão público, a necessidade de pautar-se por uma gestão exemplar, administrando seus recursos de forma a atingir o mais alto grau de eficiência possível.

A UFSM tem se mostrado uma instituição de vanguarda em vários aspectos, tornando-se, não por acaso, uma das maiores e melhores instituições públicas de ensino superior do país². Nesse caminho, a Gestão da UFSM, nas suas diversas dimensões, tem apresentado uma coerente evolução através da adoção de ferramentas modernas que buscam aplicar ao gerenciamento das instituições públicas os conceitos da moderna administração. Exemplos disso são o Plano de Gestão 2010-2013 e o Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015, ferramentas fundamentadas do Planejamento Estratégico.

Na Educação Profissional não é diferente. A UFSM, através de suas Escolas Técnicas vinculadas, tem sido reconhecida como instituição de referência na Educação Profissional, acompanhando a consolidação e expansão desse segmento, cujos resultados também têm correspondido às diretrizes adotadas.

Com a expansão do PRONATEC, as Escolas Técnicas vinculadas à UFSM assumiram um protagonismo na oferta de cursos FIC até então restrito aos cursos técnicos. Essa nova realidade trouxe à UFSM pessoas dos mais variados segmentos da sociedade, através de um método de seleção diferente dos tradicionais processos seletivos, e que mediante incentivos do Programa Bolsa-Formação busca atingir uma taxa de conclusão superior à média observada nos demais cursos. A articulação entre a UFSM e as OM é um exemplo dessa nova realidade.

No período de 2012 a 2014 o CTISM realizou 13 cursos FIC, possibilitando a qualificação de militares nas áreas de mecânica, eletroeletrônica e tecnologia da informação. Cerca de 950 mil reais foram investidos para capacitar esses profissionais e deixá-los em melhores condições de competir no mercado de trabalho.

Fundamenta a realização desse estudo, a necessidade de um diagnóstico que aponte se a UFSM está devolvendo à sociedade o profissional capacitado que esta espera. Em síntese, se o estudante dos cursos FIC que tem obtido êxito no acompanhamento do curso, concluindo-o com aproveitamento, está efetivamente ingressando no mercado de trabalho, justificando o volume de recursos que está sendo investido nesse programa. O resultado oportuniza demonstrar à sociedade que uma política pública nacional precisa considerar a realidade local para se traduzir em resultados objetivos, que deverão ser ponderados quando do planejamento de novas políticas nessa área.

² De acordo com o Índice Geral de Cursos (IGC), conceito calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a UFSM é a 16ª melhor universidade do Brasil.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo tem como objetivo discorrer sobre a conceituação de eficiência, eficácia e efetividade, de acordo com os preceitos da Administração Pública Gerencial, bem como a relevância da observação dessas premissas para a qualidade dos resultados das políticas públicas

Posteriormente, apresenta-se o contexto histórico, a conceituação, a evolução e o panorama atual da Educação Profissional no Brasil, além das características que a diferenciam ou assemelham a outros campos da educação, bem como as perspectivas distintas de governos enquanto política pública de desenvolvimento do país.

Em seguida, aborda-se o Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM) por meio de uma retrospectiva histórica desde a sua criação até os dias atuais, destacando-se os principais momentos e contribuições dessa instituição para a Educação Profissional e Tecnológica em termos locais e regionais.

Na sequência, relata-se a expansão e evolução das políticas públicas de Educação Profissional, com ênfase à expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Rede EPT), que culminou com a interiorização e democratização do ensino técnico e tecnológico, alcançando regiões até então desprovidas de qualquer expectativa quanto a essa oportunidade.

Prosseguindo, é explanado o Programa PRONATEC, com foco em uma das suas principais ações, o Programa Bolsa-Formação Trabalhador (BFT), o qual destina-se a promover o acesso dos trabalhadores à Educação Profissional e Tecnológica.

O tópico seguinte analisa a relação entre a Educação Profissional e o mercado de trabalho, exemplificando os fatores históricos, políticos, sociais e econômicos que levaram à interdependência entre esses dois vetores do desenvolvimento da sociedade brasileira.

Por fim, são detalhados os cursos de formação inicial e continuada (FIC) ofertados pelo CTISM no âmbito do BFT, apresentando-se as potencialidades que permitiram gerar, através da articulação com as Organizações Militares de Santa Maria, centenas de vagas para suprir a demanda por cursos nas áreas de mecânica, eletroeletrônica e tecnologia de informação.

2.1 Eficiência, eficácia e efetividade na Administração Pública

A evolução da Administração Pública no Brasil, conceitualmente, parte de um modelo patrimonialista, passando por um modelo burocrático e, posteriormente atingindo o modelo gerencial. Entretanto, na prática, o que se observa atualmente, é que a adoção do modelo gerencial não aconteceu de forma plena, pois ainda podem ser encontrados resquícios tanto do modelo patrimonialista quanto do modelo burocrático.

Pode-se afirmar que a reforma da gestão pública brasileira se iniciou em 1995 com a publicação do Plano Diretor da Reforma do Estado e o envio para o Congresso Nacional da emenda da administração pública que se transformaria, em 1998, na Emenda Constitucional nº 19 a qual, dentre outros propósitos, incluiu entre os princípios da Administração Pública o princípio da eficiência.

A reforma foi executada inicialmente, em nível federal, no Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) cujo titular era o ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira. Com a extinção do MARE, a gestão passou para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), ao mesmo tempo em que estados e municípios passavam também a fazer suas próprias reformas.

A Reforma da Gestão Pública de 1995-98 não subestimou os elementos patrimonialistas e clientelistas ainda EXISTENTES em um Estado como o brasileiro, mas, ao invés de continuar se preocupando exclusivamente com eles, como fazia a reforma burocrática desde que foi iniciada nos anos 1930, avançou na direção de uma administração mais autônoma e mais responsabilizada perante a sociedade. Seu pressuposto é de que a melhor forma de lutar contra o clientelismo e outras formas de captura do Estado é dar um passo adiante e tornar o Estado mais eficiente e mais moderno. (BRESSER-PEREIRA, 2015).

A partir da publicação da Emenda Constitucional nº 19, a eficiência passou a ser não só um princípio constitucional, mas também uma premissa a ser difundida e adotada nos órgãos e instituições da Administração Pública. Para tanto, tornou-se necessário buscar nos autores da Ciência da Administração os conceitos capazes de permear o entendimento do que representa a admissão da eficiência como princípio.

Eficiência é a capacidade de ‘fazer as coisas direito’, é um conceito matemático: é a relação entre insumo e produto (input e output). Um administrador eficiente é o que consegue produtos mais elevados (resultados, produtividade, desempenho) em relação aos insumos (mão-de-obra, material, dinheiro, máquinas e tempo) necessários à sua consecução. Em outras palavras, um administrador é considerado eficiente quando minimiza o custo dos recursos usados para atingir determinado fim. Da mesma forma, se o administrador consegue maximizar os resultados com determinada quantidade de insumos, será considerado eficiente (MEGGINSON et al, 1998, p. 11).

Compreende-se, nessa contextualização, a eficiência relacionada mais aos meios do que aos fins. De acordo Chiavenato (1994), a eficiência refere-se à melhor maneira pela qual as coisas dever ser feitas ou executadas, ou seja, o método, de forma que os recursos sejam aplicados da forma mais racional possível.

Portanto, ser eficiente não significa ser eficaz, mas é justamente a eficácia um outro conceito que necessita ser compreendido quando se pretende adotar na Administração Pública o modelo gerencial.

À medida que o administrador se preocupa em fazer corretamente as coisas, ele está se voltando para a *eficiência* (melhor utilização dos recursos disponíveis). Porém, quando ele utiliza estes instrumentos fornecidos por aqueles que executam para avaliar o alcance dos resultados, isto é, para verificar se as coisas bem feitas são as que realmente deveriam ser feitas, então ele está se voltando para a *eficácia* (alcance dos objetivos através dos recursos disponíveis) (CHIAVENATO, 1994, p. 70).

Em princípio, tanto a eficiência quanto a eficácia devem ser almeçadas, pois ambas representam ganhos de desempenho para a organização. Ao se admitir a eficácia como a capacidade de “fazer as coisas certas” e a eficiência como a capacidade de “fazer as coisas direito”, pode-se inferir que é mais relevante ser eficaz (atingir os objetivos) do que ser eficiente (método utilizado), pois a eficiência, isoladamente, não representa a o alcance de um resultado esperado.

Quando se trata da Administração Pública, devido à amplitude da demanda e à limitação de recursos, a eficácia e a eficiência devem ser igualmente consideradas na condução dos programas, ações e serviços prestados ao cidadão.

Eficácia: basicamente, a preocupação maior que o conceito revela se relaciona simplesmente com o atingimento dos objetivos desejados por determinada ação estatal, pouco se importando com os meios e mecanismos utilizados para atingir tais objetivos. Eficiência: aqui, mais importante que o simples alcance dos objetivos estabelecidos é deixar explícito como esses foram conseguidos. Existe claramente a preocupação com os mecanismos utilizados para obtenção do êxito da ação estatal, ou seja, é preciso buscar os meios mais econômicos e viáveis, utilizando a racionalidade econômica que busca maximizar os resultados e minimizar os custos, ou seja, fazer o melhor com menores custos, gastando com inteligência os recursos pagos pelo contribuinte (TORRES, 2004, p. 175).

Além disso, a Administração Pública baseada no modelo gerencial, incorpora um terceiro conceito: a efetividade. Tão relevante quanto os dois conceitos anteriores, a efetividade analisa em que medida os resultados de uma ação estatal representam melhorias à população-alvo desta ação, ou seja, está relacionada à qualidade do resultado.

Efetividade: é o mais complexo dos três conceitos, em que a preocupação central é averiguar a real necessidade e oportunidade de determinadas ações estatais, deixando claro que setores são beneficiados e em detrimento de que outros atores sociais. Essa averiguação da necessidade e oportunidade deve ser a mais democrática, transparente e responsável possível, buscando sintonizar e sensibilizar

a população para a implementação das políticas públicas. Este conceito não se relaciona estritamente com a ideia de eficiência, que tem uma conotação econômica muito forte, haja vista que nada mais impróprio para a administração pública do que fazer com eficiência o que simplesmente não precisa ser feito (TORRES, 2004, p. 175).

Se nas organizações públicas, as ações devem convergir permanentemente para atingir esses três conceitos, na condução dos programas sociais não deve ser diferente.

[...] é comum encontrar-se na literatura especializada de avaliação referências a dimensões desejáveis de desempenho de organizações e programas avaliados, que se traduzirá aqui por exigências de efetividade, de eficiência e de eficácia dos programas de governo. No uso corrente, a efetividade diz respeito à capacidade de se promover resultados pretendidos; a eficiência denotaria competência para se produzir resultados com dispêndio mínimo de recursos e esforços; e a eficácia, por sua vez, remete a condições controladas e a resultados desejados de experimentos, critérios que, deve-se reconhecer, não se aplicam automaticamente às características e realidade dos programas sociais. (MARINHO, FAÇANHA, 2001, p.2)

Portanto, tratando-se de programas sociais, é indispensável a avaliação em termos de efetividade, pois é a partir desse ponto de análise que se obtém uma real mensuração dos benefícios atingidos pelo público alvo do programa.

É justamente nesse aspecto que encontra uma lacuna de informações do PRONATEC, pois trata-se de um programa considerado eficiente e eficaz, mas cuja efetividade ainda não se conseguiu atestar.

2.2 Educação Profissional no Brasil

A Educação Profissional no Brasil se configurou ao longo de sua história num contexto dualista. Por um lado, apresentava-se como uma das poucas oportunidades para as classes menos favorecidas obterem acesso à educação. Em contrapartida, era rotulada como uma educação de nível inferior, voltada àqueles que não tinham condições econômicas e intelectuais para acesso à educação formal e que deveriam, ao longo de sua vida, dedicar-se a atividades predominantemente manuais e técnicas.

Há dificuldade em se estabelecer um marco histórico da Educação Profissional, pois esta ocorria inicialmente de forma não institucionalizada. Na época da chegada dos portugueses ao Brasil, os povos indígenas existentes possuíam uma característica citada por Manfredi (2003, p. 66): “[...] suas práticas educativas, em geral, e o preparo para o trabalho se fundiam com as práticas cotidianas de socialização e de convivência no interior das tribos, com os adultos”.

Nessa época, a aprendizagem compreendia muito mais um aspecto de sobrevivência do que propriamente de ofício, mas o processo educativo compreendia o “saber” e o “fazer” por meio de execução de diversas atividades da vida em comunidade.

As práticas de aprendizagem efetivavam-se mediante a observação e a participação direta nas atividades de caça, de pesca, de coleta, de plantio e de colheita, de construção e de confecção de objetos. Os mais velhos faziam e ensinavam e os mais moços, observavam, repetiam e aprendiam. (BRANDÃO, 1984, p. 19).

Pode-se atribuir aos povos indígenas, de acordo com Manfredi (2003, p. 67), a condição de “...primeiros educadores de artes e ofícios para as áreas de tecelagem, de cerâmica, para adornos e artefatos de guerra, para a construção de casas e, obviamente, para as várias técnicas de cultivo da terra e para a produção de medicamentos”.

Nos dois primeiros séculos do Brasil Colônia, quando a base da economia era a produção de açúcar no sistema de *plantation*, predominava o sistema escravocrata de produção e organização do trabalho. Esse processo se refletia nos engenhos, ondem também prevaleciam as práticas informais de qualificação para o trabalho.

O sistema escravocrata deixou marcas profundas na construção da representação do trabalho como atividade social e humana, criando a imagem de que todo e qualquer trabalho que exigisse esforço físico e manual fosse considerado um “trabalho desqualificado” (Manfredi, 2003). Ou seja, enquanto os filhos dos colonizadores recebiam uma educação de caráter humanístico-intelectual, os escravos exerciam ofícios elementares, aprendidos na própria prática laboral.

O trabalho manual era considerado uma atividade indigna para o homem branco e livre. Atividades artesanais e manufatureiras, como a carpintaria, a serralheria, a construção, a tecelagem, entre outras, eram repudiadas por se tratarem de ocupações de escravos. A discriminação contra esse tipo de atividade e contra aqueles que a desempenhavam levava muitos a rejeitarem determinadas profissões. Isso resultou no trabalho e aprendizagem compulsórios. Os ofícios eram ensinados aos jovens e às crianças que não tivessem opção, como aqueles advindos das Casas da Roda, garotos de rua e delinquentes. (SALES; OLIVEIRA, 2010, p. 2).

Durante o período colonial, os colégios e as residências dos jesuítas sediados em alguns dos principais centros urbanos foram os primeiros núcleos de formação profissional. Manfredi (2003, p. 69) observa que “...os irmãos-oficiais exerciam e ensinavam ofícios ligados a atividades de carpintaria, de ferraria, de construção de edifícios, embarcações, de pintura, de produção de tijolos, telhas, louças, etc., de fabricação de medicamentos, de fiação e de tecelagem”.

A passagem do Brasil de colônia para império trouxe consigo transformações econômicas e políticas significativas. Do ponto de vista econômico, de acordo com Manfredi

(2003, p. 72), “[...] a economia brasileira deixou de basear-se apenas na agroindústria voltada para o sistema colonial de trocas. Iniciou-se a implantação de atividades e de empreendimentos industriais estatais e privados, para subsidiar o comércio que interessava à Metrópole”. Ao mesmo tempo, segundo Cunha (2000a, p. 59) “...gestou-se a formação do Estado Nacional e a constituição do aparelho educacional escolar, que persistiu por mais de um século, basicamente com a mesma estrutura”.

Na metade do século XIX ocorreram as primeiras iniciativas estatais para a formação do aparelho educacional escolar brasileiro. Entretanto, observa-se que as primeiras instituições públicas fundadas foram as de ensino superior, com objetivo formar pessoas para exercerem funções qualificadas no Exército e na administração do Estado.

Para Manfredi (2003, p. 75) “instituição do sistema educacional principiou pelo topo, ao passo que os demais níveis de ensino – o primário e o secundário – serviam como cursos propedêuticos, preparatórios à universidade”. Nessa época o ensino secundário era ministrado em poucos estabelecimentos. Com o tempo, foi se desenvolvendo, ampliando-se e diferenciando-se, porém, tendo sempre como cunho central a preparação para o ensino superior.

Apesar de a Constituição de 1824 garantir a instrução primária gratuita a todos os cidadãos, conforme Cunha (2000a, p. 71) “a manutenção do regime escravocrata destituiu essa prescrição de bases materiais concretas”, fazendo com o ensino primário não se expandisse com o dinamismo que se esperava.

Nesse período começa a ocorrer, institucionalmente, a separação da Educação Profissional da educação formal, passando aquela a ser ministrada nas academias militares, em entidades filantrópicas e nos liceus de artes e ofícios.

Paralelamente à construção do sistema escolar público, o Estado procurava desenvolver um tipo de ensino apartado do secundário e do superior, como o objetivo específico de promover a formação da força de trabalho diretamente ligada à produção: os artífices para oficinas, fábricas e arsenais. As iniciativas de Educação Profissional, durante o império, ora partiam de associações civis [...], ora das esferas estatais[...]. Por vezes, também, [...] da combinação de entidades e grupos da sociedade civil com o Estado, o qual os apoiava mediante a transferência de recursos financeiros. (MANFREDI, 2003, p. 75-76).

A partir de então começaram a surgir instituições voltadas a formação de mão de obra para grandes empreendimentos manufatureiros. Foram criadas pelo Estado as casas de educandos artífices, envolvendo o trabalho e a aprendizagem compulsória de ofícios aos menores dos setores mais pobres e excluídos da sociedade. De acordo com Sales e Oliveira

(2010, p. 5), “essas instituições adotaram como modelo a aprendizagem de ofícios em uso no âmbito militar, caracterizando-se pela hierarquia e pela disciplina”.

O advento da Revolução Industrial impulsionou o desenvolvimento e a ampliação da Educação Profissional, ainda que a finalidade continuasse voltada para o fornecimento de mão de obra para suprir a demanda crescente de produção de bens para o consumo.

A partir da disseminação das escolas de Artes e Ofícios, as técnicas passaram a ser sistematicamente difundidas com o intuito de preparar gerações vindouras para a continuidade dos ofícios, especialmente no século XVIII, quando a Revolução Industrial inglesa promoveu profundas alterações nas relações de produção e capital e, conseqüentemente, nas estruturas e modelo de educação que deveria suprir o mercado produtivo, dominado pela burguesia emergente. (WITTACZIK, 2008, p. 79).

Em meados do século XIX, surgiram os liceus de arte e ofícios, instaurados em diversas províncias, por entidades da sociedade civil, com acesso aos cursos, de modo geral, livre, exceto para os escravos. Conforme Santos (2003), os liceus de artes e ofícios eram instituições não-estatais, que utilizavam recursos do Estado para a sua manutenção e cujo ensino profissional era voltado para fins beneficentes.

Para Cunha (2000a) as elites intelectuais do Brasil Imperial conformaram-se com a ideia de que a educação do povo, por intermédio do ensino profissional, seria o principal meio de prevenir a contestação da ordem e de mobilizar a força de trabalho para a produção industrial manufatureira.

Esse posicionamento, reforça a aspecto dualístico da Educação Profissional destacado por outra autora:

Durante o Império, tanto as práticas educativas promovidas pelo Estado como as da iniciativa privada pareciam refletir duas concepções distintas, mas complementares: uma de natureza assistencialista e compensatória, destinada aos pobres e desafortunados, de modo que pudessem, mediante o trabalho, tornar digna a pobreza; a outra dizia respeito à educação como um veículo de formação para o trabalho artesanal, considerado qualificado, socialmente útil e também legitimador da dignidade da pobreza. Ideológica e politicamente, tais iniciativas constituíam mecanismos de disciplinamento dos setores populares, no sentido de conter ações insurrecionais contra a ordem vigente e legitimar a estrutura social excludente herdada do período colonial. (MANFREDI, 2003, p. 78).

Sales e Oliveira (2010, p. 6) compartilham do mesmo entendimento ao afirmarem que “durante o Império, o ensino profissional continuou a ser desvalorizado; contudo ocorreu uma ampliação da capacitação profissional compulsória, de caráter assistencialista e moralizador, voltada para os pobres e desvalidos da sorte”.

Para Manfredi (2003, p. 79), os últimos anos do Império e as primeiras décadas da república foram “períodos históricos marcados por profundas mudanças socioeconômicas,

provocadas pela extinção da escravatura, pela consolidação do projeto de imigração e pela expansão da economia cafeeira”. Ainda de acordo com essa autora, os novos empreendimentos e o surgimento de grandes centros geraram novas necessidades de qualificação profissional e novas iniciativas no campo da instrução básica e profissional popular, dando nova configuração ao sistema educacional, bem como à Educação Profissional.

Após a Proclamação da República em 1889, assistiu-se, segundo Oliveira (2003, p. 30), “[...] à penetração do ideário positivista, a um surto de industrialização e ao acirramento dos movimentos anarcossindicalistas”. É no período republicano que ocorre a expansão do ensino profissional, principalmente devido ao aumento da atividade industrial e a consequente ampliação da demanda por mão de obra qualificada.

Oficialmente, a Educação Profissional no Brasil inicia-se com o Decreto nº 7566, de 1909, que criou em dezenove estados brasileiros, as Escolas de Aprendizes Artífices, as quais, conforme Sales e Oliveira (2010) são consideradas por muitos autores como “embriões” dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Essas escolas tinham como finalidade proporcionar às classes proletárias meios para vencer as dificuldades decorrentes do crescimento constante da população das cidades. Dessa forma, seria necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho, que os afastassem da ociosidade, escola do vício e do crime (Brasil, 1909).

Assim, o ensino profissional era visto pelas duas principais correntes do pensamento da República nascente (o liberalismo e o positivismo) como um processo pedagógico tanto preventivo quanto corretivo.

Enquanto pedagogia preventiva, propiciaria o disciplinamento e a qualificação técnica das crianças e dos jovens cujo destino era “evidentemente” o trabalho manual, de modo a evitar que fossem seduzidos pelo pecado, pelos vícios, pelos crimes e pela subversão político-ideológica. Ademais, nas oficinas das escolas correcionais, o trabalho seria o remédio adequado para combater aqueles desvios, caso as crianças e os jovens já tivessem sido vítimas das influências nefastas das ruas. (CUNHA, 2000a, p. 24).

Entretanto, como ressalta Manfredi (2003, p. 80), nesse novo contexto do ensino profissional, “[...] os destinatários não eram apenas os pobres e os ‘desafortunados’, mas sim, aqueles que, por pertencerem aos setores populares urbanos, iriam se transformar em trabalhadores assalariados”.

Colaborou para esse novo cenário, segundo Cunha (2000b), o regime federativo da República que possibilitava a realização de iniciativas pelos governos estaduais, a exemplo de

São Paulo, cujo Liceu de Artes e Ofícios obteve notório desenvolvimento, acompanhando a expansão e a diversificação industrial-manufatureira do estado.

A concepção de Educação Profissional para o trabalho assalariado e para o emprego [...] vai se tornando hegemônica, pois a organização do ensino profissional e os métodos de ensino, antes exclusivamente empíricos e espontâneos das práticas artesanais de aprendizagem, foram adquirindo uma racionalidade técnica, em função do predomínio da “organização científica (capitalista) de trabalho”. (MANFREDI, 2003, p. 94).

O ensino profissional foi objeto de importantes iniciativas, das quais, conforme Cunha (2000b, p. 196), “[...] a maioria frutificou em instituições duradouras. Mudaram os quantitativos, os destinatários, os métodos de ensino e os produtos do ensino profissional no Brasil”.

Wittaczik (2008), sintetiza com propriedade, conforme o quadro 1, a trajetória da Educação Profissional no período republicano, destacando os principais marcos legais, políticos e institucionais, que fizeram desse ramo da educação um importante vetor para o desenvolvimento do país.

O ano de 1927 também merece destaque, pois foi nesse ano que o Decreto nº 5.241 tornou o ensino profissional obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União, nas quais deveriam fazer parte do currículo: desenho, trabalhos manuais ou rudimentos de artes e ofícios industriais e agrários (BRASIL, 1927).

A partir de 1930, com o processo de industrialização apresentando altas taxas de crescimento, o Estado assume papel de incentivador da expansão do ensino profissional. Sales e Oliveira (2010, p. 9), observam que “o incremento do modelo industrial, além de provocar mudanças na estrutura do Estado, [...] fez com que fossem adotadas novas estratégias para a capacitação da força de trabalho”. Nessa conjuntura,

[...] são orientadas políticas no campo da educação com o objetivo de atender às demandas do processo de industrialização e do crescimento vertiginoso da população urbana, começando pela criação do Ministério da Educação e da Saúde em 1930, quando se inicia uma autêntica reestruturação no sistema educacional brasileiro, notadamente no âmbito do ensino profissional, que, ao instituir a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, ampliou os espaços de consolidação da estrutura do ensino profissional no Brasil. (SANTOS, 2003, p. 216).

Ano	Educação Profissional no Brasil
1909	O Decreto-Lei nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, instituiu oficialmente a Educação Profissional brasileira que, vista como instrumento de capacitação ou adiestramento para atender ao crescente desenvolvimento industrial e ao ciclo de urbanização, tinha caráter assistencialista em relação à massa trabalhadora. Ocorreu a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, difundidas com o intuito de preparar gerações vindouras para a continuidade dos ofícios, suprimindo, assim, o mercado produtivo, dominado pela burguesia emergente, formando profissionais advindos das camadas pobres da população. O ensino profissional foi delegado ao Ministério de Indústria e Comércio.
1910	Foram ofertados cursos de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas ministradas nas 19 Escolas de Aprendizes Artífices.
1930	Ocorreu a instalação de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo (início da Industrialização do Brasil). A partir da década de 1930, o ensino profissional se expandiu no Brasil, incluindo, em seu público-alvo, ricos e pobres.
1937	A Constituição de 1937 fez menção às escolas vocacionais e pré-vocacionais como dever do Estado, a quem competia, com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários e associados.
1940	Amplitude de atendimento – criação das instituições responsáveis pela formação de mão-de-obra para os dois principais pilares da economia: a Indústria e o Comércio. Surgimento do chamado Sistema S.
1941	Início da vigência de uma série de leis conhecidas como a “Reforma Capanema” que remodelou todo o ensino no país, e tinha como principais pontos: o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio; o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão; os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio.
1942	Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Secundário.
1943	Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial.
1946	Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Primário, Normal e Agrícola.
1959	As Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais. As instituições ganham autonomia didática e de gestão.
1971	A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, nº 5.692, de maneira compulsória, torna técnico-profissional todo currículo do segundo grau.
1978	A Lei nº 6.545 transforma três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET
1994	A Lei nº 8.948 dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica.
1996	Sancionada a Lei nº 9.394 considerada como a segunda LDB, que dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo separado da Educação Básica, superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social contido nas primeiras legislações de educação profissional do país.
2004	O Decreto nº 5.154 permite a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio.
2005	Publicação da Lei nº 11.195, ocorrendo o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.
2006	O Decreto nº 5.840 institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.
2011	A Lei nº 12.513 cria o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC

Quadro 1 - Síntese do histórico da educação profissional no Brasil República

Fonte: Wittaczik (2008, p. 79-80) e MEC/SETEC (2009, p. 01-06), adaptado pelo autor.

Doravante, o papel central do Estado como agente de desenvolvimento econômico e condutor das políticas educacionais, acabou por legitimar a cisão entre o trabalho manual e o intelectual, refletindo uma estrutura que ressaltava a concordância entre a divisão social do trabalho e a estrutura escolar. Na interpretação de Manfredi (2003, p. 95) tinha-se “um ensino secundário destinado às elites condutoras e os ramos profissionais do ensino médio destinados às classes menos favorecidas”.

Nesse contexto, as primeiras políticas públicas de Educação Profissional mantiveram a dualidade histórica, legitimando o ensino secundário como preparatório e propedêutico ao ensino superior e separado do ensino profissionalizante.

2.3 O CTISM no contexto da Educação Profissional

O CTISM foi criado em 04 de abril de 1967, na gestão do primeiro reitor da UFSM, o Professor José Mariano da Rocha Filho. Nessa fase inicial, foram ofertados cursos técnicos de nível médio em Eletrotécnica e em Mecânica. Era propósito do CTISM, nessa etapa de implantação, formar mão de obra qualificada para atender ao processo de desenvolvimento industrial que a região, bem como todo o país, vivenciou a partir da segunda metade da década de 1960.

De acordo com sua trajetória, em 46 anos de atuação, a cultura pedagógica do CTISM produziu diferentes identificações, relativas a quatro fases de seu processo histórico:

A primeira delas, “fase de implantação”, que se estendeu de 1963 até 1969, correspondeu ao período de criação da Escola e refletiu as transformações técnicas e industriais, bem como os interesses políticos do país no Pós-64. A segunda fase, denominada “fase de afirmação”, de 1970 até 1984, foi o período em que o CTISM buscou afirmar-se e ser reconhecido como um centro de formação técnica de qualidade, colocando os primeiros técnicos no mercado de trabalho regional e do sul do país. A terceira fase desse processo histórico, que pode ser chamada de “fase de revisão”, estendeu-se de 1985 até 2003. Nessa época, o país vivenciou um período de redemocratização, que se refletiu no espaço da Escola pela produção de uma cultura político-pedagógica de participação gradativa da comunidade nas decisões tomadas em âmbito escolar. A quarta fase, chamada de “fase de renovação”, envolve os dez últimos anos, período em que o CTISM passou a ofertar cursos superiores de tecnologia e cursos técnicos profissionalizantes nas modalidades de Educação para Jovens e Adultos (EJA), Educação a Distância (EaD) e Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) no âmbito da Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). (CTISM, 2013).

Os dois primeiros cursos implantados consolidaram-se e são ofertados até os dias atuais, com alguns redimensionamentos para outras modalidades e/ou turnos. Um exemplo é a

oferta de cursos técnicos noturnos. Para viabilizar o acesso dos alunos trabalhadores à Educação Profissional, em 1978, o colégio passou a oferecer o Curso Técnico em Eletrotécnica Noturno e, em 1987, o Técnico em Mecânica Noturno, ambos na forma subsequente ao Ensino Médio.

No ano de 1992, foi criado o Curso Técnico de Segurança no Trabalho, também subsequente ao Ensino Médio e, em 1994, o Curso Técnico em Eletromecânica. Em 1998, o CTISM ofereceu, pela primeira vez, o Ensino Médio desvinculado da formação profissional, num contexto de reformas educacionais implantadas pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Assim como nas demais instituições federais de Educação Profissional, ocorreu no CTISM um período de relativa estagnação, decorrente de políticas que priorizaram reformas legais e estruturais, com pouco investimento na Educação Profissional.

Apesar desse cenário adverso, o CTISM conseguiu implantar em 2002 o Curso Técnico Subsequente em Automação Industrial, o qual viria a ser o embrião de uma nova etapa de desenvolvimento de projetos para novos cursos. Ainda nos anos de 2002 e 2003, o CTISM ofertou, por meio de uma parceria com o Curso de Enfermagem e o Hospital Universitário da UFSM, duas edições do Curso Técnico em Enfermagem para capacitar servidores da UFSM que possuíam Ensino Médio e também Curso de Auxiliar de Enfermagem. Após a aprovação da nova LDBEN em 2006, o CTISM retomou em 2007, a oferta de Ensino Médio integrado à formação profissional para os Cursos Técnicos de Eletrotécnica e Mecânica, ambos diurnos.

A partir desse período, as políticas públicas para a Educação Profissional, implementadas no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, permitiram ao CTISM dar mais um passo na trajetória para tornar-se referência na formação de jovens e adultos para o mercado de trabalho. Em 2007, por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

O PROEJA tem como perspectiva a proposta de integração da educação profissional à educação básica buscando a superação da dualidade trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante. Isto impõe a construção de respostas para diversos desafios, tais como, o da formação do profissional, da organização curricular integrada, da utilização de metodologias e mecanismos de assistência que favoreçam a permanência e a aprendizagem do estudante, da falta de infraestrutura para oferta dos cursos dentre outros. (BRASIL, 2006).

Foi também no ano de 2007 que o CTISM deu mais um salto, com a adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

(REUNI) e ao Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil), instituídos pelo governo federal – cujo principal objetivo é a ampliação do acesso e a permanência na educação superior e técnica de nível médio – houve um aumento significativo do número de vagas ofertadas. A partir dessa adesão, houve também expansão do quadro de professores e servidores técnico-administrativos, construção de novos espaços físicos, implantação de laboratórios equipados com novas tecnologias, biblioteca setorial, além de outros espaços de ensino e aprendizagem.

Com isso, foi possível a implantação de dois cursos superiores de tecnologia (CST): CST em Fabricação Mecânica e CST em Redes de Computadores. Além disso, o CTISM passou a oferecer o Curso Técnico em Automação Industrial na modalidade EaD, atualmente presente em onze cidades-polo do Rio Grande do Sul. Em março de 2010, o Colégio deu início ao Curso Técnico em Eletrônica, na perspectiva de expandir a oferta de cursos técnicos na área de altas tecnologias. Dessa forma, ampliaram-se as opções de qualificação profissional para a comunidade de Santa Maria e Região.

Em julho de 2012, foi implantado o segundo curso na modalidade EaD, o Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho. No mesmo ano, com a adesão do CTISM ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), instituído pela Lei nº 12.513/2011, o CTISM passou a ofertar cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), no âmbito da Bolsa-Formação, a integrantes de Unidades Militares de Santa Maria. Com essa ação, o CTISM vem contribuindo para a inserção de jovens no mundo do trabalho.

Atualmente o CTISM conta com sete cursos técnicos subsequentes ao Ensino Médio: Eletrônica, Eletrotécnica, Eletromecânica, Soldagem, Mecânica, Segurança no Trabalho e Automação Industrial, sendo que os três últimos são ofertados nas modalidades presencial e a distância (EaD). O Colégio conta ainda com quatro cursos técnicos integrados ao Ensino Médio: Eletrotécnica, Mecânica, Informática para a Internet (esse nas modalidades presencial e a distância) e Eletromecânica, esse último na modalidade EJA.

Em 2015 o CTISM deu o passo definitivo para a oferta de Educação Profissional em todos os níveis. Foi criado o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, permitindo ao colégio ofertar o seu primeiro curso de Mestrado. Dessa forma a o CTISM passa a contar não somente com cursos, mas principalmente com experiência em todos os níveis da Educação Profissional, possibilitando aos seus servidores, estagiários e alunos, interação e integração em todos os níveis do ensino, da pesquisa e da extensão desenvolvidos no ambiente da escola.

Devido à posição geográfica de Santa Maria e pelo fato do CTISM ser a única Instituição Federal de formação técnica industrial na Região Central do Estado, ele recebe alunos de diferentes lugares. Após concluírem os cursos, seus egressos atuam em vários estados do Brasil, principalmente na Região Sul, para onde são atraídos por indústrias metalmeccânica, alimentícia, moveleira, de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, entre outras. Os egressos são atraídos também por empreendimentos comerciais, de prestação de serviços, telecomunicações, telefonia, ensino, pesquisa e extensão universitária.

O CTISM é uma Escola Técnica Federal vinculada à UFSM e subordinada à Coordenadoria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica (CEBTT) da UFSM. Sua missão e seus valores compreendem:

“Promover a educação profissional, desenvolvendo conhecimento humano e tecnológico”, fundamentando-se em valores como respeito, ética, responsabilidade, comprometimento, igualdade, sustentabilidade e solidariedade. Tem como visão de futuro “consolidar-se como centro de referência nacional em educação” e também se preocupa em proporcionar atividades didático-pedagógicas consistentes para o desenvolvimento de uma sólida formação científica, tecnológica e humanística que permita a alunos e professores adaptarem-se às constantes transformações do mundo sociolaboral. (CTISM, 2015).

Nessa perspectiva, a fim de formar cidadãos em condições de responder aos desafios do mundo atual, decorrentes da Revolução Técnica e Tecnológica das últimas décadas, as práticas educativas desenvolvidas pelo CTISM têm sido pautadas na provocação de reflexões e no redirecionamento teórico e metodológico. A partir de ações educativas voltadas para a autonomia e para a humanização dos sujeitos, a Instituição busca desenvolver conhecimentos e atitudes que contribuam para a promoção de interferências socioculturais positivas, que favoreçam a cooperação laboral e possibilitem a todos acessarem os benefícios produzidos pela ciência e pela técnica.

2.4 Políticas Públicas de Educação Profissional e a Expansão da Rede Federal

As políticas públicas educacionais no Brasil, tal qual o desenvolvimento do país, apresentam ao longo da história, a influência do poder político dominante. Seja qual for o período de análise, é possível constatar a diretriz governamental sobre as políticas educacionais e as suas mudanças com as trocas de governo, o que de certo modo, concebe a educação como política de governo e não de Estado.

Segundo Manfredi (2003), por razões econômicas, que visavam a formação da força de trabalho capaz de realizar o projeto de desenvolvimento assumido pelo Estado; e ideológicas, que se propunham a estruturar um quadro geral e simétrico que abrangesse todos os tipos de ensino; o sistema escolar manteve a dualidade histórica entre Educação Profissional e Educação Formal.

Em 1942, no contexto da ditadura varguista, foi realizada a Reforma Capanema, que estruturou o ensino profissional, através das Leis Orgânicas, determinando que o acesso ao ensino superior dos egressos dos cursos técnicos industriais, agrícolas e comerciais deveria se restringir às carreiras diretamente ligadas àqueles. Desse modo, instituiu-se um sistema educacional dualista, que formava, por um lado intelectuais (ensino secundário) e por outro, trabalhadores (cursos profissionais), estabelecendo-se a denominada dualidade estrutural. (SALES; OLIVEIRA, 2010, p.10).

Conforme observa Saviani (2005), a concepção dualista de ensino se evidencia no momento em que se estabelece como objetivo da reforma do ensino secundário, a formação das elites condutoras. Depreende-se então, em contrapartida, que o objetivo do ensino técnico seria a formação do povo conduzido. Para o autor, esse dualismo era contraditório ao ideário renovador que preconizava uma educação comum, destinada a todos, independentemente de sua origem e condição social.

Com a redemocratização do país e a nova constituição de 1946, que definiu como privativa da União a competência para fixar as diretrizes e bases da educação nacional, a referida dualidade começa a ser rompida. Inicialmente, pelas leis de equivalência (nº 1.076/1950 e 1.821/1953) e, posteriormente, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei. nº 4.024/1961) que, de acordo com Sales e Oliveira (2010, p. 10), “estabeleceu a equivalência geral entre todos os ciclos e ramos do ensino médio, para efeito propedêutico”.

Durante a ditadura militar, a partir de 1964, a Educação Profissional permaneceu vinculada ao processo de industrialização, pois nesse período o Estado continuou sendo o principal financiador dos planos, projetos e programas de investimento que apoiaram o parque e o empresariado industrial.

Os governos militares (de Castelo Branco a João Baptista Figueiredo – 1964 a 1985) optaram por uma estratégia de desenvolvimento voltada para os grandes projetos nacionais: a construção dos polos petroquímicos do Rio Grande do Sul, a expansão dos núcleos de exploração e produção de petróleo na bacia de Campos, na Bahia e no Sergipe, a construção das hidroelétricas de Itaipu, os polos agropecuários e agrominerais da Amazônia, fazendo surgir a necessidade de desenvolver vários programas que requeriam mão de obra em massa. Daí a revitalização do PIPMO – Programa Intensivo de Formação de Mão de Obra. (MANFREDI, 2003, p. 104).

Os convênios do PIPMO abrangiam treinamentos ministrados pelas instituições de formação profissional, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e pelas

escolas técnicas da rede federal, visando uma capacitação rápida e imediata dos trabalhadores. Esses cursos tinham duração curta e englobavam um conteúdo reduzido, prático e operacional.

Além disso, os militares foram responsáveis pela Lei nº 5.692/1971 que instituiu a profissionalização universal e compulsória para o ensino secundário, equiparando formalmente este aos cursos técnicos. Conforme Manfredi (2003), essa ideia ocorreu em um momento no qual o país objetivava participar da economia internacional e, para isso, delegou ao sistema educacional o encargo de preparar os recursos humanos para absorção pelo mercado de trabalho.

A Lei nº 5.692/1971 não obteve êxito, tanto por razões estruturais quanto conjunturais. Sem condições objetivas de transformar todo o ensino público de 2º grau (incluindo as redes estaduais e municipais), de acordo com a perspectiva de articulação entre a educação geral e formação profissional, a lei foi sofrendo modificações, até que em 1982, uma nova Lei (nº 7.044) reproduziu a antiga distinção entre o ensino de formação geral e o ensino de caráter profissionalizante.

Para Manfredi (2003, p. 107), “a velha dualidade, que, na prática, não havia sido questionada, voltava assim, a se manifestar, mas agora sem os constrangimentos legais”. Como legado da profissionalização compulsória, é atribuída a contribuição para tornar o ensino médio ainda mais ambíguo e precário, além da desestruturação sofrida pelo ensino técnico oferecido pelas redes estaduais. Por outro lado, as escolas técnicas federais saíram fortalecidas desse período.

Ao contrário do fracasso registrado no ensino profissionalizante de segundo grau, as Escolas Técnicas Federais gozavam de grande prestígio junto ao empresariado. De escolas antes destinadas aos desvalidos e desprovidos de fortuna no tempo em que eram Escolas de Aprendizes e Artífices, essas instituições se converteram em Escolas Técnicas, nas quais a grande parcela dos técnicos por elas formados, no contexto dos anos 60 e 70, eram recrutados quase que sem restrições, pelas grandes empresas privadas ou estatais. (SANTOS, 2003, P. 220).

A partir desse momento, a Educação Profissional atinge um novo patamar, conforme a interpretação de Sales e Oliveira (2010, p.11): “[...] o modelo educacional herdado do Império, que beneficiava a educação das elites – ensino secundário e superior – em detrimento da educação do povo – ensino primário e profissional – começa a ser colocado em questão”.

Manfredi (2003) observa que a adoção do padrão capitalista de acumulação flexível culminou na geração de tensões e contradições entre o antigo sistema educacional e as novas necessidades de educação para o trabalho. Em decorrência, surgem a partir da segunda metade dos anos 90 os debates para a reestruturação do ensino médio e profissional.

Para Wittaczik (2008), a necessidade de uma Educação Profissional mais abrangente, que ultrapassasse o adestramento nas técnicas de trabalho, era coerente com o desenvolvimento de competências profissionais que atendessem o novo perfil produtivo e tecnológico.

Os debates que precederam a edição da nova LDBEN (Lei. n.º 9.394/1996) estavam articulados entre aspectos políticos, econômicos, ideológicos, estruturais e sociais.

Questões como a persistência/conservação da dualidade estrutural, o caráter seletivo e excluyente do sistema educacional (expresso pelo alto déficit de atendimento e retenção), o monopólio do setor empresarial no campo do ensino e da capacitação profissional, políticas de formação profissional exclusivamente centradas nas necessidades do mercado de trabalho e desarticuladas de políticas de desenvolvimento, de geração de emprego e de distribuição de renda tornar-se-ão os eixos centrais de discussão e enfrentamento. (MANFREDI, 2003, ap.108).

Entretanto, o projeto oficial de reforma do ensino profissional, contemplado na LDBEN de 1996, era condizente com a orientação político-ideológica do governo FHC. Segundo Manfredi (2003, p. 128) “[...] o objetivo prioritário era a melhoria da oferta educacional e sua adequação às novas demandas econômicas e sociais da sociedade globalizada, portadora de novos padrões de produtividade e competitividade”.

Em seus artigos 39 a 42, a LDBEN, inicialmente concebeu a Educação Profissional como integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho e à tecnologia de modo a conduzir ao permanente desenvolvimento para a vida produtiva. Para alguns autores, essas diretrizes foram apresentadas para que as ofertas educacionais estivessem em conformidade com a economia mundial.

Na avaliação de Wittaczik (2008, p. 81) a elaboração da LDBEN “[...] coincide com a ascensão do neoliberalismo e as reformas educacionais são realizadas sob a orientação e o apoio financeiro de organismos internacionais”. Nesse contexto, no Brasil a prioridade deve ser dada ao investimento no ensino fundamental, complementando-o com cursos de qualificação profissional de curta duração e que possuam baixo custo. No caso da Educação Profissional, concebida pelos organismos internacionais como um processo longo e dispendioso, deve ser repassada gradativamente para a iniciativa privada.

A partir dessa lógica, é proposta a modernização do ensino médio e do ensino profissional, de forma que acompanhem o avanço tecnológico e atendam as demandas do mercado de trabalho, o qual exige flexibilidade, produtividade e qualidade. Nessa nova concepção o ensino médio tem uma única trajetória, articulando conhecimentos e competências para a cidadania e para o trabalho em geral, porém sem ser profissionalizante.

A Educação Profissional passa a ter caráter complementar e, conforme Manfredi (2003, p. 129), “[...] conduzirá ao permanente desenvolvimento das aptidões para a vida produtiva e destinar-se-á a alunos e egressos do ensino fundamental, médio e superior, bem como ao trabalhador em geral, jovem e adulto, independentemente da escolaridade alcançada”.

As transformações na Educação Profissional iniciam-se a partir das reformas necessárias, realizadas no governo de FHC, tais como a regulamentação da LDBEN e a aprovação do novo Plano Nacional de Educação (Lei nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001). Conforme Hermida (2012) o governo de FHC, realizado em dois mandatos consecutivos, lhe permitiu atingir vários de seus objetivos políticos, dentre os quais a reforma educativa, ainda que tenha encontrado resistência do movimento docente, segundo o qual o governo alinhava suas políticas na direção dos objetivos de natureza neoliberal.

No que se refere à Educação Profissional e Tecnológica, as mudanças profundas na legislação que regulamentava o ensino profissionalizante tinham, segundo Tavares (2012, p. 7), “objetivos claros de reduzir os gastos públicos e favorecer o empresariamento deste ramo de ensino pela rede privada”.

Conforme Lobo (2008, p.10), “os Decretos surgem para tentar regulamentar a Educação Profissional e fazê-la atender aos objetivos e direcionamentos propostos de um determinado governo ou de uma determinada corrente política”. Os dois mandatos consecutivos de FHC encerram o período (1986-2002) que este autor denomina de “Reforma do Estado e estagnação da Rede Federal de Educação Profissional”.

Contudo, as mudanças significativas são perceptíveis a partir da sucessão de FHC, no governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) quando então, a partir da consolidação das reformas educacionais, foram implementadas políticas públicas que trouxeram uma nova realidade à educação brasileira, principalmente no âmbito de competência do governo federal. Em 2007, o Decreto nº 6.096 instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), cujo objetivo era criar condições para a ampliação de acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, através do melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas Universidades Federais.

No campo da Educação Profissional, o Decreto nº 5.154/2004 recuperou a condição das Escolas Técnicas de proporcionar educação integrada, isto é, ensino médio e profissionalizante, desenvolvendo educação geral e profissional de forma articulada e concomitante (Lobo, 2008).

A Lei nº 11.741 de 2008 deu nova redação aos 39 a 42, a LDBEN estabelecendo, em síntese, a Educação Profissional e Tecnológica como integrada aos diferentes níveis e modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, articulando-se com o ensino regular ou com diferentes estratégias de educação continuada, tanto em instituições especializadas como no ambiente de trabalho. A Lei nº 11.741 também definiu que a Educação Profissional e Tecnológica abrangeria os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; os cursos de Educação Profissional técnica de nível médio e os cursos de Educação Profissional Tecnológica de graduação e pós-graduação. (BRASIL, 2008).

Além disso, iniciou-se a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (rede EPT), a partir de 2005 quando a Lei nº 11.195 deu nova redação ao § 5º do artigo 3º da Lei 8.948/1994, o qual representava um entrave à expansão da rede EPT. A partir de então, foi lançado o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cuja operacionalização previa um investimento de R\$ 1,1 bilhão, divididos em duas fases, e que propunha a construção de 214 novas unidades federais (BRASIL/MEC/SETEC, 2014).

Lançada em 2005, a fase I previa a construção de 64 unidades sendo 37 novas Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED), nove novas autarquias, além de federalizar 18 novas escolas que não pertenciam à rede federal. Essa fase tinha como objetivo:

Implantar Escolas Federais de Formação Profissional e Tecnológica nos estados ainda desprovidos destas instituições além de outras unidades, preferencialmente, em periferias de grandes centros urbanos e em municípios interioranos, distantes de centros urbanos, em que os cursos estejam articulados com as potencialidades locais de mercado de trabalho. (MEC/SETEC, 2009).

A segunda fase, lançada em 2007 tinha como lema “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país” (MEC/SETEC, 2009), e previa a instalação de 150 novas unidades de ensino. De acordo com a SETEC, a definição das cidades-polo ocorreu com base nos seguintes critérios:

1. Distribuição territorial equilibrada das novas unidades;
2. Cobertura do maior número possível de mesorregiões;
3. Sintonia com os Arranjos Produtivos Locais;
4. Aproveitamento de infraestruturas físicas existentes;
5. Identificação de potenciais parcerias. (MEC/SETEC, 2009).

Em 2008, a Lei nº 11.892 instituiu no sistema federal de ensino a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e criou os Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia (IFE), consolidando a expansão da rede EPT. A RFEPCT passa então a ser constituída pelos IFE, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná

(UTFPR), pelos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG), pelas Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e pelo Colégio Pedro II.

Conforme a Lei nº 11.892/2008, dentre as finalidades e características dos IFE, está a oferta de “Educação Profissional e Tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional” (Art. 6º, inciso I).

Entre os objetivos dos IFE elencados na Lei nº 11.892 consta um especificamente relacionado aos cursos FIC: “ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da Educação Profissional e Tecnológica. (Art. 7º, inciso II).

Com eleição de Dilma Rousseff como sucessora do presidente Luis Inácio Lula da Silva, em 2011 é dada sequência à expansão da RFEPCT com o anúncio da fase III, com a projeção de implantação de 86 novos campi de IFE já no seu primeiro ano. Essa fase compreende planos ambiciosos e, conforme o relatório de gestão da SETEC, contempla:

[...] a implantação de 60 novas unidades de ensino a cada ano, durante a vigência do próximo Plano Nacional de Educação (2011 a 2020), levando a Rede Federal à configuração de 1000 unidades até o final da década. Para tanto, seriam necessários investimentos anuais da ordem de R\$ 600 milhões para as ações de construção e aquisição de equipamentos, e de R\$ 200 milhões para despesas com pessoal. (MEC/SETEC, 2011c, p. 29).

Os resultados esperados após a conclusão dessa etapa preveem o quantitativo de 1 milhão e 200 mil alunos matriculados na RFEPCT e a presença de IFE em 1 de cada 5 municípios brasileiros.

A Fase III também foi marcada pela criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o qual, de acordo com Tavares (2012, p. 16 e 17), “vem sofrendo críticas por parte de políticos e profissionais da educação, sobretudo pela possibilidade de repasse de recursos públicos para a iniciativa privada” e “tende a reforçar a opção pelas parcerias público-privadas, aproximando-se do viés neoliberal das políticas destinadas à educação na década de 1990”. Entretanto, as ações concretizadas no âmbito do PRONATEC até o momento demonstram se tratar de um programa bastante amplo de acesso à Educação Profissional, e que não pode ser rotulado como um simples programa de transferência de recursos para entes privados.

Por outro lado, há de concordar com Tavares (2012) quando afirma que a expansão da Rede Federal da forma como vem sendo executada é algo sem precedentes na história do Brasil. E que essa expansão apresenta desafios que exigem do país uma postura que assuma a Educação Profissional como política de Estado, de forma que se possa garantir a sua continuidade com a sucessão deste governo pelos próximos.

Não resta dúvida de que a democratização do acesso ao ensino profissional e o avanço representado pela interiorização dos cursos e instituições do ensino são os principais resultados positivos da expansão da Rede Federal. Portanto, manter esses resultados depende mais do reconhecimento e da avaliação dessas políticas pela sociedade, do que propriamente da ideologia e dos programas de governo.

2.5 O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, com a finalidade de ampliar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

De acordo com o parágrafo único do art. 1º dessa lei, são objetivos do PRONATEC:

- I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da Educação Profissional e Tecnológica;
- III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a Educação Profissional;
- IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica. (BRASIL, 2011).

O PRONATEC visa atender prioritariamente os estudantes do ensino médio da rede pública, os trabalhadores e os beneficiários dos programas federais de transferência de renda. O programa busca atingir suas finalidades e objetivos por meio da colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com a participação voluntária dos serviços nacionais de aprendizagem e das instituições de Educação Profissional e Tecnológica.

Conforme a Lei nº 12.513/2011, art. 4º, as principais ações do PRONATEC referem-se a:

- I - ampliação de vagas e expansão da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica;
- II - fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de Educação Profissional;
- III - incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem;
- IV - oferta de bolsa-formação, nas modalidades:
 - a) Bolsa-Formação Estudante; e
 - b) Bolsa-Formação Trabalhador;
- V - financiamento da Educação Profissional e Tecnológica;
- VI - fomento à expansão da oferta de Educação Profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância;
- VII - apoio técnico voltado à execução das ações desenvolvidas no âmbito do Programa;
- VIII - estímulo à expansão de oferta de vagas para as pessoas com deficiência, inclusive com a articulação dos Institutos Públicos Federais, Estaduais e Municipais de Educação; e
- IX - articulação com o Sistema Nacional de Emprego. (BRASIL, 2011).

O foco desta pesquisa está centrado especificamente na ação denominada Bolsa-Formação Trabalhador (BFT), a qual se destina aos trabalhadores e aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda, para a realização de cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional. Esses cursos são relacionados pelo Ministério da Educação (MEC) e devem possuir carga horária mínima de 160 horas.

2.5.1 A Bolsa-Formação Trabalhador (BFT)

A BFT é umas das ações do PRONATEC com a finalidade de promover o acesso de trabalhadores de diferentes perfis à EPT (MEC/SETEC, 2011). Através dessa ação são oferecidos cursos FIC, com duração mínima de 160 horas e que estejam previstos no Guia PRONATEC de Cursos FIC. Este guia é elaborado pelo MEC, sendo atualizado periodicamente como o objetivo de aproximar o mundo do trabalho do universo da educação. Atualmente, em sua terceira edição, o guia possui 644 opções de cursos FIC, distribuídos em 13 eixos tecnológicos (MEC/SETEC, 2015).

Os Cursos FIC, estão definidos conforme o artigo 3º do Decreto nº 5.154/2004, que regulamenta o Cap. III da LDBEN:

Os cursos e programas de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social. (BRASIL, 2004).

Além disso, a Lei nº 11.892/2008, em seu artigo 7º, determina como um dos objetivos dos Institutos Federais: “[...] ministrar cursos de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da Educação Profissional e Tecnológica”.

De acordo com o parecer nº 11/2012 do Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica (CNE/CEB), a formação inicial e continuada (ou qualificação profissional), pretende atender as necessidades efetivas de qualificação para o trabalho, sem a exigência de escolaridade predeterminada. Ou seja, a matrícula nesses cursos fica condicionada à capacidade de aproveitamento e não, necessariamente, a determinado nível de escolaridade, embora deva-se buscar a elevação desta, em articulação com o ensino regular na idade própria ou na modalidade de educação de jovens e adultos.

Nesse contexto, os cursos e programas de Formação Inicial e Continuada têm por objetivos:

- Proporcionar aos trabalhadores o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social;
- Promover a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais nas áreas da Educação Profissional e Tecnológica;
- Qualificar e requalificar trabalhadores, preparando-os para que se dediquem a um tipo de atividade profissional a fim de promover seu ingresso e/ou reingresso no mercado de trabalho;
- Ampliar as competências profissionais de trabalhadores;
- Despertar nos cidadãos o interesse para o reingresso na escola, em cursos e programas que promovam a elevação de escolaridade e o aumento da consciência socioambiental.

O parecer CNE/CEB nº 11/2012 destaca a importância que os Cursos FIC adquirem no contexto da Educação Profissional:

A formação inicial e continuada ou qualificação profissional representa o mais amplo universo para atendimento de necessidades da maioria da população trabalhadora em matéria de Educação Profissional. É a mais flexível, tanto em relação aos objetivos, currículos e programas, quanto à clientela a ser atendida e à oferta programática. Ela responde a variadas demandas dos trabalhadores, da sociedade e da economia, especialmente no que se refere à necessidade de adequada oportunidade de qualificação profissional de cada cidadão para o desempenho de suas atividades profissionais, com autonomia e responsabilidade, no atendimento ao requerido pelo mundo do trabalho e pelo desenvolvimento da sociedade. (MEC/CNE, 2012, p. 44).

Verifica-se, a partir do exposto, que os propósitos dos Cursos FIC, são congruentes com os objetivos do BFT, dentre os quais a promoção da formação profissional e tecnológica articulada à elevação da escolaridade, visando à inclusão social e à inserção, no mundo do trabalho, de jovens e adultos, especialmente àqueles em condições de elevada vulnerabilidade social. Além disso, o BFT propõe-se a atender as demandas por qualificação apresentadas ao MEC por outros ministérios.

De acordo com o Manual de Gestão da Bolsa-Formação (2011), os beneficiados têm direito a vagas gratuitas, a todos os insumos necessários para o pleno desenvolvimento do aprendizado (inclusive material didático e escolar) e à assistência estudantil relativa à alimentação e ao transporte de ida e para o retorno da instituição de EPT em que a oferta de vagas seja realizada.

Para o cumprimento dos objetivos do PRONATEC e para a operacionalização da BFT, a União transfere recursos financeiros às instituições ou órgãos que ofertam os cursos para o custeio das despesas com pessoal e material, além da assistência estudantil aos alunos matriculados, a qual poderá ser prestada com o fornecimento de alimentação e transporte, ou em pecúnia, com o intuito de subsidiar essas despesas.

No âmbito da Bolsa-Formação, o conteúdo educacional e a assistência estudantil serão oferecidos em parceria com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), com os Serviços Nacionais de Aprendizagem e com as redes estaduais de EPT – doravante denominados de parceiros ofertantes. (MEC/SETEC, 2011, p. 8).

A sistemática ocorre da seguinte maneira: a instituição (denominada ofertante) define quais os cursos entre os relacionados pelo MEC, a carga horária (mínimo de 160 horas) e o número de vagas que tem condições de ofertar. Esse procedimento é chamado de pactuação.³

[...] a pactuação é o processo pelo qual cada parceiro ofertante avalia fatores como capacidade ociosa, *expertise*, pessoal e projeto estratégico para elaborar um relatório do número de vagas anuais que poderá oferecer em Cursos Técnicos e Cursos FIC. Sendo a pactuação a formalização de uma intenção, caberá ao MEC aprová-la e distribuir as vagas entre os parceiros demandantes. (MEC/SETEC, 2011, p.28).

Posteriormente, essas vagas são geridas e monitoradas através de um sistema eletrônico, desenvolvido pelo MEC, e que integra o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), operado tanto por parceiros ofertantes quanto por parceiros demandantes.

³ A partir de 2015 o processo de pactuação de vagas foi alterado pela SETEC/MEC considerando avaliações nacionais dos quatro primeiros anos do Programa e o necessário aprimoramento constante da metodologia de distribuição das vagas para otimização do alcance dos objetivos da política pública. Os demandantes fazem um diagnóstico das demandas originando o “Mapa das demandas identificadas” e os ofertantes indicam os cursos que podem atender. (MEC/SETEC, 2015)

Conforme o Manual de Gestão da Bolsa Formação (2011, p. 8) “a mobilização, captação, seleção e pré-matrícula ficarão a cargo de órgãos e entidades vinculados à União ou às Unidades da Federação que firmem com o MEC instrumentos específicos para tanto”. Esses órgãos ou entidades, denominados parceiros demandantes, são aqueles que possuem trabalhadores cadastrados e que apresentam os requisitos necessários para a matrícula do curso.

Os principais parceiros demandantes da BFT são o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Ministério da Defesa (MD), o Ministério do Turismo (MTur) e as Secretarias Estaduais de Educação.

Os cursos FIC ofertados pela UFSM, objeto de análise dessa pesquisa, resultam de um acordo de cooperação com o MD. O MD atua como parceiro demandante por intermédio dos comandos das Forças Armadas. Nesse caso, os beneficiados são praças e outros militares que estejam na iminência de receberem baixa do Serviço Militar.

Esses cursos são destinados aos militares das Forças Armadas que possuem OM no município de Santa Maria (Exército e Aeronáutica). Os alunos dos cursos são selecionados pelas OM entre aqueles que manifestam interesse e que se encontram prestando o Serviço Militar Obrigatório ou entre os militares engajados que estão prestes a deixar a força.

O objetivo desse acordo de cooperação é formar e qualificar os militares que estão na iminência de deixar a caserna, de modo que possam preparar-se para ingressar no mercado de trabalho, após esse período de prestação de serviço militar. Dessa forma, a BFT voltada a esse público torna-se uma alternativa ao Projeto Soldado Cidadão (PSC), cuja amplitude não consegue atingir a todos os militares em situação de prestação do serviço militar obrigatório.

O PSC é uma política pública do governo federal iniciado pela Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB) em 2002, e que passou a ser gerido pelo Comando de Operações Terrestres (COTER) a partir de 2007. O objetivo do PSC é oferecer qualificação técnica-profissional aos militares das Forças Armadas, permitindo aos que serão licenciados, por término do tempo de Serviço Militar, concorrerem ao mercado de trabalho em melhores condições.

O lema do PSC é “Cada militar licenciado que conseguir inserção no mercado de trabalho é um problema social a menos para o País”. Segundo o COTER, desde o seu início, o PSC capacitou mais de 100.000 jovens, dos quais cerca de 70% encontraram colocação no mercado de trabalho.

Entretanto, de acordo com Honorato (2013), no Brasil, de 2004 a 2011, mais de 527 mil militares prestaram efetivamente o Serviço Militar Inicial (SMI). Desse montante, foram

habilitados através do PSC pouco mais de 141 mil jovens. Ou seja, cerca de 27% tiveram efetivamente a oportunidade de realizar um curso do PSC.

Os recrutas em prestação do SMI, apresentam em média um perfil educacional entre o final do ensino fundamental e o início do ensino médio. Isso quer dizer que necessitam complementar a sua educação básica, com cursos profissionalizantes de pequena e média duração. (HONORATO, 2013, p. 6).

O acordo de cooperação assinado entre o MD e o MEC em 2011 tem entre seus objetivos a absorção pelo PRONATEC de uma demanda reprimida, representada pelos jovens não atendidos pelo PSC. Na região de atuação da 3ª Divisão de Exército, cuja sede fica no município de Santa Maria, os cursos que procuram atender essa demanda são ministrados pelo CTISM, como unidade representante da UFSM na etapa de articulação com as OM de Santa Maria (Figura 1).



Figura 1 - Representação gráfica do caso estudado em relação ao PRONATEC

Durante o período de 2012 a 2014, o CTISM realizou 13 cursos FIC no âmbito da BFT, nos quais 400 alunos concluíram os cursos. Essa oferta gerou a aplicação de R\$ 952.740 transferidos pelo MEC ao CTISM, para o custeio das despesas previstas no programa, tais como pagamento de professores, material didático e assistência financeira aos alunos para

transporte e alimentação. Além disso, há uma série de custos incluídos que não são mensurados, uma vez que a realização dos cursos utiliza a infraestrutura existente, com demandas por laboratórios, máquinas, equipamentos, energia elétrica, internet, entre outros.

Embora a taxa de conclusão dos cursos atinja um patamar digno de destaque, isto é, acima de 95% em relação ao número de vagas disponibilizadas, é a inserção do egresso no mercado de trabalho o fator que vai atestar a efetividade do curso. Afinal, a qualificação pode melhorar as condições de competitividade no mercado de trabalho, mas não garante a inserção neste ou mesmo a manutenção do emprego, já que diversos outros fatores influenciam essa situação.

2.6 O Mercado de Trabalho e a Educação Profissional

A evolução do mercado de trabalho no Brasil é resultado do seu contexto histórico, relacionada principalmente às mudanças na conjuntura econômica e social do país, mas também dependente das transformações do cenário internacional. Desde o fim da escravidão, passando pelos períodos de migração inter-regionais, expansão das fronteiras agrícolas até o dinamismo atual, resultado da globalização, o mercado de trabalho brasileiro refletiu continuamente as alterações da economia.

Entretanto, independentemente do período analisado, a educação (e suas vertentes: conhecimento, capacitação, qualificação, etc.) continua sendo considerada um fator determinante tanto para avanços em tempos de pleno desenvolvimento, como para a manutenção do emprego em períodos de crise econômica.

Conforme Rocha (2008, p. 533), “mudanças estruturais nos sistemas produtivos para fazer face à globalização, assim como a consequente busca de competitividade pelos agentes econômicos têm levado a um processo de redefinição drástica e continuada do mercado de trabalho”. A operacionalização dessas mudanças, conseqüentemente, altera as condições de vida e trabalho.

De acordo com Avila (2009, p. 5), “a organização do trabalho e da produção presentes no modelo fordista é substituída pelo modelo da ‘flexibilização’ que traz como principais exigências produtividade, competitividade, agilidade e inovação”. Dessa forma, a vasta quantidade de trabalhadores pouco escolarizados tem sua força consumida predatoriamente em trabalhos desqualificados, ou então é excluída do mercado de trabalho.

Se há combinação entre trabalhos desiguais e diferenciados ao longo das cadeias produtivas, há demandas diferenciadas, e desiguais, de qualificação dos trabalhadores; contudo, os arranjos são definidos pelo consumo da força de trabalho necessário, e não a partir da qualificação. O foco não é a qualificação em si, mas como ela se situa em dada cadeia produtiva, com o que ela se relativiza. *A priori*, não há como afirmar que certo trabalhador é ou não qualificado, uma vez que isso se define a partir de sua inclusão na cadeia; ou seja, a dimensão de relação social da qualificação se super-relativiza na acumulação flexível, que avança na centralização do trabalho abstrato. (KUENZER, 2007, p. 494).

Nesse contexto, a qualificação não assegura a inclusão, pois aqueles trabalhadores qualificados para determinados elos da cadeia produtiva, podem não estar, necessariamente, qualificados para outros arranjos. Ou seja, o que determina a inclusão na cadeia não é a presença ou a ausência de qualificação, mas as demandas do processo produtivo que combinam diferentes necessidades de ocupação da força de trabalho. Esse seria o chamado caráter “flexível” da força de trabalho:

[...] importa menos a qualificação prévia do que a adaptabilidade, que inclui tanto as competências anteriormente desenvolvidas, cognitivas, práticas ou comportamentais, quanto a competência para aprender e para submeter-se ao novo, o que supõe subjetividades disciplinadas que lidem adequadamente com a dinamicidade, com a instabilidade, com a fluidez. (KUENZER, 2007, p. 494).

Conforme Kuenzer (2007), a flexibilidade para os trabalhadores significa adaptação aos movimentos de um mercado que inclui ou exclui segundo as necessidades do regime de acumulação. Para essa autora, a flexibilidade é decorrente dos conhecimentos fundamentais e das competências cognitivas mais simples, proporcionados pela educação básica, sendo esta um rito de passagem para a educação científico-tecnológica e sócio-histórica de alto nível.

Nota-se que a relação de dependência entre inserção/manutenção no mercado de trabalho e educação/qualificação, ainda que evidente, não ocorre de forma simples. Além disso, em muitas situações o trabalhador que mais precisa de capacitação ou qualificação tem dificuldade em perceber essa necessidade, ou mesmo percebendo, não consegue buscar meios para supri-la.

Mesmo com a obviedade dos benefícios advindos da qualificação da mão de obra, tanto para o trabalhador quanto para o processo produtivo, os altos encargos incidentes sobre a folha salarial, na maioria dos casos inviabilizam o financiamento de capacitação dos empregados pelo próprio empregador. Essa realidade impõe ao empregador a busca pelo trabalhador que já está “pronto”, devidamente capacitado e em condições de inserir-se imediatamente no processo produtivo. Isso contribui ainda mais para o distanciamento do trabalhador pouco qualificado em relação ao mercado de trabalho.

Os programas de governo que incentivam o desenvolvimento da Educação Profissional buscam suprir essa lacuna, levando capacitação a trabalhadores de atividades e regiões desassistidas por políticas locais de fomento à qualificação do emprego, ou mesmo onde há ausência de estratégia empresarial alinhada a esse objetivo.

Esses programas conseguem atingir os trabalhadores jovens que são, de acordo com Rocha (2008), os mais afetados pelo contexto adverso do mercado de trabalho, devido as suas características específicas, como a falta de experiência e a busca de experimentação. Conforme dados apresentados por essa autora, a taxa de desemprego entre os jovens aumentou de 12,6% em 1996 para 19,4% em 2005. Por outro lado, os programas governamentais de qualificação profissional muitas vezes são a porta de entrada para o mercado de trabalho, através dos quais o jovem consegue o seu primeiro emprego.

A participação crescente dos jovens no mercado de trabalho reflete uma mudança estrutural e cultural, já que essa participação é vista como uma condição de realização plena dos indivíduos, independentemente de sexo, condição na família e nível de renda.

Dentre os jovens, a entrada no mercado de trabalho tornou-se uma etapa desejável, inescapável e definitiva, tanto para os homens como para as mulheres. Naturalmente, a conjuntura econômica e as características individuais determinam de forma mais direta a decisão de entrada e permanência no mercado de trabalho ao longo da faixa de idade jovem, mas a mudança estrutural em relação à percepção do mundo do trabalho é inequívoca. (ROCHA, 2008, p. 538).

Aparentemente, o aumento da escolaridade deve melhorar as condições de inserção do mercado de trabalho, o que em uma relação direta se poderia afirmar que quanto mais anos de estudo maiores as chances de conseguir trabalho. Entretanto, adiar a entrada no mercado de trabalho também apresenta certo custo. Segundo Rocha (2008) há evidências empíricas que para os jovens entre 15 a 24 anos, o mercado de trabalho valoriza mais a experiência que a escolaridade, e que um ano a mais de experiência aumenta em 20% a probabilidade de o jovem estar ocupado, enquanto um ano a mais de escolaridade aumenta essa probabilidade em apenas 1%.

Dessa forma, um curso FIC pode ser visto como uma boa oportunidade de qualificação para o primeiro emprego. Entretanto, não diminui a importância da continuidade dos estudos em níveis mais complexos, como técnico ou superior, tanto para a manutenção do emprego quanto para a busca por uma melhor colocação no mercado de trabalho. A possibilidade de aliar conhecimento teórico e vivência prática; capacitação e preparação para o trabalho; fornece aos jovens que buscam a Educação Profissional um fator diferencial no momento de

disputar uma ocupação, para inserir-se nesse dinâmico e complexo sistema que se tornou o mercado de trabalho no Brasil.

2.7 Os Cursos FIC no âmbito do CTISM

O CTISM adquiriu ao longo de sua existência destaque regional e até mesmo estadual na oferta de cursos técnicos. Seus egressos são disputados pelo mercado de trabalho, sendo habitual muitas empresas agendarem palestras e exposições na escola, para divulgar oportunidades de emprego, antes mesmo de os alunos concluírem os seus cursos.

Por outro lado, quanto à oferta de cursos de formação inicial e continuada (FIC), o CTISM ainda se encontra em estágio incipiente, embora a experiência no âmbito do Programa Bolsa Formação-PRONATEC, durante os anos de 2012 a 2014, indique um rumo bastante promissor em termos de acesso à Educação Profissional. Para um público até então desprovido de condições e oportunidades para frequentar o ensino técnico, os cursos FIC podem representar o ponto de partida tanto de qualificação para o mercado de trabalho quanto para o despertar do interesse do aluno pela Educação Profissional em nível técnico.

Devido a sua capacidade, tanto em termos de pessoal quanto em termos de infraestrutura, o CTISM ofertou cursos FIC em três áreas da Educação Profissional: Eletroeletrônica, Mecânica e Tecnologia da Informação. A oferta de cursos nessas áreas visava atender à demanda das Organizações Militares (OM) aliada a possibilidade de se realizar cursos com a qualidade e condições técnicas necessárias. Essa oferta gerada a partir da articulação com os demandantes é denominada de pactuação.

Considerando o Guia PRONATEC de Cursos FIC, após diversas reuniões e tratativas com as OM de Santa Maria, o CTISM aderiu ao programa Bolsa-Formação Trabalhador do PRONATEC. Observando a sua capacidade técnica e estrutural e, obviamente, sem comprometer a qualidade das demais atividades desenvolvidas, o CTISM ofertou 217 vagas em 14 cursos já em seu primeiro ano de realização. Esses cursos abrangiam os eixos tecnológicos de controle e processos industriais; infraestrutura, produção cultural e design; informação e comunicação (quadro 2).

CURSO	CH	VAGAS
Ajustador mecânico	160	12
Auxiliar de eletricista	160	15
Cabista de sistemas de telecomunicações	240	15
Desenhista mecânico	160	20
Eletricista de rede de distribuição de energia elétrica	200	15
Eletricista instalador predial de baixa tensão	300	15
Instalador e reparador de redes de computadores	160	20
Operador de fresadora com CNC	200	12
Operador de torno com CNC	200	12
Programador usinagem CNC	200	12
Programador WEB	160	30
Reparador de circuitos eletrônicos	280	15
Soldador no processo MIG/MAG	160	12
Torneiro mecânico	160	12
TOTAL PACTUADO 2012	2740	217

Quadro 2 - Resumo dos cursos e número de vagas pactuados para o BFT 2012

CH = carga horária; CNC = Comando Numérico Computadorizado
 Fonte: Coordenação Geral da Bolsa-Formação – PRONATEC CTISM

Ainda durante o ano de 2012 foram feitos alguns ajustes nessa pactuação, buscando atender a demanda observada no decorrer dos primeiros cursos bem como a capacidade do CTISM para a oferta de novos cursos. Assim a oferta efetiva de cursos e vagas no primeiro ano de realização ocorreu conforme o quadro 3.

Devido à grande procura e à alta taxa de conclusão dos cursos realizados, o CTISM ofertou em 2013 novamente os cursos de Desenhista Mecânico, Torneiro Mecânico, Programador WEB, Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, Ajustador Mecânico, Soldador no Processo MIG/MAG, Reparador de Circuitos Eletrônicos, Instalador e Reparador de Redes de Computadores, além de dois cursos inéditos: Operador de Máquinas de Usinagem com CNC e Montador de Painéis Elétricos, conforme quadro 4.

Em 2014, em virtude de um cenário de incerteza que se apresentava para a continuidade do Programa Bolsa-Formação, o CTISM reduziu a oferta de cursos e vagas, de modo que se pudesse manter a qualidade e a taxa de conclusão dos cursos. Nesse período foram ofertados os cursos de Operador de Máquinas de Usinagem com CNC e Montador de Painéis Elétricos (quadro 5).

CURSO	CH	VAGAS
Ajustador mecânico	160	12
Auxiliar de eletricista	160	15
Desenhista mecânico	160	20
Eletricista instalador predial de baixa tensão	300	16
Instalador e reparador de redes de computadores	160	20
Operador de fresadora com CNC	200	12
Programador usinagem CNC	200	12
Programador WEB	160	30
Reparador de circuitos eletrônicos	280	16
Soldador no processo MIG/MAG	160	12
Torneiro mecânico	160	12
TOTAL REALIZADO 2012	2100	177

Quadro 3 - Resumo dos cursos e número de vagas realizados no BFT 2012

CH = carga horária; CNC = Comando Numérico Computadorizado
 Fonte: Coordenação Geral da Bolsa-Formação – PRONATEC CTISM

CURSO	CH	VAGAS
Ajustador mecânico	160	12
Desenhista mecânico	160	40
Eletricista instalador predial de baixa tensão	300	48
Instalador e reparador de redes de computadores	160	20
Montador de Painéis Elétricos	200	16
Operador de Máquinas de Usinagem com CNC	200	12
Programador WEB	160	20
Reparador de circuitos eletrônicos	280	16
Soldador no processo MIG/MAG	160	12
Torneiro mecânico	160	24
TOTAL REALIZADO 2013	2100	220

Quadro 4 - Resumo dos cursos e número de vagas realizados no BFT 2013

CH = carga horária; CNC = Comando Numérico Computadorizado
 Fonte: Coordenação Geral da Bolsa-Formação – PRONATEC CTISM

A partir de 2015, diante da confirmação do cenário de crise econômica, com cortes orçamentários inclusive na área da educação, bem como devido às mudanças no sistema de pactuação dos cursos, o CTISM deixou de ofertar cursos FIC no âmbito do Programa Bolsa-Formação.

CURSO	CH	VAGAS
Montador de Painéis Elétricos	200	16
Operador de Máquinas de Usinagem com CNC	200	12
TOTAL REALIZADO 2014	400	28

Quadro 5 - Resumo dos cursos e número de vagas realizados no BFT 2014

CH = carga horária; CNC = Comando Numérico Computadorizado
 Fonte: Coordenação Geral da Bolsa-Formação – PRONATEC CTISM

Portanto, durante os três anos em que o CTISM participou do Programa Bolsa-Formação, foram ofertadas 425 vagas em 13 cursos FIC. Desse total, 403 foram preenchidas, sendo que 400 alunos concluíram os cursos em que estavam matriculados, resultando em uma taxa de conclusão de mais de 99%. Dos 400 alunos que concluíram o curso, 378 (94,5%) eram militares temporários, ou seja, soldados, cabos e sargentos que estavam prestando serviço militar obrigatório ou encontravam-se prestes a concluir o seu tempo de serviço junto às Forças Armadas e optaram por qualificar-se para o mercado de trabalho.

A qualificação obtida a partir da realização dos cursos é o que pode representar um diferencial para o profissional que pleiteia uma vaga no mercado de trabalho. Os quadros 6 e 7, elaborados com base no Guia PRONATEC de cursos FIC, descrevem cada um desses cursos, seus objetivos, sua carga horária e os requisitos mínimos de formação para cursá-los.

CURSOS DA ÁREA DE MECÂNICA
<p>AJUSTADOR MECÂNICO Eixo tecnológico: Controle e Processos Industriais Ajusta, repara e instala peças e equipamentos em conjuntos mecânicos e dispositivos de usinagem e controle de precisão, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde. Carga horária mínima: 160 horas Escolaridade mínima: Ensino Fundamental Incompleto</p>
<p>DESENHISTA MECÂNICO Eixo tecnológico: Controle e Processos Industriais Desenvolve e interpreta desenhos técnicos por meio da utilização de instrumentos e programas específicos, trabalhando sob a supervisão técnica, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde. Carga horária mínima: 160 horas Escolaridade mínima: Ensino Fundamental Incompleto</p>
<p>OPERADOR DE FRESADORA COM COMANDO NUMÉRICO COMPUTADORIZADO Eixo tecnológico: Controle e Processos Industriais Ajusta e opera fresadoras com comando numérico computadorizado (CNC), para usinagem de peças, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde. Carga horária mínima: 200 horas Escolaridade mínima: Ensino Fundamental Incompleto</p>
<p>OPERADOR DE MÁQUINAS DE USINAGEM COM COMANDO NUMÉRICO COMPUTADORIZADO Eixo tecnológico: Controle e Processos Industriais Ajusta e opera máquinas-ferramentas com CNC, para usinagem de peças, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde. Carga horária mínima: 200 horas Escolaridade mínima: Ensino Fundamental Incompleto</p>
<p>PROGRAMADOR USINAGEM COM COMANDO NUMÉRICO COMPUTADORIZADO Eixo tecnológico: Controle e Processos Industriais Realiza programação de usinagem. Opera máquinas operatrizes por CNC. Carga horária mínima: 200 horas Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental Incompleto</p>
<p>SOLDADOR NO PROCESSO MIG/MAG Eixo tecnológico: Controle e Processos Industriais Solda materiais por meio do processo MIG/MAG atendendo à regulamentação técnica de fabricação, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde. Carga horária mínima: 160 horas Escolaridade mínima: Ensino Fundamental Incompleto</p>
<p>TORNEIRO MECÂNICO Eixo tecnológico: Controle e Processos Industriais Regula e operar torno mecânico, confecciona peças de uso industrial, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde. Carga horária mínima: 160 horas Escolaridade mínima: Ensino Fundamental Incompleto</p>

Quadro 6 - Quadro resumo dos cursos da área de Mecânica com a descrição sintética das atividades do profissional, carga horária do curso e nível de escolaridade exigido para frequentar o curso

Fonte: Guia PRONATEC de cursos FIC

CURSOS DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
<p>PROGRAMADOR WEB Eixo tecnológico: Informação e comunicação Desenvolve e realiza a manutenção de sistemas para web, codificando programas e modelando banco de dados. Realiza consultas ao sistema, segundo as especificações do projeto, documentando todas as etapas do processo. Carga horária mínima: 160 horas Escolaridade mínima: Ensino Fundamental Incompleto</p>
<p>INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES Eixo tecnológico: Informação e comunicação Instala sistemas de telecomunicações, como equipamentos de energia, computação, telefonia e transmissão de dados, trabalhando sob a supervisão, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde. Carga horária mínima: 160 horas Escolaridade mínima: Ensino Fundamental Incompleto</p>
CURSOS DA ÁREA DE ELETRO-ELETRÔNICA
<p>REPARADOR DE CIRCUITOS ELETRÔNICOS Eixo tecnológico: Controle e Processos Industriais Repara circuitos eletrônicos por meio de instrumentos, análise e rotinas de acordo com as normas técnicas, ambientais, de qualidade e de segurança e saúde no trabalho. Carga horária mínima: 280 horas Escolaridade mínima: Ensino Fundamental Completo</p>
<p>AUXILIAR DE ELETRICISTA Eixo tecnológico: Infraestrutura Planeja e executa serviços de manutenção elétrica em ambientes residenciais e comerciais. Substitui, repara e instala peças, componentes e equipamentos. Segue normas de segurança, higiene e proteção ao meio ambiente. Carga horária mínima: 160 horas Escolaridade mínima: Ensino Fundamental Incompleto</p>
<p>ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO Eixo tecnológico: Infraestrutura Realiza instalação e manutenção elétrica predial de baixa tensão, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde. Carga horária mínima: 300 horas Escolaridade mínima: Ensino Fundamental Completo</p>
<p>MONTADOR DE PAINÉIS ELÉTRICOS Eixo tecnológico: Produção Industrial Executa operações de montagem de quadros de comandos comerciais e industriais. Carga horária mínima: 160 horas Escolaridade mínima: Ensino Fundamental Incompleto</p>

Quadro 7 - Quadro resumo dos cursos da área de Tecnologia da Informação e da área de Eletroeletrônica com a descrição sintética das atividades do profissional, carga horária do curso e nível de escolaridade exigido para frequentar o curso

Fonte: Guia PRONATEC de cursos FIC

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta a caracterização dos procedimentos metodológicos e os respectivos instrumentos empregados para atingir aos objetivos propostos para este estudo. De acordo com Oliveira (2011), o método não se resume à descrição dos procedimentos utilizados para a obtenção de determinados resultados, mas compreende a explicitação dos motivos pelos quais o pesquisador escolheu determinados caminhos e não outros.

São expostos, respectivamente, a abordagem e o método adotados, as etapas do estudo, o detalhamento dos sujeitos, as variáveis estudadas, a definição da população e amostra, o instrumento de coleta e as técnicas empregadas na análise dos dados.

3.1 Abordagem do Estudo

Considerando os objetivos a que este estudo se propõe, a sua categorização enquadra-se em uma pesquisa do tipo descritiva. Segundo Gil (2010), são assim classificadas as pesquisas que objetivam descrever características de determinada população ou que visem identificar possíveis relações entre as variáveis.

Quanto à finalidade, o estudo pode ser classificado como aplicado, forma que, de acordo com Gil (2010) tem por característica a aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação em uma situação específica. Da mesma maneira pensam Collis e Hussey (2005, p. 27): “... a pesquisa aplicada é aquela que foi projetada para aplicar suas descobertas a um problema específico existente”.

A estratégia adotada foi a forma de estudo de caso, tendo em vista que a questão em análise se encontra, conforme Yin (2006), relacionada a um fenômeno contemporâneo inserido num contexto da vida real. Além disso, o estudo de caso tem sido amplamente utilizado nas ciências sociais e é uma forma de se estudar profunda e exaustivamente um ou poucos objetos, de forma que se permita um amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2010).

O estudo de caso pode ser utilizado em diversas situações, contribuindo para o conhecimento de fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais e políticos, pois de acordo com Yin (2010, p. 24), “[...] o método do estudo de caso permite que os investigadores retenham as características holísticas e significativas dos eventos da vida real”. Ou seja, o

estudo de caso é recomendado em situações onde ocorra a necessidade de se compreender os fenômenos sociais complexos, como é o caso do estudo em questão.

Para realização deste estudo foi utilizado o procedimento denominado levantamento de campo (*survey*), cuja caracterização, segundo Gil (2008) provém da interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Conforme Gil (2008, p. 57), “considerando as vantagens e limitações dos levantamentos, estes são adequados para estudos descritivos e úteis para o estudo de opiniões ou atitudes”.

A abordagem prioritária é do tipo quantitativa, descrita por Creswell (2010, p. 26), como um “meio para testar teorias objetivas, examinando a relação entre variáveis”. A tabulação e análise dos dados baseia-se em procedimentos estatísticos, porém a sua interpretação considera também os aspectos qualitativos observados tanto na coleta de dados, quanto na experiência do pesquisador com o tema.

A coleta de dados foi realizada através de pesquisa documental e aplicação de questionários. As unidades de análise foram os cursos FIC ofertados pelo CTISM nos anos de 2012, 2013 e 2014, e os sujeitos da pesquisa, os egressos desses cursos.

As variáveis analisadas foram as seguintes:

- Egressos: alunos que frequentaram os cursos FIC ofertados pelo CTISM, através do Programa Bolsa-Formação do PRONATEC, e que concluíram o curso com aproveitamento nos anos de 2012, 2013 e 2014.
- Inserção no mercado de trabalho: exercício de atividade profissional, formal ou informal, como empregado, empregador ou autônomo, durante o período posterior à conclusão do curso FIC.
- Período de referência: intervalo de tempo decorrido entre o envio dos primeiros questionários e o recebimento dos últimos questionários respondidos.

As pesquisas que envolvem conceitos sociodemográficos necessitam do estabelecimento de um período de referência para a apuração do seu resultado. Normalmente, as pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) definem no enunciado das perguntas a data, mês ou ano de referência cuja informação se está questionando, ou seja, os resultados retratam situações em determinados intervalos de tempo, previamente definidos, que são denominados períodos de referência.

Essa pesquisa não utilizou período de referência pré-definido, mas sim, estabeleceu como tal, o intervalo transcorrido entre o envio dos primeiros questionários aos respondentes (16/09/2015) e o recebimento dos últimos questionários respondidos (04/11/2015). Portanto, o período de referência dessa pesquisa contempla 50 dias decorridos entre as referidas datas.

3.2 População e Amostra

A partir do universo de egressos dos cursos FIC ofertados no período de 2012 a 2014 (quadro 8), definiu-se a população do estudo (quadro 9), sendo essa composta pelos 377 militares temporários que concluíram os cursos FIC. Esses egressos são os sujeitos da pesquisa, tendo em vista que foi prioritariamente para esse público (militares temporários) que os cursos foram ofertados em parceria com as OM de Santa Maria. Os outros 24 egressos pertencem a um público distinto, que obteve matrícula nos cursos que não tiveram 100% de ocupação pelo público alvo. Sendo assim, as vagas ociosas foram disponibilizadas ao público geral, cujas características e intenções quanto a realização dos cursos não é objeto de investigação desta pesquisa.

Curso	Egressos			
	2012	2013	2014	TOTAL
Ajustador Mecânico	12	12	0	24
Auxiliar de Eletricista	15	0	0	15
Desenhista Mecânico	20	34	0	54
Eletricista Inst. Predial de Baixa Tensão	0	48	0	48
Inst. e Reparador de Redes de Computadores	19	20	0	39
Montador de Painéis Elétricos	0	16	15	31
Operador de Fresadora com CNC	12	0	0	12
Operador de Máq. de Usinagem com CNC	0	12	12	24
Programador de Usinagem CNC	0	12	0	12
Programador WEB	30	20	0	50
Reparador de Circuitos Eletrônicos	0	32	0	32
Soldador no Processo MIG/MAG	12	12	0	24
Torneiro Mecânico	11	24	0	35
TOTAL	131	242	27	400

Quadro 8 - Número de egressos por curso e por ano de conclusão

CNC = Comando Numérico Computadorizado

Fonte: Cadastro de Alunos – Coordenadoria de Registros Escolares do CTISM

A amostra ideal para esta pesquisa seria a calculada para um intervalo de confiança de 95% e uma margem de erro de 5% para mais ou para menos, isto é, composta por 192 egressos selecionados aleatoriamente. Entretanto, como o instrumento de coleta seria enviado por e-mail e dispunha-se de um cadastro onde constavam os e-mails de 361 dos 377 egressos, optou-se por encaminhar o questionário a todos os 361 que possuíam e-mail cadastrado.

Dessa forma, ampliar-se-ia a chance de atingir o tamanho mínimo da amostra sem comprometer a aleatoriedade da seleção.

Ocorre que mais da metade dos e-mails encaminhados sequer chegou ao seu destinatário, seja por erros de preenchimento do endereço eletrônico nas fichas de cadastro, seja pela desativação ou não utilização pelos seus usuários.

Curso	Egressos: Militares Temporários			
	2012	2013	2014	TOTAL
Ajustador Mecânico	12	11	0	23
Auxiliar de Eletricista	15	0	0	15
Desenhista Mecânico	20	30	0	50
Eletricista Inst. Predial de Baixa Tensão	0	44	0	44
Inst. e Reparador de Redes de Computadores	18	18	0	36
Montador de Painéis Elétricos	0	15	13	28
Operador de Fresadora com CNC	12	0	0	12
Operador de Máq. de Usinagem com CNC	0	11	12	23
Programador de Usinagem CNC	0	11	0	11
Programador WEB	28	18	0	47
Reparador de Circuitos Eletrônicos	0	32	0	32
Soldador no Processo MIG/MAG	12	11	0	23
Torneiro Mecânico	11	23	0	34
TOTAL	128	224	25	377

Quadro 9 - Número de egressos militares temporários por curso e por ano

CNC = Comando Numérico Computadorizado

Fonte: Cadastro de Alunos – Coordenadoria de Registros Escolares do CTISM

Dos e-mails que chegaram ao destinatário, decorridos 15 dias do envio, apenas três haviam sido respondidos, fato que gerou a necessidade de se buscar outras formas de contato. A partir de então passou-se a tentar localizar os egressos por outros meios como telefone e pela rede social Facebook.

Pelo Facebook foram localizados 141 egressos e adicionados a um grupo fechado onde constava a apresentação da pesquisa, sua finalidade e a necessidade da participação dos egressos respondendo ao questionário. Além disso, foi feito contato individual com cada um desses egressos, através de mensagem privada na caixa postal, apresentando resumidamente a pesquisa, o pesquisador e disponibilizando o link para resposta ao questionário, reforçando a importância da participação dos mesmos como sujeitos do estudo.

Por telefone foram localizados mais 25 egressos, sendo solicitado aos mesmos a informação de um e-mail válido para que fosse enviado o link para responder a pesquisa.

Durante o contato, o pesquisador identificou-se, apresentou a pesquisa e novamente ressaltou a imprescindibilidade da participação dos mesmos para o alcance dos objetivos do estudo.

Com os demais egressos não se conseguiu qualquer tipo de contato. Os números de telefone informados no cadastro não completavam a ligação ou não estavam mais de posse desses egressos. Ou seja, de um total de 377 egressos cadastrados foi possível contatar apenas 166, reduzindo drasticamente a chance de se alcançar a amostra mínima necessária de 192 questionários respondidos.

Por esse motivo, esta pesquisa passou a adotar um erro amostral de 10%, mantendo o nível de significância em 95%, o que resultou em uma amostra mínima de 78 questionários. Além disso, a seleção da amostra deixou de ser aleatória e passou a ser por conveniência. Diante da impossibilidade de contatar todos os 377 egressos, os questionários foram disponibilizados aos 166 egressos que possuíam alguma forma de contato (telefone, e-mail ou rede social) atualizada.

Dos 25 egressos que foram contatados por telefone, 15 responderam ao questionário via e-mail e dos 141 que foram contatados através do Facebook, 70 responderam pelo link disponibilizado no grupo fechado criado para esta pesquisa. Dessa forma, chegou-se a um quantitativo de 85 questionários respondidos, sendo 84 considerados válidos.

3.3 Técnica de Coleta de Dados

As técnicas de coleta de dados utilizadas nesta pesquisa foram a pesquisa documental, a entrevista e o questionário, nessa ordem. Segundo Gil (2008), a pesquisa documental é muito parecida com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. A coleta de dados é feita basicamente em fontes primárias, como documentos escritos ou não, pertencentes a arquivos públicos, arquivos particulares de instituições e domicílios, e fontes estatísticas.

Com essa técnica foi elaborado todo o cadastro dos alunos, a partir dos registros pesquisados na Coordenadoria de Registros Escolares do CTISM, sendo posteriormente tabulados e classificados de acordo com as informações mais relevantes, tais como: curso, situação militar, naturalidade, município de residência e dados de contato. Também foi utilizado o Sistema de Informações Educacionais (SIE) da UFSM para a geração de relatórios

com dados complementares, como a listagem de alunos matriculados e a listagem dos alunos que efetivamente concluíram cada um dos cursos.

A técnica da entrevista foi utilizada na etapa posterior, durante a realização do estudo exploratório. A entrevista é, segundo Gil (2008), uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas nas pesquisas sociais. Para Oliveira (2011, p.35), “esta técnica de coleta de dados é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam e desejam, assim como suas razões para cada resposta”.

A forma de entrevista utilizada para ser aplicada foi a semiestruturada, modelo o qual, segundo Oliveira (2011), parte de uma lista das informações que se deseja de cada entrevistado, porém a forma de perguntar, ou seja, a estrutura da pergunta e a ordem em que as questões são feitas irão variar de acordo com as características de cada entrevistado.

Após a definição do roteiro de perguntas para cada um dos três entrevistados (apêndice B), foi realizado o contato para o agendamento de data e horário. Antes de iniciar as entrevistas, foi solicitada permissão para a gravação do áudio. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas e a partir de então, passou-se à análise das respostas de acordo com os objetivos desta pesquisa.

A terceira e última técnica de coleta de dados utilizada foi o questionário, elaborado de forma estruturada, definido por Marconi e Lakatos (2006, p. 88) uma “[...] série ordenada de perguntas, respondidas por escrito sem a presença do pesquisador”.

Dentre as vantagens do questionário, destacam-se as seguintes: ele permite alcançar um maior número de pessoas; é mais econômico; a padronização das questões possibilita uma interpretação mais uniforme dos respondentes, o que facilita a compilação e comparação das respostas escolhidas, além de assegurar o anonimato ao interrogado. (OLIVEIRA, 2011, p. 37)

A forma estruturada foi escolhida, primeiramente, porque o modelo que serviu de base para a sua elaboração, também era um questionário estruturado. Ademais, conforme os objetivos e o delineamento da pesquisa, bem como a condição de acesso aos interrogados, indicava o modelo estruturado como o mais propício para aplicação.

Gil (2008), apresenta algumas limitações do questionário, tais como a falta de garantia de que a maioria dos respondentes devolvam o questionário devidamente preenchido, implicando a diminuição significativa da representatividade da amostra, o impedimento de auxiliar o informante quando este não entende corretamente as instruções ou perguntas, além de envolver um número relativamente pequeno de perguntas, pois questionários muito extensos não costumam ser respondidos. Mesmo com essas limitações e, frente as alternativas

disponíveis para investigação do público alvo, o questionário estruturado apresentou-se como o instrumento mais adequado para utilização nesta pesquisa.

3.3.1 Realização do Estudo Exploratório

Para adquirir maior familiaridade com o tema investigado e ampliar a visão do pesquisador sobre esse contexto, foi realizado um estudo exploratório englobando três segmentos envolvidos no estudo: instituição de ensino, organização militar e empresa.

De acordo com Gil (2008, p. 43) o estudo exploratório é “realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”. O objeto de estudo desta pesquisa contempla um tema recente e ainda pouco estudado na literatura, cuja fundamentação teórica engloba basicamente legislação e formulação de políticas públicas.

Além disso, mesmo quando há certa familiaridade do pesquisador com o tema, o estudo exploratório auxilia no diagnóstico de novas situações, na exploração de novas alternativas e no descobrimento de novas ideias.

Dessa forma, mesmo quando já existem conhecimentos do pesquisador sobre o assunto, a pesquisa exploratória também é útil, pois, normalmente, para um mesmo fato organizacional, pode haver inúmeras explicações alternativas, e sua utilização permitirá ao pesquisador tomar conhecimento, se não de todas, pelo menos de algumas delas. (OLIVEIRA, 2011, p. 21)

A finalidade desse estudo exploratório foi gerar mais informações que pudessem subsidiar tanto a definição dos objetivos da pesquisa quanto a elaboração do instrumento de coleta. Desse modo, foram feitas visitas a três ambientes organizacionais vinculados ao objeto de estudo. O estudo exploratório envolveu três pessoas ligadas diretamente aos sujeitos da pesquisa, cada uma delas representando uma dessas organizações.

3.3.2 Caracterização dos participantes do estudo exploratório

Na Instituição de Ensino foi entrevistado o Supervisor da Área de Mecânica, área que possui o maior número de egressos. O Supervisor de Área é um servidor designado pela Coordenação do Programa Bolsa-Formação, através de uma seleção com análise curricular,

onde são pontuadas a experiência com docência, coordenação e planejamento de cursos. Esse servidor é o responsável por organizar a oferta de cursos, pelo planejamento de ensino, pela adequação e modificação na metodologia de ensino, além de outras atividades que envolvam a sua área de atuação e que servem de suporte à Coordenação Geral do PRONATEC na unidade de ensino.

No ambiente militar foi feita uma entrevista com um Subtenente do Exército, responsável pela coordenação do processo de seleção e encaminhamento das matrículas dos militares pertencentes às OM do Exército sediadas no município de Santa Maria. Esse profissional foi designado pelo Comandante da 6ª Brigada de Infantaria Blindada para fazer o acompanhamento dos militares matriculados, ficando responsável pelas questões funcionais e disciplinares, tendo em vista que os cursos foram realizados durante o horário de expediente, ou seja, além de estarem na condição de alunos, os militares também estavam no exercício de suas funções profissionais.

E no ramo empresarial, foi realizada uma entrevista com um Supervisor de Produção de uma empresa do setor metalmeccânico de Santa Maria, a qual possuía em seu quadro funcional, empregados que eram egressos dos cursos FIC, objeto da pesquisa. Esse Supervisor de Produção, não é o responsável direto pela contratação dos empregados, mas é o profissional que mantém contato direto e realiza o acompanhamento dos postulantes às vagas de trabalho durante o período de experiência e, portanto, avalia ou não a efetivação dos mesmos.

Com esse estudo exploratório, buscou-se detectar a percepção dos atores envolvidos no processo, com vistas a identificar características relevantes que deveriam ser contempladas nas questões do instrumento de coleta.

3.3.3 Resultados do estudo exploratório

Alguns tópicos são comuns nas respostas dos três entrevistados e reforçam a ideia inicial de que as peculiaridades dos egressos são fatores que além de influenciar o sucesso do aluno em direção à conclusão do curso, também favorecem, já na condição de egresso, a sua inserção no mercado de trabalho. Além disso, cada entrevistado apresentou percepções distintas em relação a determinados fatores que identificaram, tanto positivamente quanto negativamente.

Na análise do Supervisor da Área de Mecânica, servidor do CTISM, a capacitação recebida contribui para a empregabilidade dos egressos, tendo em vista que o curso possui em média dois a três meses e, dependendo também da capacidade do aluno, pode-se notar que os egressos têm condições de atender a demanda externa em relação a trabalhos específicos relacionados ao curso proposto.

É justamente devido a essa especificidade de cada curso que, de acordo com as palavras desse entrevistado, os cursos FIC realizados com os militares como público alvo realmente dão resultado, pois dá a eles uma sequência muito importante, uma confiabilidade dentro daquilo que estão aprendendo.

O Supervisor de Área destaca também o espírito empreendedor observado em certos cursos, nos quais alguns alunos estavam se propondo a montar algo em municípios vizinhos, e já estavam inclusive desenvolvendo trabalhos na área de tornearia mecânica.

Na Organização Militar, o Subtenente responsável pelo encaminhamento das matrículas, compartilha a visão de que os cursos profissionalizantes, não só os realizados em parceria com o CTISM, mas também os realizados em cooperação com outras entidades, têm por objetivo dar uma melhor perspectiva de futuro de vida, no momento em que os militares estiverem indo para a reserva não remunerada.

O Subtenente considerou “altamente positivo” o resultado, destacando o alto grau de preparo dos professores, as instalações, a inexistência de evasão e o controle rigoroso na tiragem de faltas, demonstrando uma preparação e uma preocupação do CTISM em desenvolver essa atividade em parceria com o Exército. Na opinião do Subtenente, a realização do curso aumenta efetivamente a possibilidade do militar que deu baixa inserir-se no mercado de trabalho devido a qualidade dos cursos e dos instrutores. Apesar da carga horária reduzida, o entrevistado avalia como excelentes os resultados alcançados e considera que os objetivos foram atingidos.

Além disso, o Subtenente considera que a realização do curso também contribui para o militar permanecer nos quadros das Forças Armadas, pois quanto mais a pessoa se aperfeiçoar e aprimorar o seu currículo, maior será a chance de permanecer no emprego. O Subtenente acredita que além da capacitação recebida no curso, a condição de ex-militar é um diferencial na disputa por uma vaga de trabalho. Ocorre uma complementariedade, na medida em que o ex-militar possui características como a disciplina do dia a dia, cumprimento de horários, cumprimento de normas, cumprimento de regras; aliadas ao aperfeiçoamento que adquiriu durante o período de permanência nas Forças Armadas.

Sintetizando a sua opinião geral sobre os cursos do Programa Bolsa-Formação do PRONATEC realizados através da articulação UFSM/CTISM e Organizações Militares de Santa Maria, o Subtenente destaca novamente a perspectiva de futuro para os egressos, observada durante os três anos em que os cursos ocorreram. Houve uma preocupação em preencher o maior número de vagas possível, bem como alertar os alunos que extraíssem o máximo de conhecimento, para que ao final do seu período de caserna, estivessem realmente preparados para enfrentar o mercado de trabalho.

Para o Supervisor de Produção da empresa do setor metalmeccânico, o principal motivo que leva à contratação desses egressos é o lado comportamental, pois na atualidade, o jovem que ingressa na empresa não tem compromisso. Por outro lado, aquele que vem das Forças Armadas, tanto do Exército como da Base Aérea, apresenta outra conduta, sabendo respeitar as normas da empresa. O entrevistado identifica como principal característica desses egressos a atenção e a disciplina.

De acordo com esse Supervisor o fato de o profissional ter realizado o curso não é determinante na contratação, mas contribui muito, devido a carência de mão de obra na área de atuação da empresa. Há uma dificuldade em conseguir mão de obra qualificada, tanto que a empresa ministra cursos nas suas próprias dependências. Mas se o postulante a uma vaga de emprego já tem conhecimento da área, esse fator pode contribuir para a contratação.

Em relação aos demais empregados, é dado um destaque a esses egressos. Há exemplos de pessoas que entraram na empresa e continuaram se qualificando, e em pouco tempo conseguiram melhorias tanto em termos de colocação na empresa quanto em termos salariais.

Segundo o Supervisor, as funções que os egressos desenvolvem na empresa têm relação direta com o curso que frequentaram, pois a empresa busca profissionais especificamente na área em que necessita, fazendo com que a partir da contratação o profissional atue diretamente na sua área de conhecimento.

Além dos pontos positivos destacados, o Supervisor chama a atenção para uma carência identificada. Para o entrevistado, na maioria dos cursos, dificilmente o instrutor ou o professor consegue ministrar a parte prática a contento, até mesmo pela quantidade insuficiente de máquinas, impossibilitando que todos os alunos possam utilizá-las por um tempo razoável. Sugere o aumento da carga horária dos cursos, para que os egressos possam chegar à empresa com um pouco mais de treinamento e aptidão. Em sua avaliação, atualmente os egressos apresentam-se com uma noção, mas não estão prontos para sair trabalhando, então a empresa precisa fornecer uma capacitação complementar.

De forma geral, o Supervisor de Produção considera os cursos do Programa Bolsa-Formação PRONATEC, realizados através da articulação UFSM/CTISM e Organizações Militares de Santa Maria, uma ótima iniciativa e complementa, reafirmando que na conjuntura atual, o mercado de trabalho em Santa Maria não possui mão de obra qualificada. Em sua análise, muitos cursos que são realizados na região têm simplesmente o intuito de arrecadar dinheiro dos alunos, sendo que os mesmos chegam à empresa totalmente despreparados. Para o entrevistado, o fato de a empresa possuir um ex-funcionário, que atualmente é servidor do CTISM, contribui no sentido de que esse servidor conhece a realidade da empresa e as suas necessidades em termos de capacitação de mão de obra. O Supervisor finaliza a sua entrevista afirmando ser um diferencial positivo para as empresas que tem possibilidade de contratar esses egressos.

As transcrições das entrevistas realizadas e apresentadas resumidamente nesta subseção, revelam a percepção desses três profissionais envolvidos no processo, desde o momento do encaminhamento das matrículas, passando pela realização do curso, até o momento posterior à conclusão, com a respectiva inserção do egresso no mercado de trabalho.

A partir dos resultados desse estudo exploratório, o instrumento de coleta foi novamente analisado, para identificar a ausência de questões que pudessem complementar o entendimento da situação dos egressos em relação ao mercado de trabalho.

3.3.4 Aplicação do Questionário

A cada um dos egressos localizados, foi aplicado um questionário adaptado (apêndice A), baseado no modelo utilizado pela Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Essa pesquisa foi realizada em âmbito nacional tendo como universo os egressos dos cursos técnicos de nível médio, do período de 2003 a 2007, das Instituições Federais, abrangendo 31 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a Escola Técnica Federal de Palmas, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (incluindo cinco *campi* da Universidade), 41 Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED), 32 Escolas Agrotécnicas Federais e 19 Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades.

As adaptações realizadas tinham o objetivo de captar a realidade específica do caso estudado, de modo que algumas questões consideradas desnecessárias foram suprimidas,

outras foram incluídas e algumas foram modificadas visando adequar os termos utilizados para facilitar a compreensão pelos respondentes.

O questionário foi elaborado em forma de documento na plataforma on-line Google Drive, sendo disponibilizado o link para resposta através do envio por e-mail ou pela sua disponibilização em grupo fechado no Facebook. Por meio dessa ferramenta, as respostas são tabuladas automaticamente em uma planilha e na própria plataforma são disponibilizados os resultados descritivos do conjunto de questionários respondidos.

3.3.5 Teste Piloto

O teste piloto ou teste preliminar, de caráter experimental, é aplicado a uma pequena amostra de participantes e serve para avaliar aspectos de seu funcionamento e corrigir eventuais falhas antes de sua implantação definitiva.

A aplicação inicial do questionário não previa teste piloto, mas após os três primeiros questionários retornarem respondidos, percebeu-se que havia algumas falhas. A primeira delas era a ausência de um campo de identificação do respondente. Isso impossibilitava a separação dos egressos que já haviam respondido o questionário dos demais que ainda não tinham respondido.

A segunda falha percebida foi a ausência de uma lista onde o egresso pudesse marcar o curso ou cursos que havia realizado. Essa informação auxiliou em dois aspectos. Primeiramente, na identificação dos egressos que realizaram mais de um curso. Segundo, através da comparação com as listas de concluintes, serviu para garantir que o curso selecionado pelo egresso correspondia ao que ele efetivamente cursou. Por fim, a identificação dos respondentes por curso, permitiu gerar estatísticas individualizadas por curso e por área do curso.

Depois de identificadas essas falhas, os três primeiros questionários respondidos foram considerados o teste piloto, sendo excluídos dos resultados. O questionário foi corrigido e reenviado novamente a todos os egressos. Foi a partir da versão corrigida que surgiu a ideia de disponibilizar o link para preenchimento no Facebook, já que a maioria dos questionários enviados para os e-mails cadastrados não estavam retornando.

3.3.6 Tratamento dos Dados

A filtragem inicial dos resultados ocasionou a eliminação de 10 questionários respondidos em duplicidade. Também foi desconsiderado um questionário que no campo de identificação apresentava o nome de dois egressos misturados, sendo que nenhum desses nomes correspondia a algum egresso do curso que estava identificado no questionário. Após esses procedimentos iniciais, chegou-se ao total de 84 questionários válidos, sendo a planilha corrigida submetida novamente à análise estatística descritiva.

A infraestrutura tecnológica de apoio à realização da pesquisa envolveu as ferramentas de hardware e software necessárias, incluindo os aplicativos da plataforma Google Drive e do pacote MS Office.

Posteriormente, foi utilizado o pacote de software estatístico chamado SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), o qual possibilitou a tabulação, a análise dos dados e a elaboração dos relatórios e tabelas relativas à pesquisa.

A partir dos 84 questionários respondidos considerados válidos, foi gerado o banco de dados com as respostas dos entrevistados. Este banco de dados foi exportado para o SPSS, onde os dados passaram por análise prévia, com relação a sua consistência.

O questionário adaptado foi elaborado com base em três temas: empregabilidade dos egressos, continuidade de estudos e perfil socioeconômico dos respondentes, num total de 30 questões.

No início do questionário foram inseridas três questões com a obrigatoriedade de resposta. A primeira com objetivo de levar ao conhecimento do entrevistado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como de obter a sua confirmação quanto a leitura e aceitação do mesmo. A segunda e terceira questões possuíam cunho identificativo, mas tão somente com o objetivo de evitar a duplicidade de respostas pelo mesmo egresso, bem como identificar a segurança do entrevistado quanto a referência das respostas ao curso efetivamente concluído.

Portanto, o questionário aplicado aos egressos (apêndice A) possuía um total de 33 questões, sendo três de identificação, 17 relacionadas ao tema empregabilidade, 11 sobre o tema continuidade dos estudos e duas sobre o perfil socioeconômico dos egressos.

O método utilizado propunha-se obter um diagnóstico da situação dos egressos dos cursos FIC em termos de inserção do mercado de trabalho e verificar a percepção desses egressos quanto a contribuição dos cursos FIC para a sua situação profissional. Ademais esse

instrumento buscou identificar uma provável influência da realização de cursos FIC para a continuidade dos estudos em nível técnico ou superior, bem como uma possível relação entre a escolaridade dos pais e a continuidade dos estudos pelo filho.

3.3.7 Desenho do Estudo

A figura 2, apresentada a seguir, exemplifica de forma ilustrativa as etapas desenvolvidas durante a realização do estudo.

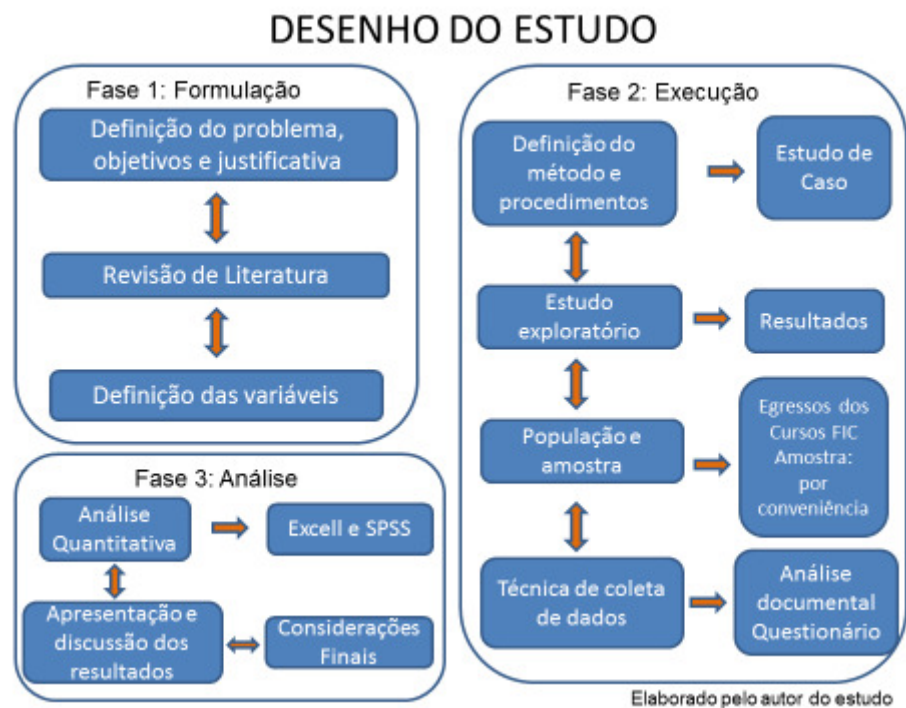


Figura 2 - Representação gráfica das fases do estudo.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta a análise dos resultados obtidos no estudo. Inicia-se com a exposição do perfil da população estudada, ou seja, dos egressos dos cursos FIC. Em seguida, são evidenciados os resultados referentes à coleta e ao processamento de dados obtidos por meio dos questionários aplicados aos egressos que compõem a amostra. Por fim, é realizada uma análise dos resultados destacando-se fatores com maior influência tanto para a inserção no mercado de trabalho quanto para a continuidade dos estudos.

4.1 Perfil da população

Esta seção destina-se a caracterizar, resumidamente, o perfil dos egressos sujeitos do estudo, isto é, os 345 militares temporários que concluíram os cursos FIC no período de 2012 a 2014.

De uma população inicial composta por 377 egressos, após a primeira análise descritiva chegou-se a uma população ajustada de 345 egressos. Isso ocorreu porque identificou-se que 32 militares tiveram a oportunidade de realizar mais de um curso. Não havia, portanto, um total de 377 egressos, mas sim 345 alunos que concluíram os cursos, sendo que 32 deles o fizeram por mais de uma vez, ou seja, atendiam a condição de egresso em dois momentos distintos.

Como o estudo se propunha a alcançar todos os egressos de igual forma, não seria sensato aplicar dois questionários para cada um dos egressos que realizaram mais de um curso, fazendo-os responder de forma isolada para cada curso. Assim, foi incluída uma questão que identificava essa condição nos respondentes, para que posteriormente fossem feitas análises pertinentes a essa situação.

A tabela 1 evidencia o número de egressos por área do curso. Destaque para o número de egressos dos cursos da área de mecânica, que engloba quase a metade do total de egressos. Ressalte-se que essa quantidade representa os egressos que realizaram apenas um curso na área de mecânica somados aos egressos que realizaram dois cursos, ambos na área de mecânica.

Tabela 1 - Número de egressos militares por área do curso

Área	Nº de egressos	Porcentual
Eletroeletrônica	102	29,6
Mecânica	157	45,5
Tecnologia da Informação	73	21,2
Mecânica/Eletroeletrônica	7	2,0
Mecânica/ Tecnologia da Informação	1	0,3
Eletroeletrônica/ Tecnologia da Informação	5	1,4
TOTAL	345	100

A tabela 2 apresenta o número de egressos por curso, número de egressos que realizaram mais de um curso, bem como as áreas desses cursos realizados.

Tabela 2 - Número de egressos militares temporários por curso

Curso	Nº de Egressos	Porcentual
Ajustador Mecânico	21	6,09
Auxiliar de Eletricista	14	4,06
Desenhista Mecânico	44	12,75
Eletricista Inst. Predial de Baixa Tensão	37	10,72
Inst. e Reparador de Redes de Computadores	30	8,70
Montador de Painéis Elétricos	21	6,09
Operador de Fresadora com CNC	11	3,19
Operador de Máquinas de Usinagem com CNC	16	4,64
Programador de Usinagem CNC	9	2,61
Programador WEB	40	11,59
Reparador de Circuitos Eletrônicos	25	7,25
Soldador no Processo MIG/MAG	21	6,09
Torneiro Mecânico	24	6,96
Dois Cursos na área de Mecânica	11	3,19
Dois Cursos na área de Eletroeletrônica	5	1,45
Dois Cursos na área de Tecnologia da Informação	3	0,87
Curso na área de Mecânica e na área de Eletroeletrônica	7	2,03
Curso na área de Mecânica e na área de Tecnologia da Informação	1	0,29
Curso na área de Eletroeletrônica e na área de Tecnologia da Informação	5	1,45
TOTAL	345	100

CNC = Comando Numérico Computadorizado

Nessa análise descritiva, destacam-se o número de alunos que realizaram dois cursos na área de mecânica (11), e o número de alunos que realizaram um curso da área de mecânica e outro na área de eletroeletrônica (sete). O primeiro indicador parece apontar uma busca pela complementariedade dos estudos pelos egressos, combinando cursos da mesma área. Por

outro lado, o segundo indicador pode representar tanto a procura pela ampliação das áreas do conhecimento, quanto um descontentamento pela área na qual o egresso realizou o seu primeiro curso.

O detalhamento dos egressos que realizaram mais de um curso, consta da tabela 3, onde estão relacionadas as combinações de cursos realizadas. Dos 32 egressos que fizeram mais de um curso, seis deles combinaram a realização do curso de Torneiro Mecânico e de Operador de Máquinas de Usinagem com CNC. Há nesse contexto uma nítida complementariedade de formação, uma vez que o primeiro curso capacita o egresso aos procedimentos básicos da usinagem com a utilização do torno mecânico, enquanto o segundo proporciona um avanço nas técnicas de usinagem utilizando máquinas com comando numérico computadorizado (CNC).

Tabela 3 - Número de alunos que realizaram mais de um curso

Cursos	Nº de egressos	Porcentual
Ajustador Mecânico/ Montador de Painéis Elétricos	1	3,13
Ajustador Mecânico/ Desenhista Mecânico	1	3,13
Auxiliar de Eletricista/ Eletricista Inst. Predial de Baixa Tensão	1	3,13
Desenhista Mecânico/ Eletricista Inst. Predial de Baixa Tensão	1	3,13
Desenhista Mecânico/ Reparador de Circuitos Eletrônicos	2	6,25
Eletricista Inst. Predial de Baixa Tensão/ Montador de Painéis Elétricos	3	9,38
Inst. e Reparador de Redes de Computadores/ Programador WEB	3	9,38
Inst. e Reparador de Redes de Computadores/ Reparador de Circuitos Eletrônicos	2	6,25
Operador de Fresadora com CNC/ Montador de Painéis Elétricos	1	3,13
Programador de Usinagem CNC/ Desenhista Mecânico	1	3,13
Programador de Usinagem CNC/ Inst. e Reparador de Redes de Computadores	1	3,13
Programador WEB/ Eletricista Inst. Predial de Baixa Tensão	2	6,25
Programador WEB/ Reparador de Circuitos Eletrônicos	1	3,13
Reparador de Circuitos Eletrônicos/ Torneiro Mecânico	1	3,13
Reparador de Circuitos Eletrônicos/ Montador de Painéis Elétricos	1	3,13
Soldador no Processo MIG/MAG/ Operador de Máquinas de Usinagem com CNC	1	3,13
Soldador no Processo MIG/MAG/ Torneiro Mecânico	1	3,13
Torneiro Mecânico/ Desenhista Mecânico	1	3,13
Torneiro Mecânico/ Montador de Painéis Elétricos	1	3,13
Torneiro Mecânico/ Operador de Máquinas de Usinagem com CNC	6	18,75
TOTAL	32	100

CNC = Comando Numérico Computadorizado

Outras combinações de cursos, também indicam essa conexão de saberes, mesmo algumas de áreas diferentes, mas que tem no conteúdo dos cursos ministrados relativa proximidade. É o caso dos alunos que fizeram os cursos de Eletricista Instalador Predial de

Baixa Tensão + Montador de Painéis Elétricos; Instalador e Reparador de Redes de Computadores + Programador WEB; e Instalador e Reparador de Redes de Computadores + Reparador de Circuitos Eletrônicos.

Quanto ao perfil demográfico dos egressos, a tabela 4 identifica o município ou região de naturalidade e de residência, de acordo com a divisão geográfica definida pelo Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2015), a qual delimita o estado em 28 regiões conforme a área de atuação da cada Conselho Regional de Desenvolvimento Econômico (COREDE). O município de Santa Maria pertence ao COREDE Central, juntamente com os demais municípios dessa região, porém aparece separado na tabela devido ao número expressivo de egressos que nasceram e residem nessa cidade.

Tabela 4 - Número de egressos nascidos e residentes por região do Rio Grande do Sul (RS)

Município/Região	Nº de egressos nascidos	Porcentual	Nº de egressos residentes	Porcentual
Santa Maria – Região Central	157	45,51	273	79,13
Demais municípios da Região Central	49	14,20	37	10,72
Vale do Rio Pardo	24	6,96	10	2,90
Jacuí Centro	23	6,67	19	5,51
Alto da Serra do Botucaraí	16	4,64	0	0,00
Fronteira Oeste	12	3,48	0	0,00
Produção	12	3,48	2	0,58
Campanha	10	2,90	1	0,29
Outras regiões do RS	39	11,30	3	0,87
Municípios fora do RS	3	0,87	0	0,00
TOTAL	345	100,00	345	100,00

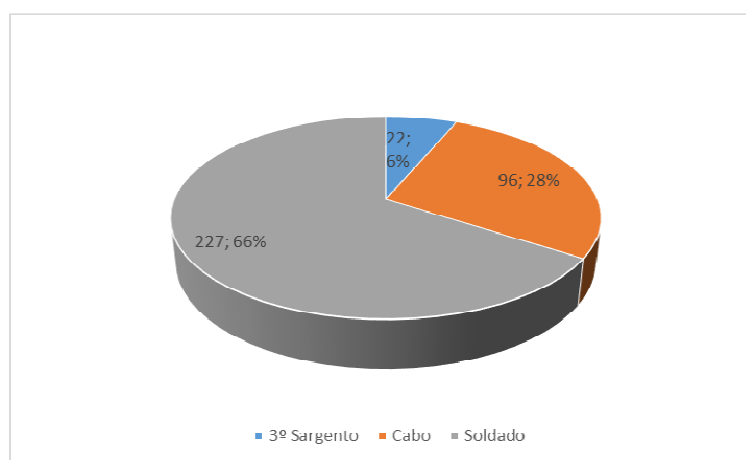
Percebe-se que aproximadamente 60% dos egressos são naturais da região central e cerca de 90% deles residem nessa mesma região. Essa informação permite captar um fator de identificação geográfica, ou seja, esses egressos conhecem a realidade local, as deficiências e as potencialidades da região em que cresceram e na qual hoje vivem.

A graduação é outro fator que merece uma breve análise nessa seção. De acordo com o Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980), os militares estão distribuídos em duas classes: oficiais, classificados por postos; e praças, classificadas por graduações.

Todos os militares temporários, sujeitos dessa pesquisa, pertenciam à classe dos praças e estavam enquadrados nas graduações de soldado, cabo e terceiro-sargento. Na atual política

de pessoal das Forças Armadas, o militar ingressa como soldado no serviço militar obrigatório e através de seleção interna pode chegar até a graduação de cabo. Em alguns casos específicos, o militar que possui um curso técnico pode ingressar, através de seleção, já na graduação de terceiro-sargento. O gráfico 1 apresenta a composição dos egressos por graduação.

Gráfico 1 - Graduação militar dos egressos



Verifica-se que, conforme aumenta a graduação, diminui o número de egressos nela enquadrados. Isso pode ser resultado de dois fatores. Primeiramente, o número de vagas de terceiros-sargentos temporários nos quadros das Forças Armadas é proporcionalmente menor ao número de vagas para cabos e soldados. Além disso, conforme o representante das OM relatou em entrevista, a prioridade foi dada aos militares que estavam para dar baixa, e anualmente, o número de soldados que vão para a reserva remunerada também é muito superior ao de terceiros-sargentos nessa condição.

A comprovação de que a oportunidade de realizar os cursos FIC foi estendida a todos os interessados que se enquadrassem nos requisitos pode ser visualizada na tabela 5, onde constam as diversas OM em que os militares temporários serviam. Esses dados foram levantados a partir da documentação do aluno (carteira de identidade militar) apresentada na matrícula dos cursos.

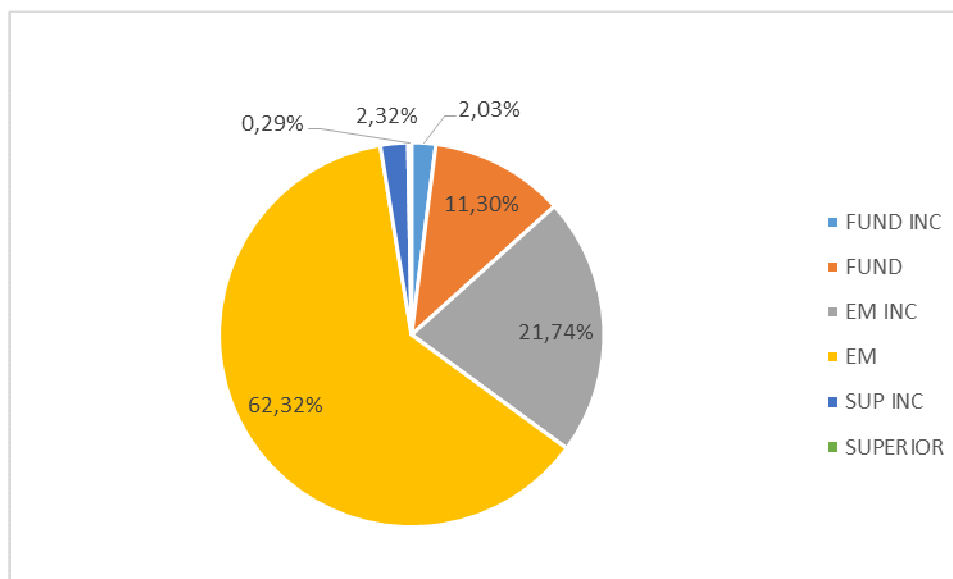
Tabela 5 - Número de egressos segundo a Organização Militar (OM) de origem

OM de origem	Nº de egressos	Porcentual
13ª Companhia de Depósito de Armamento e Munição	13	3,77
1º Regimento de Carros de Combate	40	11,59
26º Pelotão de Polícia do Exército	5	1,45
29º Batalhão de Infantaria Blindada	46	13,33
3ª Companhia de Comunicações Blindada	16	4,64
3º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado	37	10,72
4º Batalhão Logístico	32	9,28
6ª Brigada de Infantaria Blindada	19	5,51
6ª Bateria de Artilharia Antiaérea	18	5,22
6º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado	14	4,06
Base Aérea de Santa Maria	50	14,49
Centro de Instrução de Blindados	15	4,35
Companhia de Comando da 3ª Divisão de Exército	7	2,03
Campo de Instrução de Santa Maria	1	0,29
Comando Militar do Sul	2	0,58
Colégio Militar de Santa Maria	5	1,45
Depósito de Subsistência	2	0,58
Hospital de Guarnição	8	2,32
Parque Regional de Manutenção de Máquinas	15	4,35
TOTAL	345	100

Observa-se que as diversas OM de Santa Maria estão representadas, o que corrobora a declaração do subtenente responsável pelo encaminhamento das matrículas, de que todos os comandantes foram informados e de que haveria uma equalização na distribuição das vagas de modo que militares de todas as unidades pudessem ser contemplados.

As informações sobre a escolaridade dos egressos é outro fator preponderante para a análise dos resultados desta pesquisa. Uma vez que se pretende avaliar a influência da realização dos cursos FIC para a continuidade dos estudos, é imprescindível que se conheça o perfil de escolaridade da população estudada.

O gráfico 2 apresenta os dados de escolaridade dos egressos em termos percentuais. Ressalte-se que essa escolaridade é a declarada pelo aluno no ato da matrícula e comprovada com a documentação correspondente, ou seja, certificado de conclusão ou histórico escolar, no caso de ainda não ter concluído o curso.

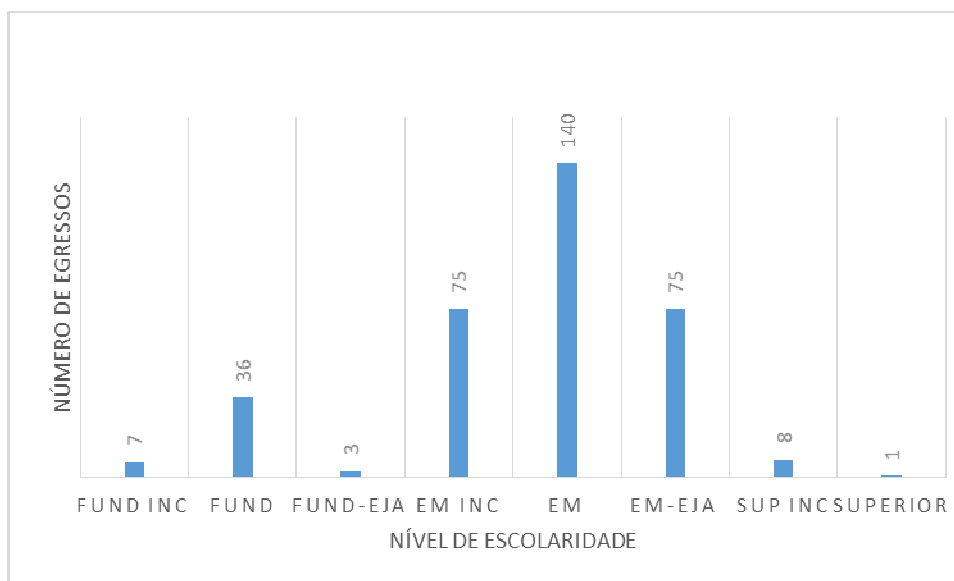
Gráfico 2 - Escolaridade dos egressos

Os cursos FIC ofertados pelo CTISM possuíam, como exigência mínima de escolaridade, o Ensino Fundamental Incompleto. Nota-se pelo gráfico, que apenas uma parcela mínima dos alunos (2,03%) possuía somente até esse nível de ensino. A maior parte dos alunos possuía o Ensino Médio Completo (62,32%), com alguns inclusive já cursando o ensino superior. Esse fator também pode ter contribuído para a alta taxa de conclusão dos cursos, uma vez que o nível de escolaridade dos alunos estava bem acima do mínimo exigido.

O gráfico 3, apresenta os dados de escolaridade em termos absolutos com uma subdivisão para os níveis de ensino. Essa subdivisão visa ressaltar a grande quantidade de alunos que concluiu o ensino médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Não se pretende impor qualquer tratamento diferenciado ao egresso que concluiu o ensino médio no modelo tradicional daquele que concluiu na modalidade EJA. O que se propõe aqui, com o devido destaque aos dados, é demonstrar que essa é mais uma possibilidade para a continuidade dos estudos, já que esses jovens, sujeitos da pesquisa, na condição de militares, já atingiram a idade de dezoito anos exigida para os cursos de ensino médio ou quinze anos no caso do ensino fundamental.

Sendo assim, a educação de jovens e adultos é mais uma possibilidade de qualificação para o mercado de trabalho, inclusive na Educação Profissional de nível técnico, em cursos como o de Eletromecânica ofertado pelo CTISM integrado à Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

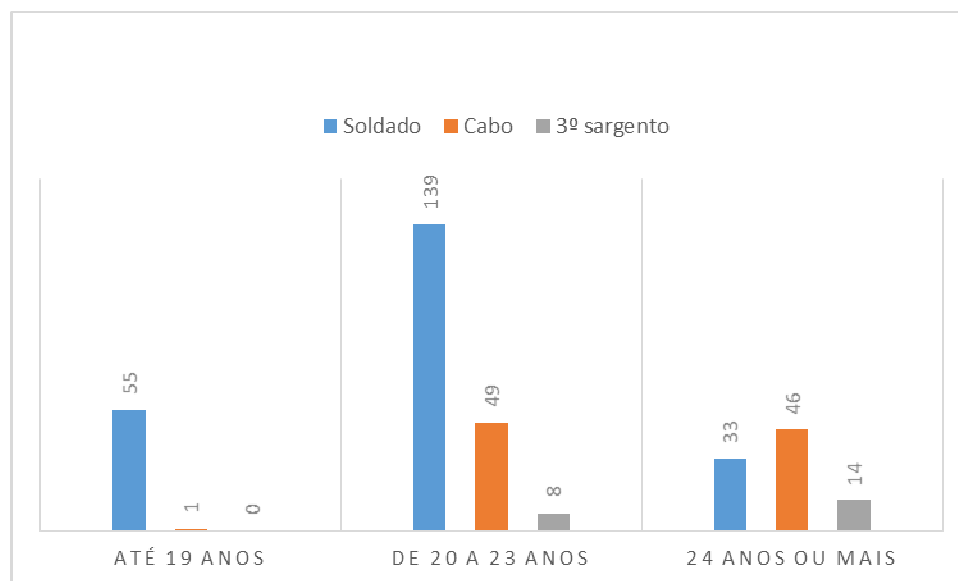
Gráfico 3 - Escolaridade dos egressos – detalhado

Finalmente, o levantamento dos dados referentes a faixa etária dos egressos revelou uma situação inesperada. Como o jovem presta o serviço militar obrigatório no ano em que completa dezenove anos, era de se esperar que a faixa etária média dos egressos (soldados) ficasse em torno desse padrão. Ocorre que as vagas não foram destinadas apenas aos militares que estavam cumprindo o serviço militar obrigatório, mas a todos aqueles que estavam em situação temporária.

O soldado ingressa nas Forças Armadas apenas por meio do recrutamento obrigatório, podendo depois prestar exame de seleção interna para chegar até a graduação de cabo. Neste caso, ele pode permanecer na ativa por até oito anos.

Como sargento, a formação do militar temporário é realizada através do Estágio Básico de Sargento Temporário (EBST) destinado aos profissionais de nível médio técnico que possuam formação em uma das áreas de interesse das Forças Armadas. O serviço militar temporário possui a duração de doze meses, prorrogáveis sucessivamente, por períodos de doze meses, de acordo com o interesse de ambas as partes. O tempo de serviço do militar temporário (serviço militar somado ao tempo de serviço público) não poderá exceder a oito anos de efetivos serviços, contínuos ou interrompidos.

Como os cursos FIC foram estendidos aos cabos e sargentos (temporários) a média geral da faixa etária dos egressos ficou um pouco acima do esperado. O gráfico 4 exemplifica essa questão apresentando o total de egressos divididos em três faixas etárias.

Gráfico 4 - Faixa etária dos egressos

Na faixa etária até 19 anos, encontravam-se 56 egressos (16,23%). Como era de se esperar, somente um militar não pertencia à graduação de soldado, ou seja, nessa faixa etária encontram-se os egressos que estavam prestando o serviço militar obrigatório, muitos deles com a expectativa de permanecer nos quadros das Forças Armadas, seja seguindo a carreira militar através de concurso, seja engajado como militar temporário por mais alguns anos.

A segunda faixa etária (de 20 a 23 anos) é a que concentra o maior número de egressos (196 ou 56,81% do total), onde predomina, na grande maioria, soldados e cabos. A partir dessa faixa etária, aparecem os soldados engajados, ou seja, aqueles que mediante mérito e bom comportamento conseguem permanecer no serviço ativo por um período além do obrigatório. Essa faixa etária apresenta militares em diferentes graduações, com tempo de serviço em torno de 5 anos, isto é, ainda com expectativa de permanecer nas fileiras das Forças Armadas por mais um período.

Os demais egressos (93; 26,96%) encontram-se na terceira faixa etária (acima de 24 anos), a maioria deles na graduação de cabo e terceiro-sargento. Nessa faixa etária, os militares normalmente possuem seis anos ou mais de serviço ativo e constataam a necessidade de novas perspectivas de trabalho, uma vez que em breve espaço de tempo, o seu vínculo com as Forças Armadas se extinguirá. Nessa nova condição, a relativa estabilidade do emprego, ainda que por tempo determinado, dá lugar à incerteza e à insegurança diante de um mercado de trabalho dinâmico e metamórfico, que cobra o preço pela acomodação e pelo desinteresse

daqueles que não procuraram qualificar-se. Para os egressos dessa faixa etária, a realização do curso FIC pode representar um diferencial considerável no momento de disputar uma vaga no mercado de trabalho.

4.2 Resultados da amostra

Esta seção apresenta os resultados da amostra com os dados tabulados a partir dos questionários respondidos. Como já descrito no Capítulo 3, devido à dificuldade de se estabelecer contato com os egressos, a amostra foi alterada do tipo probabilística com margem de erro de 5% para uma amostra por conveniência com margem de erro de 10%. Esse ajuste nos procedimentos metodológicos não prejudica os objetivos da pesquisa, apenas inviabiliza a generalização dos resultados para toda a população do estudo.

Ainda assim, uma amostra de 84 indivíduos (aproximadamente 25%) de um total de 345 é um índice considerável, permitindo uma série de análises tanto quantitativas quanto qualitativas, possibilitando a correlação dos resultados com os objetivos da pesquisa.

4.2.1 Fator Empregabilidade

Esta subseção demonstra os resultados obtidos a partir da análise da primeira parte do questionário, cujo fator denominado Empregabilidade envolve 19 variáveis. Inicialmente são apresentadas as análises univariadas, ou seja, as tabelas de frequência e gráficos são exibidos individualmente para cada variável.

A primeira análise refere-se à área do curso realizado (tabela 6). Observa-se que dos 84 respondentes, a maior parte (48) realizou cursos na área de Mecânica, sendo que outros quatro egressos realizaram um curso na área de mecânica e um curso na área de Eletroeletrônica.

Ocorreu no retorno dos questionários uma certa proporcionalidade com o número de egressos da população, tomando-se por base o número de egressos por área. Chama a atenção negativamente, o fato de somente 12 egressos da área de Tecnologia da Informação (TI) terem respondido o questionário, de um total de 73 da população estudada

Tabela 6 - Respondentes por área do curso

Área	Frequência	Porcentual	Porcentual acumulado
Mec	41	48,8	48,8
EE	27	32,1	81,0
TI	12	14,3	95,2
Mec + EE	4	4,8	100,0
Total	84	100,0	

Mec = mecânica; EE = eletroeletrônica; TI = tecnologia da informação

Ao analisar-se individualmente os cursos realizados pelos respondentes, a tabela de frequências gerada é mais diversa (Tabela 7).

Tabela 7 - Respondentes por curso

Curso	Frequência	Porcentual	Porcentual acumulado
AM	9	10,7	10,7
AE	3	3,6	14,3
DM	9	10,7	25,0
EIPBT	8	9,5	34,5
IRRC	6	7,1	41,7
MPE	4	4,8	46,4
OF CNC	4	4,8	51,2
OMU CNC	3	3,6	54,8
PU CNC	1	1,2	56,0
PW	6	7,1	63,1
RCE	10	11,9	75,0
SP MIGMAG	5	6,0	81,0
TM	5	6,0	86,9
OMU CNC + TM	3	3,6	90,5
SP MIGMAG + TM	1	1,2	91,7
DM + TM	1	1,2	92,9
EIPBT + MPE	1	1,2	94,0
MPE + RCE	1	1,2	95,2
DM + RCE	1	1,2	96,4
TM + RCE	1	1,2	97,6
AM + MPE	1	1,2	98,8
DM + EIPBT	1	1,2	100,0
Total	84	100,0	

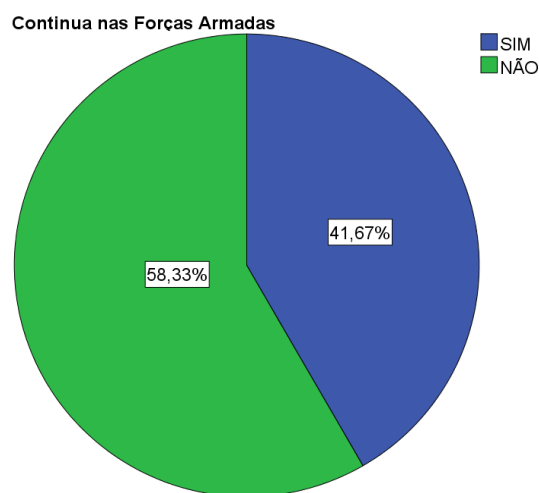
Comparando com os dados populacionais, destacam-se positivamente o curso de Ajustador Mecânico (AM) com nove respondentes de um total de 21; Reparador de Circuitos

Eletrônicos (RCE), 10 de um total de 25; Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão (EIPBT), oito de um total de 37; e três egressos (50% de um total de seis) que realizaram os cursos de Operador de Máquinas de Usinagem com Comando Numérico Computadorizado (OMU CNC) + Torneiro Mecânico (TM).

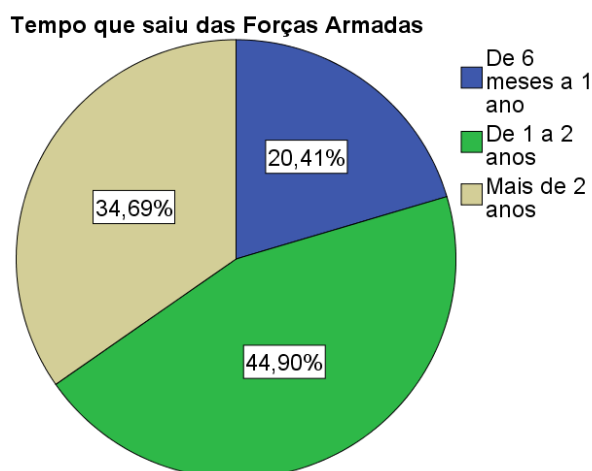
Negativamente, o destaque individualizado é novamente para os cursos da área de TI com apenas seis respondentes do curso de Programador WEB (PW), de um total de 40, e somente seis respondentes do curso de Instalador e Reparador de Redes de Computadores (IRRC), de um total de 30.

Com relação à situação dos egressos, o gráfico 5 apresenta o percentual de respondentes que ainda estão vinculados às Forças Armadas e daqueles que já se encontram na situação de reservista. Para os 49 respondentes que já deixaram as Forças Armadas, o gráfico 6 evidencia, também em termos percentuais, o tempo decorrido desde o seu desligamento.

Gráfico 5 - Porcentual de egressos civis e militares



A representação gráfica permite constatar que muitos egressos continuaram no serviço militar após a realização do curso. Conforme consta da análise da população estudada, a maioria encontrava-se na graduação de soldado, muitos no primeiro ano de serviço, o que lhes dá uma certa perspectiva de continuar nas Forças Armadas por mais algum tempo, o que não significa abrir mão de oportunidades de capacitar-se, inclusive para aumentar as suas chances de permanência no meio militar.

Gráfico 6 - Tempo decorrido desde a saída das Forças Armadas

Dos reservistas, a maior parte já se desligou a mais de um ano, ou seja, já estão diante dos desafios do mercado de trabalho há um tempo considerável.

Antes de se investigar a situação ocupacional dos egressos, foi inserido um questionamento com o intuito de captar a motivação dos mesmos para a matrícula nos cursos. A tabela 8 apresenta o resultado dessa variável. Percebe-se que do total de respondentes, mais de 80% escolheram o curso devido ao seu interesse pela área.

Tabela 8 - Motivo que levou o egresso a matricular-se no curso

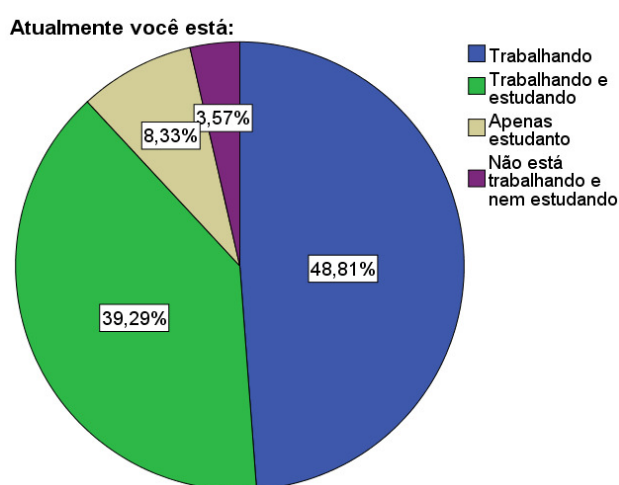
	Frequência	Porcentual	Porcentual
A área do curso era de meu interesse	68	81,9	81,9
O curso era gratuito	7	8,4	90,4
O curso era no horário do expediente	1	1,2	91,6
Outro	7	8,4	100,0
Total	83	100,0	

Ademais, das sete respostas tabuladas como “Outro”, em quatro delas a descrição colocada no questionário pelo respondente permite relacioná-la também ao interesse pela área, diante de afirmações como “para conhecer mais sobre essa área”; “conhecimento extra”; “tem a ver com a profissão que eu gostaria e hoje pratico” e “aprender novas áreas para no futuro, quem sabe aplicar em algo”. Esse indicador confirma a informação obtida no estudo

exploratório de que não houve direcionamento na realização das matrículas, dando total liberdade ao militar para a escolha do curso de acordo com a sua área de interesse.

A situação dos respondentes em termos de ocupação é exibida no gráfico 7. Enfatiza-se o alto percentual de respondentes ocupados, seja com trabalho, estudos ou ambos, restando um percentual mínimo (3,57%) de egressos que podem ser considerados não ocupados (não estudam nem trabalham).

Gráfico 7 - Situação ocupacional dos egressos



Aos dez respondentes que informaram não estar trabalhando, foi questionado se em algum momento, após a conclusão do curso, eles trabalharam na área em que se formaram. Quatro responderam que sim. Dois responderam que não, porque não conseguiram vaga de trabalho na área de formação. Um respondeu que não, devido à falta interesse em trabalhar nessa área. Outro respondeu que não, porque encontrou trabalho melhor remunerado em outra área. E outros dois responderam que não, pois priorizaram a continuidade dos estudos em relação ao trabalho.

A análise desse pequeno grupo demonstra que, mesmo para aqueles que não estavam trabalhando no momento da realização da pesquisa, em algum momento de sua trajetória profissional a formação recebida influenciou, de diferentes formas, a sua inserção ou não no mercado de trabalho.

Para esse grupo, no estudo do contexto de empregabilidade, foi realizado apenas mais um questionamento sobre o objetivo do egresso ao concluir o curso FIC. Essa análise é

apresentada no decorrer desta subseção, em conjunto com os demais respondentes. A partir de então, para esse grupo, o questionário apresentava as questões relativas à continuidade dos estudos, cujo resultado também é apresentado agregado aos demais respondentes na subseção seguinte.

Aos 74 egressos que responderam estar trabalhando ou estudando e trabalhando, eram apresentadas uma série de questões referentes ao fator empregabilidade, cujos resultados são descritos na tabela 9.

Tabela 9 - Egressos que trabalham na área em que se formaram

	Frequência	Porcentual	Porcentual acumulado
Sim, totalmente	7	9,5	9,5
Sim, parcialmente	17	23,0	32,4
Não	50	67,6	100,0
Total	74	100,0	

O primeiro indicador que chama a atenção é o porcentual de respondentes que atualmente não trabalham na área de formação (mais de 67%). Ressalta-se, entretanto, que esse total de respondentes engloba os militares que, embora tenham a liberdade para escolher o curso, não dispõe de autonomia para decidir sobre a sua área de atuação dentro da OM.

Tabela 10 - Satisfação dos egressos em relação a sua atividade profissional na atualidade

	Frequência	Porcentual	Porcentual acumulado
Muito satisfeito	15	20,3	20,3
Satisfeito	40	54,1	74,3
Indiferente	15	20,3	94,6
Insatisfeito	4	5,4	100,0
Total	74	100,0	

Na tabela 10, o destaque fica por conta dos respondentes que disseram satisfeitos ou muito satisfeitos com a sua atividade profissional na atualidade (74,3%). A análise conjunta das tabelas 9 e 10, pressupõe, a priori, que o grau de satisfação não depende de se estar atuando na área de formação.

A sequência do questionário apresenta quatro variáveis de cunho externo, ou seja, estão mais propensas a influências do mercado de trabalho do que relacionadas aos cursos e às opções dos egressos. Quanto a variável remuneração, a tabela 11 exhibe a percepção dos respondentes de como está o padrão do seu salário em relação à média paga aos demais profissionais do mercado.

Tabela 11 - Remuneração em relação à média do mercado

	Frequência	Porcentual	Porcentual acumulado
Acima da média do mercado	15	20,3	20,3
Na média do mercado	53	71,6	91,9
Abaixo da média do mercado	6	8,1	100,0
Total	74	100,0	

Conforme a tabela 11, 71,6% dos respondentes afirmaram que a sua remuneração está na média do mercado. Essa variável aparenta ser um tanto subjetiva, pois percebe-se uma ausência de parâmetro de comparação, isto é, qual seria a média do mercado, se o piso da categoria ou o salário mínimo regional e até mesmo se o respondente tem condições de ponderar esse tipo de relação.

Por outro lado, a carga horária semanal é uma variável mais objetiva e os indicadores apresentados na tabela 12 apontam para uma concentração das respostas na faixa de 40 a 44 horas, que é a carga horária semanal regulamentar para a maioria dos empregados.

Tabela 12 - Carga horária semanal de trabalho

	Frequência	Porcentual	Porcentual acumulado
De 20 a 29h	3	4,1	4,1
De 30 a 39h	12	16,4	20,5
De 40 a 44h	37	50,7	71,2
Acima de 44h	21	28,8	100,0
Total	73	100,0	

Na análise da variável que identifica o vínculo empregatício dos respondentes foi detectada uma falha na adaptação do questionário. A classificação “militar” não existia inicialmente no questionário. Então muitos respondentes assinalaram a opção “em contrato temporário”. Outros marcaram a opção “empregado sem carteira assinada” e alguns assinalaram o campo “outros” preenchendo ao lado com expressões como “militar”, “militar temporário” ou “serviço militar”.

Após detectar-se essa inconsistência os questionários foram novamente analisados individualmente, em comparação com a variável “continua nas Forças Armadas”. Então para aqueles que haviam respondido positivamente a questão anterior, a variável “vínculo empregatício” foi modificada para a opção “militar”. Esse procedimento gerou o resultado exibido na tabela 13.

Tabela 13 - Vínculo empregatício

	Frequência	Porcentual	Porcentual acumulado
Empregado com carteira assinada	33	44,6	44,6
Servidor público concursado	1	1,4	45,9
Autônomo/Prestador de Serviços	2	2,7	48,6
Estagiário	1	1,4	50,0
Proprietário de empresa/negócio	2	2,7	52,7
Militar	35	47,3	100,0
Total	74	100,0	

Observa-se a predominância dos respondentes em dois grandes grupos: empregados com carteira assinada e militares. Esses dois grupos perfazem mais de 90% do total de 74 respondentes que estavam trabalhando. O percentual de 44,6% de empregados com carteira assinada indica um bom nível de inserção no mercado de trabalho formal. Por outro lado, o baixo índice de autônomos/prestadores de serviços e proprietários de empresa/negócio, sinaliza um perfil pouco empreendedor desses egressos.

A variável seguinte “número de funcionários”, teve como propósito identificar o tamanho da empresa na qual o respondente trabalha. Visando captar a percepção mais fiel possível, foi elaborada uma questão aberta, onde o respondente deveria preencher o número aproximado de funcionários que trabalhavam na empresa ou organização. Após a análise dos questionários respondidos, dois impasses surgiram nessa variável.

O primeiro deles foi qual classificação usar para caracterizar o tamanho da empresa. Depois de algumas alternativas estudadas, optou-se pela classificação utilizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que é o critério de classificação do porte das empresas pelo número de empregados definido pelo IBGE. Ainda assim, esse critério é dividido em setor da indústria e setor de comércio e serviços. Como a maioria dos cursos FIC realizados era na área industrial e, por consequência, a maioria dos respondentes também eram dessa área, optou-se por utilizar a classificação definida para o setor industrial, conforme a tabela 14.

Tabela 14 - Classificação do porte da empresa – indústria

Porte	Nº de empregados
Micro	Até 9
Pequena	De 20 a 99
Média	De 100 a 499
Grande	Mais de 500

Fonte: SEBRAE/2015

O segundo impasse refere-se aos que, na condição de militares, consideraram o número de empregados em diferentes conceitos de organização, pois a resposta a essa questão variou de algumas centenas a milhares. Percebe-se que alguns consideraram a unidade militar onde serviam, enquanto outros consideraram o comando (do exército ou da aeronáutica) como um todo.

A fim de se evitar discrepâncias, todas as respostas dos militares a essa questão foram alteradas no banco de dados para a sigla OM e não serão objeto de análise nessa variável. Do mesmo modo, foram desconsiderados os questionários dos autônomos/prestadores de serviços (que sequer respondiam a essa questão), do servidor público e do estagiário.

Então, basicamente a análise dessa variável se resume às respostas dos empregados e dos proprietários de empresa/negócio, perfazendo um total de 34 respondentes, dos quais 10 (29,41%) afirmaram trabalhar em microempresas, 13 (38,24%) em pequenas empresas, 6 (17,65%) em empresas de médio porte e 5 (14,70%) em empresas de grande porte.

As quatro próximas variáveis investigam a relação entre a ocupação atual do egresso e a capacitação recebida no curso FIC. Primeiramente, questiona-se há quanto tempo o egresso trabalha na área do curso realizado. A tabela 15 apresenta os resultados.

Tabela 15 - Tempo em que trabalha na área profissional do curso

	Frequência	Porcentual	Porcentual acumulado
Há menos de um ano	4	5,4	5,4
De 1 a 2 anos	12	16,2	21,6
De 2 a 5 anos	8	10,8	32,4
Mais de 5 anos	4	5,4	37,8
Nunca trabalhou na área profissional do curso	46	62,2	100,0
Total	74	100,0	

A priori, o percentual de respondentes que nunca trabalhou na área de formação é o que mais se destaca. Porém, ao levar-se em conta que, desses respondentes 22 são militares, o indicador perde relevância, pois como explicado anteriormente, o militar, ainda que possua a capacitação necessária, muitas vezes não consegue atuar na OM diretamente em sua área de formação. Nesse caso, pode-se dizer que há um equilíbrio entre o número de respondentes que atuam e os que nunca atuaram na área do curso.

Mesmo para os que não atuam diretamente na área de formação, a realização do curso pode influenciar na atividade profissional do egresso de diferentes formas. Por esse motivo, foi questionado aos egressos percepção deles acerca da influência do curso FIC em relação a sua situação atual, cujo resultado é demonstrado na tabela 16.

Dos 73 respondentes, apenas 19,2% afirmaram que a realização do curso não trouxe algum benefício ou vantagem para a sua situação atual. Os outros 80,8% declararam que o curso influenciou de forma positiva, principalmente despertando o interesse pela área de formação do curso (46,6%). Para 20,5% dos respondentes o curso foi fundamental, gerando novas oportunidades de trabalho. E para 13,7% a realização do curso foi imprescindível, pois consideram que sem essa capacitação não estariam no emprego atual.

Tabela 16 - Necessidade da capacitação obtida com o curso para o trabalho atual

	Frequência	Porcentual	Porcentual acumulado
Imprescindível, pois sem ela não estaria no emprego atual	10	13,7	13,7
Fundamental, pois gerou novas oportunidades de trabalho	15	20,5	34,2
Significativa, pois despertou o interesse por essa área de formação	34	46,6	80,8
Indiferente, pois não trouxe nenhum benefício ou vantagem	14	19,2	100,0
Total	73	100,0	

Em seguida, questionou-se aos egressos se há alguma relação entre a área do curso e a sua atividade profissional. Buscou-se identificar se a atividade, mesmo não dependendo da capacitação realizada, de alguma forma apresenta alguma proximidade com a área ou com os conteúdos ministrados no curso. Essa questão foi respondida por 73 egressos, conforme tabela 17.

Tabela 17 - Relação entre o trabalho atual e a área do curso

	Frequência	Porcentual	Porcentual acumulado
Fortemente relacionada com a área profissional do curso	15	20,5	20,5
Fracamente relacionada com a área profissional do curso	24	32,9	53,4
Não tem nenhuma relação com o curso	34	46,6	100,0
Total	73	100,0	

A maior parcela dos respondentes (53,4%) informou que a área do curso possui alguma relação, mesmo que fraca, com a atividade profissional que desempenha. Para os demais (46,6%), não há nenhuma relação entre o trabalho atual e o curso que realizou. Para aqueles respondentes que afirmaram haver relação entre a sua atividade e a área do curso, foi questionado se a capacitação recebida estava adequada às exigências do trabalho que desempenham. A tabela 18 relaciona a frequência das respostas obtidas.

Tabela 18 - Exigência da capacitação profissional na atualidade

	Frequência	Porcentual	Porcentual acumulado
Inferior à recebida no curso	6	15,4	15,4
Compatível com a recebida no curso	20	51,3	66,7
Superior à recebida no curso	13	33,3	100,0
Total	39	100,0	

Dos 39 respondentes, 20 (51,3%) afirmaram que o trabalho atual que desempenham possui uma exigência de capacitação compatível com a recebida no curso. Portanto, pode-se dizer que para estes egressos está ocorrendo um bom nível de aproveitamento dos conhecimentos e práticas adquiridos na realização do curso.

Quanto aos demais, pode-se considerar um subaproveitamento em 15,4% dos casos, cujos respondentes declararam exercer atividades que demandam capacitação inferior à recebida. Para os 33,3% restantes, o trabalho atual exige capacitação maior que a recebida no curso FIC, o que pode ser suprido por treinamento fornecido pela própria empresa em casos específicos ou pela continuidade dos estudos, quando a atividade exercida exigir conhecimentos de nível técnico ou superior.

A variável apresentada a seguir reflete uma característica bastante singular da população estudada. Verificou-se uma predominância muito acentuada de egressos com naturalidade e residência proveniente do município de Santa Maria e de cidades da região central. Essa questão buscou identificar se os egressos, após concluírem o curso, permaneceram na região ou buscaram oportunidades de trabalho em outros locais. A frequência demonstrada na tabela 19 indica que, entre os respondentes, também ocorre a predominância acentuada daqueles que exercem trabalho no município de Santa Maria ou próximo a ele.

O indicador a ser ponderado nessa análise é que, dos 62 respondentes que informaram exercer trabalho, 35 são militares, ou seja, esses egressos continuam na mesa OM em que estavam ao ingressarem no curso. Para esse grupo, de modo geral, não há sequer motivo para que o trabalho mudasse de localização.

Tabela 19 - Localização do trabalho atual

	Frequência	Porcentual	Porcentual acumulado
Em Santa Maria	62	83,8	83,8
Até 50 km de Santa Maria	2	2,7	86,5
Entre 50 e 100 km de Santa Maria	2	2,7	89,2
Entre 100 e 400 km de Santa Maria	7	9,5	98,6
Mais de 400 km de Santa Maria	1	1,4	100,0
Total	74	100,0	

Ainda assim, restam outros 27 egressos exercendo a sua atividade em Santa Maria, e outros 4 em municípios localizados a uma distância geográfica de até cem quilômetros. Portanto, mesmo dentre aqueles que deixaram as Forças Armadas, a maioria encontrou oportunidades de trabalho que permitiram a sua permanência na região ou município de origem.

Há de se considerar que muitos alunos podem mudar suas perspectivas, opiniões e projetos pessoais ao deparar-se com uma nova área de conhecimento. Principalmente quando essa oportunidade de se capacitar é realizada em uma instituição com tradição na Educação Profissional. A partir do leque de oportunidades que pode se abrir durante a realização do curso, foi questionado aos egressos qual era o seu principal objetivo ao concluir o curso FIC. A tabela 20 apresenta a frequência de respostas.

Tabela 20 - Principal objetivo ao concluir o curso de Formação Inicial e Continuada (FIC)

	Frequência	Porcentual	Porcentual acumulado
Qualificar-se para manter-se nas Forças Armadas	8	9,5	9,5
Capacitar-se para oportunidades de trabalho fora das Forças Armadas	44	52,4	61,9
Obter um certificado de uma instituição de ensino reconhecida	12	14,3	76,2
Continuar os estudos na área de formação	16	19,0	95,2
Outro	4	4,8	100,0
Total	84	100,0	

Destacam-se os 44 egressos (52,4%) que realizaram o curso com a finalidade de capacitar-se para oportunidades de trabalho fora das Forças Armadas. Esse indicador reflete a consciência de que o trabalho atual é temporário e que, ao passar para a reserva não remunerada, o egresso precisa estar munido de alguma capacitação que lhe permita competir no mercado de trabalho.

Entre os respondentes, oito deles (9,5%) afirmaram que o seu objetivo era qualificar-se para manter-se nos quadros das Forças Armadas. Para esse grupo, a realização do curso pode contribuir para que a OM o observe com certo destaque em relação as demais militares que pretendem engajar, mas que não buscam capacitar-se enquanto prestam o serviço militar.

Para 12 egressos (14,3%), o objetivo principal era obter o certificado, reconhecendo que realizar o curso em uma instituição como o CTISM pode representar um fator diferencial na busca por vagas de trabalho. Na percepção desse grupo, a chancela do certificado influencia mais do que a própria capacitação recebida.

Outros 16 respondentes (19%) apontaram como principal objetivo ao concluir curso, a vontade de seguir com os estudos nessa área de formação. Para esses egressos, a oportunidade de realizar o curso FIC pode ter significado um incentivo para seguir estudando nessa área, seja por meio de outro curso FIC, no ensino técnico ou no ensino superior.

Por fim, para os 4 egressos (4,8%) que responderam a alternativa “Outro”, a conclusão do curso não objetivava diretamente à capacitação/qualificação para o trabalho ou a continuidade dos estudos, mas sim uma aspiração por conhecimento na área. Eles descreveram expressões como “aprendizado”, “agregar conhecimento” e “curiosidade sobre o tema” como o objetivo principal para concluir o curso.

4.2.2 Fator Continuidade dos Estudos

Além de representar uma oportunidade de qualificação para o mercado de trabalho, aumentando as chances de inserção dos egressos, os cursos FIC podem se transformar na etapa inicial de uma trajetória na Educação Profissional. O tópico “continuidade dos estudos” busca investigar se houve uma sequência nos estudos após a realização do curso FIC e quais fatores podem ter influenciado essa condição.

Conforme referido na análise dos dados da população, foram identificados egressos que concluíram mais de um curso FIC. Mesmo que esses cursos não forneçam certificação de

nível de escolaridade, não se pode deixar de considerar que a sua realização representa uma continuidade, seja pela complementação de conhecimentos da mesma área de formação, seja pela diversificação de estudos em áreas distintas.

A tabela 21 distingue os 16 respondentes (19%) que realizaram mais de um curso FIC, dos demais 68 (81%) que realizaram apenas um curso. Em seguida tabela 22 apresenta relação entre os dois cursos realizados para aqueles respondentes que se enquadram nessa condição.

Tabela 21 - Egressos que após a conclusão do primeiro curso, concluíram ou estavam cursando outro curso de Formação Inicial e Continuada (FIC)

	Frequência	Porcentual	Porcentual acumulado
Sim	16	19	19
Não	68	81	100
Total	84	100	

Tabela 22 - Relação entre a área profissional do curso com o curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) anterior

	Frequência	Porcentual	Porcentual acumulado
Fortemente relacionada	8	50,0	50,0
Fracamente relacionada	3	18,8	68,8
Não tem nenhuma relação	5	31,3	100,0
Total	16	100,0	

Verifica-se que a maioria dos respondentes (68,8%) que cursaram mais de um curso FIC, procuraram um segundo curso cuja área possuía alguma relação com primeiro. Supõe-se, nesse caso, a confirmação de uma informação relatada no tópico anterior de análises, quando predominou como motivo para realização do curso o interesse pela área.

Visando identificar se os egressos buscaram outras oportunidades, além daquelas ofertadas em parceria entre o CTISM e as OM, foi questionado aos 16 respondentes que fizeram mais de um curso FIC se o segundo curso foi realizado na mesma instituição. Nessa variável ocorreu um perfeito equilíbrio com oito egressos respondendo que sim e oito egressos respondendo que não. Esse indicador demonstra que os egressos estavam atentos às oportunidades de qualificação disponibilizadas para os militares temporários. Além disso,

exemplifica a informação prestada pelo Subtenente quanto a outras parcerias que o Exército busca desenvolver para qualificar o seu quadro de pessoal temporário.

A variável estudada em seguida investiga se o egresso buscou uma continuidade nos estudos, em termos de elevação no nível de ensino, seja pela sequência na Educação Profissional por meio de um curso técnico, seja pela frequência em um curso de graduação. Esses dados são exibidos na tabela 23

Tabela 23 - Número de egressos que após a conclusão do curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) cursou ou está cursando algum curso de nível técnico ou superior

	Frequência	Porcentual	Porcentual acumulado
Sim	37	44,0	44,0
Não	47	56,0	100,0
Total	84	100,0	

Identifica-se uma parcela considerável de respondentes (44%) que deram continuidade aos estudos em nível técnico e superior. Entretanto, a maior parte (56%) ainda não tem o aumento da escolaridade como uma prioridade no momento atual.

Aos 37 egressos que responderam afirmativamente à questão anterior, foi perguntado se o curso técnico ou superior que cursaram ou estavam cursando, possuía alguma relação com o curso FIC. Conforme consta na tabela 24 maior parte deles (62,2%) respondeu que não. Porém, para 24,3% dos respondentes, o curso técnico ou superior tem uma forte relação com o curso FIC. Esse indicador pressupõe a manutenção do interesse e a procura por mais qualificação na área de formação.

Tabela 24 - Relação entre a área profissional do curso técnico ou superior com a área do curso de Formação Inicial e Continuada (FIC)

	Frequência	Porcentual	Porcentual acumulado
Fortemente relacionada	9	24,3	24,3
Fracamente relacionada	5	13,5	37,8
Não tem nenhuma relação	23	62,2	100,0
Total	37	100,0	

Na sequência foi indagado aos 37 egressos se o curso técnico ou superior em questão era na mesma instituição em que fora realizado o curso FIC. De acordo com a tabela 25, ocorre um equilíbrio nessa questão. Entretanto, os 45,9% de respondentes que continuaram como alunos da UFSM, representam um indicador relevante tanto em termos de oportunidade de acesso aos demais níveis de ensino na educação pública, como também um vínculo de proximidade com uma instituição já conhecida por eles.

Tabela 25 - Curso técnico ou superior na mesma instituição do curso de Formação Inicial e Continuada (FIC)

	Frequência	Porcentual	Porcentual acumulado
Sim	17	45,9	45,9
Não	20	54,1	100,0
Total	37	100,0	

Quanto ao nível do curso, a tabela 26 revela uma predominância acentuada de egressos que deram sequência aos estudos por meio do ensino superior (75,7%). Entretanto, não se pode desmerecer o índice de 24,3% de respondentes que prosseguiram seus estudos pela via do ensino técnico.

Tabela 26 - Nível de ensino do curso

	Frequência	Porcentual	Porcentual acumulado
Técnico subsequente ao Ensino Médio	9	24,3	24,3
Superior	28	75,7	100,0
Total	37	100,0	

Por meio da análise individualizada dos questionários, verificou-se que desses nove egressos apenas dois não cursaram ou estão cursando o ensino técnico em área relacionada ao curso FIC. Para a maioria dos que ingressaram em cursos técnicos, portanto, o curso FIC foi a porta de entrada para a Educação Profissional. Por outro lado, a inspeção individual dos questionários respondidos pelos 28 egressos que prosseguiram os estudos por meio do ensino

superior, revelou que 21 deles afirmaram não haver nenhuma relação entre a área do curso FIC e o curso superior que cursaram ou estão cursando.

Esse indicador parece refletir a percepção de que a Educação Profissional é mais procurada em níveis básicos e intermediários. Em nível superior o número de alunos matriculados nas graduações tradicionais ainda se distancia bastante dos matriculados em cursos superiores de tecnologia.

Outro fator relevante a ser investigado, quando se trata de oportunidades de ensino ofertadas pelo poder público, é a origem desses alunos em termos de perfil de escola da qual eles provém. Diferentemente dos cursos técnicos e dos cursos superiores, os cursos FIC não possuem a característica de reserva de vagas para estudantes de escolas públicas. Como se trata de um projeto singular dentro do PRONATEC, gerado através da articulação entre o CTISM e as OM, para um público específico (militares temporários), não haveria o porquê de se reservar vagas para alunos provenientes de escolas públicas. Não significa, entretanto, que essa origem não mereça ser investigada. A tabela 27 apresenta os índices relativos ao ensino fundamental dos respondentes.

Tabela 27 - Tipo de escola em que cursou o ensino fundamental

	Frequência	Porcentual	Porcentual acumulado
Somente em escola pública	76	90,5	90,5
Maior parte em escola pública	4	4,8	95,2
Maior parte em escola particular	4	4,8	100,0
Total	84	100,0	

Observa-se que mais de 90% dos respondentes afirmaram ter frequentado o ensino fundamental somente em escola pública. Outros 4,8% informaram ter realizado a maior parte do ensino fundamental em escola pública. Esses indicadores revelam um aspecto relevante do público atendido pelos cursos FIC. Mesmo não ocorrendo qualquer tipo de reserva de vagas houve a predominância massiva de alunos provenientes de escola pública.

Quando se analisa a origem desses alunos no ensino médio, os índices não são muito distintos dos anteriores. Conforme a tabela 28, dos 83 egressos que responderam à questão, 72 deles (86,7%) cursaram ou estão cursando o ensino médio totalmente em escola pública. Outros sete responderam que cursaram ou cursam a maior parte do ensino médio em escola

pública. Ou seja, nesse quesito há novamente uma predominância absoluta de alunos provenientes do ensino público.

Tabela 28 - Tipo de escola em que cursou ou cursa o ensino médio

	Frequência	Porcentagem	Porcentual acumulado
Somente em escola pública	72	86,7	86,7
Somente em escola particular	1	1,2	88,0
Maior parte em escola pública	7	8,4	96,4
Maior parte em escola particular	3	3,6	100,0
Total	83	100,0	

As pesquisas que investigam o fator “nível escolaridade” dos indivíduos de um determinado grupo, geralmente envolvem o indicador de escolaridade do pai e da mãe. Há posicionamento consolidado de que, quanto maior a escolaridade destes, maior é o estímulo e o incentivo para que os filhos procurem atingir o mais alto nível de ensino possível. As tabelas 29 e 30 apresentam respectivamente o nível de escolaridade dos pais e das mães dos egressos que responderam ao questionário.

Tabela 29 - Nível de escolaridade do pai

	Frequência	Porcentual	Porcentual acumulado
Analfabeto	1	1,2	1,2
Primário incompleto	8	9,5	10,7
Primário completo	11	13,1	23,8
Ginásio incompleto	17	20,2	44,0
Ginásio completo	13	15,5	59,5
Médio incompleto	7	8,3	67,9
Médio completo	21	25,0	92,9
Superior incompleto	2	2,4	95,2
Superior completo	4	4,8	100,0
Total	84	100,0	

Tabela 30 - Nível de escolaridade da mãe

	Frequência	Porcentual	Porcentual acumulado
Analfabeto	1	1,2	1,2
Primário incompleto	10	11,9	13,1
Primário completo	6	7,1	20,2
Ginásio incompleto	15	17,9	38,1
Ginásio completo	14	16,7	54,8
Médio incompleto	8	9,5	64,3
Médio completo	21	25,0	89,3
Superior incompleto	2	2,4	91,7
Superior completo	7	8,3	100,0
Total	84	100,0	

Entre os pais, a distribuição de frequências é bastante diversa, havendo uma predominância entre as faixas de escolaridade “ginásio incompleto” e “médio completo”. Isto é, dos 84 respondentes, a maioria dos pais (69%) estudou entre a 5ª série do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio. Somente seis respondentes informaram que o pai cursou o ensino superior, sendo que, destes seis, apenas quatro concluíram a graduação. Com relação ao nível de escolaridade das mães, novamente a distribuição é diversificada, com a maior parte situada também entre as faixas de escolaridade “ginásio incompleto” e “médio completo”. Ou seja, as mães dos respondentes possuem, em sua maioria (69,1%), entre a 5ª série do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio.

Porém, ao se analisar a escolaridade das mães, em relação aos pais há um aumento considerável dos índices de ensino superior. De acordo com a tabela 30, nove egressos responderam que a mãe cursou o ensino superior, sendo que sete delas concluíram o curso que frequentaram.

4.2.3 Perfil Socioeconômico dos Entrevistados

A terceira e última parte do questionário enviado contém duas variáveis relacionadas ao perfil socioeconômico dos egressos. A análise concentra-se nos índices de escolaridade e de renda. O nível de escolaridade dos respondentes é apresentado na tabela 31.

Tabela 31 - Nível de escolaridade atual do egresso

	Frequência	Porcentual	Porcentual acumulado
Fundamental incompleto	1	1,2	1,2
Fundamental completo	1	1,2	2,4
Médio incompleto	9	10,7	13,1
Médio completo	44	52,4	65,5
Superior incompleto	22	26,2	91,7
Superior completo	7	8,3	100,0
Total	84	100,0	

Considerando que a escolaridade mínima para a matrícula no curso FIC era o ensino fundamental incompleto, verifica-se que o nível de escolaridade dos respondentes encontra-se bem acima do nível mínimo exigido. Obviamente, esse indicador reflete um aumento da escolaridade dos jovens em geral, e da própria exigência das Forças Armadas que tem priorizado, na seleção dos alistados, os voluntários com escolaridade mais elevada.

Observa-se na tabela 31 que apenas um dos egressos não possuía o ensino fundamental completo, enquanto há predominância absoluta (86,9%) dos que possuem o ensino médio ou mais, inclusive com 34,5% do total de respondentes com frequência em cursos de nível superior. Verificando-se que sete desses egressos concluíram o ensino superior, pode-se afirmar que no período de realização dos cursos FIC, os mesmos já se encontravam frequentando a graduação e, mesmo assim, não renunciaram a oportunidade de capacitar-se por meio do PRONATEC.

A segunda variável analisada no perfil socioeconômico dos egressos é a renda, e está descrita na tabela 32. Dos 80 egressos que responderam essa questão, a maior parte (70) informou uma renda mensal entre um e três salários mínimos. A faixa de renda com maior porcentual de respondentes (43,8%) compreende aqueles que recebem mais de um e até dois salários mínimos, ou seja, dentro dos padrões esperados para a realidade local e o perfil de escolaridade dos egressos.

Tabela 32 - Renda mensal

Renda	Frequência	Porcentual	Porcentual acumulado
Até 1 salário mínimo	7	8,8	8,8
Mais de 1 até 2 salários mínimos	35	43,8	52,5
Mais de 2 até 3 salários mínimos	28	35,0	87,5
Mais de 3 até 4 salários mínimos	8	10,0	97,5
Mais de 5 salários mínimos	2	2,5	100,0
Total	80	100,0	

A análise da possível influência do nível de escolaridade na remuneração e também outras prováveis inter-relações entre as variáveis de empregabilidade e continuidade dos estudos, é objeto de considerações na próxima seção deste capítulo.

4.3 Relação entre os fatores

Nesta seção apresentam-se as análises conjuntas de algumas variáveis que, no decorrer do levantamento dos dados, indicaram possuir uma relação entre si. São exibidas em tabelas conjuntas, a distribuição de frequências de variáveis relacionadas à empregabilidade e à continuidade dos estudos.

4.3.1 Relação entre empregabilidade e a área do curso

Primeiramente, buscou-se identificar uma possível relação entre a área do curso e a inserção no mercado de trabalho, além de fatores pertinentes como vínculo empregatício e se o egresso alguma vez trabalhou na área de formação. Para essa análise, foram considerados apenas os 49 respondentes que haviam deixado as Forças Armadas, tendo em vista que foram esses egressos que, em princípio, precisaram procurar trabalho.

Conforme a tabela 33, desses 49 egressos, 39 (79,59%) estavam trabalhando no momento da aplicação do questionário. Esse porcentual é bastante representativo e indica um nível elevado de inserção dos egressos no mercado de trabalho. É nesse grupo que são focalizadas as análises seguintes. Verifica-se que, independentemente da área do curso, a

inserção no mercado de trabalho ocorre. Não se pode afirmar, entretanto que exista dependência desta em relação àquela.

Tabela 33 - Egressos civis que possuem trabalho por área de formação

Área do Curso	Possui trabalho				Egressos Civis	
	SIM	Porcentual	NÃO	Porcentual	Total	Porcentual
Mec	22	44,90	6	12,24	28	57,14
EE	12	24,49	2	4,08	14	28,57
TI	3	6,12	2	4,08	5	10,20
Mec+EE	2	4,08	0	0,00	2	4,08
TOTAL	39	79,59	10	20,41	49	100

Mec = mecânica; EE = eletroeletrônica; TI = tecnologia da informação

Outra variável que se destaca nesse grupo de 39 egressos é que a sua inserção no mercado de trabalho ocorre, na maioria dos casos, de maneira formal. Por meio dos dados constantes da tabela 34, verifica-se que 33 respondentes (84,62%) são empregados com carteira assinada, ou seja, possuem o vínculo empregatício que lhes garante todos os direitos e benefícios previstos em lei.

Tabela 34 - Egressos civis empregados com carteira assinada

Área do Curso	Empregado com carteira assinada				Egressos Civis	
	SIM	Porcentual	NÃO	Porcentual	TOTAL	Porcentual
Mec	21	53,85	1	2,56	22	56,41
EE	9	23,08	3	7,69	12	30,77
TI	2	5,13	1	2,56	3	7,69
Mec+EE	1	2,56	1	2,56	2	5,13
TOTAL	33	84,62	6	15,38	39	100

Mec = mecânica; EE = eletroeletrônica; TI = tecnologia da informação

O indicador de maior significância na relação entre área do curso e inserção no mercado é, obviamente, se o trabalho que o egresso desempenha é na área de formação do curso FIC. A tabela 35 indica que não ocorre essa relação, tendo em vista que a maior parte dos respondentes não trabalham na sua área de formação.

Tabela 35 - Relação entre o trabalho e a área de formação – egressos civis

Área do Curso	Trabalha na Área de Formação				Egressos Civis	
	SIM	Porcentual	NÃO	Porcentual	TOTAL	Porcentual
Mec	6	15,38	16	41,03	22	56,41
EE	5	12,82	7	17,95	12	30,77
TI	0	0,00	3	7,69	3	7,69
Mec+EE	2	5,13	0	0,00	2	5,13
TOTAL	13	33,33	26	66,67	39	100

Mec = mecânica; EE = eletroeletrônica; TI = tecnologia da informação

Entretanto, esse diagnóstico da atual situação laboral dos egressos não esgota a possibilidade de que o curso tenha contribuído em algum momento para a sua inserção no mercado de trabalho. Nesse contexto, a tabela 36 apresenta os dados quanto à utilização da capacitação recebida no curso FIC em algum momento da vida profissional do egresso. Esse indicador também não reflete uma relação sólida entre realização do curso e inserção no mercado, pois pode-se observar que a maioria dos respondentes nunca trabalhou na área de formação.

Entretanto, como no trabalho realizado, ainda que não exija a capacitação recebida, muitas vezes pode se utilizar os conhecimentos adquiridos, a variável seguinte foi colocada em análise. Essa variável busca identificar se, embora o trabalho realizado não seja diretamente na área do curso, ele possui alguma relação com essa área, ou seja, se em algum momento da vida laboral do egresso, lhe é permitido aplicar, mesmo que de forma superficial, alguns dos conhecimentos ou práticas adquiridas no curso FIC. A tabela 37 exhibe as respostas dessa variável.

Tabela 36 - Egressos civis que em algum momento trabalharam na área de formação

Área do Curso	Trabalhou na Área de Formação				Egressos Civis	
	SIM	Porcentual	NUNCA	Porcentual	TOTAL	Porcentual
Mec	7	17,95	15	38,46	22	56,41
EE	6	15,38	6	15,38	12	30,77
TI	0	0,00	3	7,69	3	7,69
Mec+EE	2	5,13	0	0,00	2	5,13
TOTAL	15	38,46	24	61,54	39	100

Mec = mecânica; EE = eletroeletrônica; TI = tecnologia da informação

Tabela 37 - Relação entre o trabalho e o curso - egressos civis

Área do Curso	Trabalho possui alguma relação com o curso				Egressos Civis	
	SIM	Porcentual	NÃO	Porcentual	TOTAL	Porcentual
Mec	10	25,64	12	30,77	22	56,41
EE	5	12,82	7	17,95	12	30,77
TI	2	5,13	1	2,56	3	7,69
Mec+EE	2	5,13	0	0,00	2	5,13
TOTAL	19	48,72	20	51,28	39	100,00

Mec = mecânica; EE = eletroeletrônica; TI = tecnologia da informação

Outra questão a ser analisada era se a realização de mais de um curso aumenta as chances de inserção. Verificou-se que os quatro egressos que fizeram dois cursos FIC possuíam trabalho. Dois deles responderam que trabalhavam parcialmente na área em que se formaram, e os quatro afirmaram que o trabalho atual possuía alguma relação com o curso ou cursos que fizeram. Não se pode afirmar que a realização dos cursos significou garantia de inserção no mercado de trabalho, mas considerando que, para esses quatro egressos o objetivo principal ao concluir o curso era capacitar-se para oportunidades de trabalho fora das Forças Armadas, pode-se inferir que para esse pequeno grupo os objetivos foram atingidos.

De modo geral, pelas análises realizadas, pode-se afirmar que a realização dos cursos FIC não significa inserção no mercado de trabalho. As porcentagens verificadas nas tabelas de frequências indicam que, na maior parte dos casos observados, não existe relação entre a área

do curso e o trabalho desenvolvido pelos egressos, o que permite inferir que a realização do curso não foi essencial para a obtenção da vaga. Todavia, não se pode desprezar os casos, apesar de em menor número, nos quais os respondentes afirmaram trabalhar na área de formação, mesmo que em algum momento apenas, além daqueles que responderam que o trabalho possui alguma relação com a área do curso.

Esses casos demonstram que, se não há vagas para todos os egressos no mercado de trabalho, dentro de uma determinada área, pelo menos quando essas oportunidades surgem, há pessoal qualificado para provê-las. Aparentemente, a situação de existência de vagas e ausência de mão de obra qualificada não se aplica aos cursos FIC objetos desse estudo.

Convém ressaltar as informações extraídas da análise individualizada dos questionários, onde três egressos afirmaram que a realização do curso foi imprescindível, considerando que sem essa capacitação não estariam no emprego atual. Ademais, esses egressos se declararam muito satisfeitos com a atuação profissional na atualidade e consideraram que a sua remuneração está acima da média do mercado. Por outro lado, nenhum desses três egressos deu continuidade aos estudos em nível técnico ou superior, o que de fato aumenta ainda mais a contribuição do curso FIC para a sua situação, em termos de formação profissional.

4.3.2 Satisfação com trabalho

Esta subseção analisa se o grau de satisfação dos respondentes com a sua atividade profissional na atualidade tem relação com outros fatores, tais como situação (civil ou militar), área do curso e renda.

A primeira variável comparada com o grau de satisfação é a situação do egresso e está demonstrada conforme a distribuição de frequências da tabela 38. Observa-se que tanto militares quanto civis, declaram em sua maioria, estar satisfeitos ou muito satisfeitos com a sua atividade profissional na atualidade. Não se pode afirmar, portanto, que a situação do egresso influencia na satisfação, mas pode-se verificar a partir das frequências observadas que a situação de indiferença e insatisfação em relação à atividade profissional é mais evidentes nos egressos civis.

Tabela 38 - Grau de satisfação e situação do egresso

Grau de Satisfação	Militar		Civil		Total		
	Eg.	P	Eg.	P	Eg.	P	PA
Muito satisfeito	6	8,11	9	12,16	15	20,27	20,27
Satisfeito	25	33,78	15	20,27	40	54,05	74,32
Indiferente	3	4,05	12	16,22	15	20,27	94,59
Insatisfeito	1	1,35	3	4,05	4	5,41	100
Total	35	47,30	39	52,70	74	100	

Eg.= egressos; P = Porcentual; PA = Porcentual acumulado

Situação semelhante ocorre quando se avalia a atividade profissional do egresso em relação à área de formação. A tabela 39 exemplifica essa análise. Percebe-se que não há muita influência da área de formação entre os que se declaram satisfeitos ou muito satisfeitos. Entretanto, é nítido o aumento dos casos de indiferença e insatisfação entre os respondentes que afirmam não estar atuando em sua área de formação. Infere-se que, se não há garantia de satisfação quando se atua profissionalmente na área de formação, essa situação, pelo menos, diminui o grau de insatisfação com a atividade profissional.

Tabela 39 - Relação entre grau de satisfação e o trabalho na área de formação

Grau de Satisfação	Atua na área de formação		Não atua na área de formação		Total	
	Egressos	Porcentual	Egressos	Porcentual	Egressos	Porcentual
Muito satisfeito	7	9,46	8	10,81	15	20,27
Satisfeito	14	18,92	26	35,14	40	54,05
Indiferente	3	4,05	12	16,22	15	20,27
Insatisfeito	0	0,00	4	5,41	4	5,41
Total	24	32,43	50	67,57	74	100,00

Esse resultado é mais visível quando se analisa a tabela 40. Se o trabalho realizado pelo egresso, mesmo que não seja na área de formação, possui alguma relação com o curso realizado, é provável que o mesmo se declare muito satisfeito ou satisfeito. Se o trabalho não tem relação com o curso realizado, ainda assim muitos egressos se declaram satisfeitos. Porém, nessa última situação, ocorrem maiores casos de indiferença e insatisfação,

confirmando o fato de que, se há alguma relação entre a área do curso e o trabalho realizado, diminui o número de egressos insatisfeitos com a atividade profissional que desempenham.

Tabela 40 - Grau de satisfação e relação do trabalho com o curso

Grau de Satisfação	Trabalho tem relação com o curso		Trabalho não tem relação com o curso		Total	
	Egressos	Porcentual	Egressos	Porcentual	Egressos	Porcentual
Muito satisfeito	12	16,44	3	4,11	15	20,55
Satisfeito	21	28,77	19	26,03	40	54,79
Indiferente	6	8,22	8	10,96	14	19,18
Insatisfeito	0	0,00	4	5,48	4	5,48
Total	39	53,42	34	46,58	73	100,00

Existe uma outra condição que também pode influenciar a satisfação dos egressos em relação a sua atividade profissional. A renda do trabalhador pode ser um fator determinante não só para a satisfação no trabalho, como também para a própria manutenção de uma situação de insatisfação em detrimento de outros fatores laborais. A tabela 41 exibe os dados comparados entre grau de satisfação e renda.

Tabela 41 - Relação entre renda mensal e grau de satisfação com o trabalho

Renda mensal	Muito satisfeito		Satisfeito		Indiferente		Insatisfeito		Total	
	Eg.	P	Eg.	P	Eg.	P	Eg.	P	Eg.	P
Até 01 SM	0	0,00	0	0,00	3	4,05	0	0,00	3	4,05
+ de 01 até 02 SM	7	9,46	17	22,97	8	10,81	3	4,05	35	47,30
+ de 02 até 03 SM	5	6,76	17	22,97	4	5,41	1	1,35	27	36,49
+ de 03 até 04 SM	2	2,70	5	6,76	0	0,00	0	0,00	7	9,46
+ de 04 até 05 SM	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
+ de 05 SM	1	1,35	1	1,35	0	0,00	0	0,00	2	2,70
Total	15	20,27	40	54,05	15	20,27	4	5,41	74	100

EG = egresso; P = porcentual; SM = salário mínimo

Verifica-se que não há uma relação direta entre renda mensal e grau de satisfação. Ou seja, os mais satisfeitos não são aqueles que possuem uma renda mensal maior. Há muitos egressos que se declaram satisfeitos ou muito satisfeitos mesmo possuindo uma renda relativamente baixa (entre um e dois salários mínimos). Entretanto, entre os que se declaram indiferentes ou insatisfeitos, não há nenhum com renda mensal nas faixas mais altas, o que pressupõe que uma renda mensal elevada, se não corresponde a um alto grau de satisfação com o trabalho, pelo menos não gera insatisfação ou indiferença.

Essas variáveis analisadas são apenas alguns exemplos de fatores que podem influenciar a satisfação do egresso com o trabalho. Há outras tantas não abordadas aqui que permitem realizar uma série de avaliações e que podem gerar um estudo exclusivamente sobre satisfação no trabalho, o que, obviamente, não é o escopo deste estudo.

4.3.3 Escolaridade e continuidade dos estudos

Na presente subseção são avaliados os fatores que se relacionam com a escolaridade e a continuidade dos estudos. Inicialmente, são analisados os dados dos egressos que se encontram na situação de civil, para verificar se a variável escolaridade contribui de alguma forma com a inserção no mercado de trabalho.

Dos 84 respondentes, 49 são civis, dos quais 39 afirmaram estar ocupados com atividade profissional. Dez egressos responderam que estavam apenas estudando ou não estavam estudando nem trabalhando. A tabela 42 apresenta os números relativos a esses casos.

Nota-se que dos 39 egressos que estão trabalhando, 37 possuem escolaridade equivalente ao ensino médio completo ou mais. Há uma predominância, portanto, entre os egressos ocupados, daqueles com escolaridade mais elevada. Entre os que não estão trabalhando, há de se fazer uma ressalva aos seis egressos que possuem curso superior incompleto. Não são raros os casos em que o aluno abdica do trabalho para poder cursar a universidade, tendo em vista que a maioria dos cursos superiores são diurnos. Entretanto, como há diversas oportunidades de trabalho noturno, pressupõe-se que esse indicador revela uma opção do egresso em priorizar os estudos em relação ao trabalho no atual momento.

Tabela 42 - Relação entre escolaridade e empregabilidade – egressos civis

Escolaridade	Possui trabalho		Total
	SIM	NÃO	
Fund. Inc.	1	0	1
Médio Inc.	1	3	4
Médio Completo	19	1	20
Sup. Inc.	13	6	19
Sup. Completo	05	0	5
Total	39	10	49

Outra variável que se buscou analisar foi se há alguma relação entre a escolaridade e a ocupação do egresso na área de formação, conforme os dados apresentados na tabela 43.

Tabela 43 - Relação entre trabalho e área de formação – egressos civis

Escolaridade	Trabalha na área		Trabalhou na área		Total
	SIM	NÃO	SIM	NUNCA	
Fund. Inc.	0	1	0	0	1
Médio Inc.	1	0	2	1	4
Médio Completo	5	14	0	1	20
Sup. Inc.	5	8	2	4	19
Sup. Completo	2	3	0	0	5
Total	13	26	4	6	49

Verifica-se que a distribuição é bastante dispersa e não há como relacionar o nível de escolaridade com o trabalho na área de formação do curso FIC. Entre os que trabalham predominam os que exercem atividade fora da área do curso, assim como entre os que não trabalham predominam aqueles que nunca exerceram atividade relacionada à área de formação, independentemente do nível de escolaridade de ambos os grupos.

A relação entre o nível de escolaridade e a renda é outro fator que merece consideração em estudos dessa natureza. Baseada em pesquisas sociodemográficas realizadas no Brasil, há uma tendência a se inferir que quanto maior a escolaridade maior é a renda do

trabalhador. A tabela 44 exibe os dados de escolaridade e de renda dos egressos civis e revela uma situação que destoa dessa tendência.

Tabela 44 - Relação entre renda mensal e escolaridade – egressos civis

Renda mensal	Escolaridade – egressos civis					
	Fund. Inc.	Médio Inc.	Médio Comp.	Sup. Inc.	Sup. Comp.	Total
Até 01 SM			3			3
+ de 01 até 02 SM		1	9	8	3	21
+ de 02 até 03 SM	1		5	3		9
+ de 03 até 04 SM			2	2		4
+ de 04 até 05 SM						
+ de 05 SM					2	2
Total	1	1	19	13	5	39

SM = salários mínimos

Por meio dos dados apresentados na tabela acima, não se pode afirmar claramente que a renda mensal aumenta proporcionalmente com o nível de escolaridade dos egressos. O que se pode constatar é que há uma predominância de egressos com renda mensal entre um e dois salários mínimos, mas essa renda não está relacionada a sua escolaridade, pois nessa faixa de renda encontram-se desde egressos com nível médio incompleto até egressos com nível superior completo. Essa influência da escolaridade no nível de renda é ainda menos perceptível quando se analisa os egressos que continuaram nas Forças Armadas, conforme a tabela 45

Observa-se que, entre os 35 respondentes que continuam no serviço militar, também ocorre uma predominância de renda mensal nas faixas de um a três salários, independentemente do nível de escolaridade.

Tabela 45 - Relação entre renda mensal e escolaridade – egressos militares

Renda mensal	Escolaridade – egressos militares					
	Fund. Comp.	Médio Inc.	Médio Comp.	Sup. Inc.	Sup. Comp.	Total
Até 01 SM						
+ de 01 até 02 SM	1	3	7	2	1	14
+ de 02 até 03 SM		1	15	1	1	18
+ de 03 até 04 SM		1	2			3
+ de 04 até 05 SM						
+ de 05 SM						
Total	1	5	24	3	2	35

SM = salários mínimos

No meio militar, essa situação é melhor entendida em função da classificação dos trabalhadores nas respectivas graduações (soldado, cabo e sargento), cujo acesso depende de um nível mínimo de escolaridade, mas uma vez atingida a referida graduação, o aumento da escolaridade não significa elevação da renda.

Finalmente, a última análise dessa subseção refere-se a uma possível influência da escolaridade dos pais no nível de escolaridade dos egressos. Por meio dos dados apresentados na tabela 46, percebe-se uma elevação da escolaridade dos filhos em relação aos pais, mas sem que isso represente uma influência direta.

Tabela 46 - Relação entre escolaridade do egresso e escolaridade dos pais

Escolaridade do egresso	Egressos	Até o EFC		Até o EMC		Sup. Inc. ou mais	
		Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe
Até o EFC	2	2	2				
Até o EMC	53	36	34	16	16	1	3
Sup. Inc. ou mais	29	12	10	12	13	5	6
Total	84	50	46	28	29	6	9

EFC = ensino fundamental completo; EMC = ensino médio completo; Sup. Inc. = superior incompleto

O que se observa é que nos extremos há uma certa correspondência. Por exemplo, os dois egressos que estudaram até completar o ensino fundamental, são filhos de pais e mães que também estudaram somente até esse nível de ensino. A linha onde constam os egressos que concluíram ou estão cursando o ensino superior, é a que contém o maior número de pais e mães também com ensino superior, seja completo ou incompleto. Na faixa intermediária, ou seja, aquela em que constam os que tiveram acesso ao ensino médio, e que contém o maior número de egressos (53), constata-se uma tendência de elevação da escolaridade dos filhos em relação à escolaridade dos pais e mães.

Essa elevação, entretanto, pode não ser decorrente da influência familiar, mas estar relacionada às necessidades do mercado, tendo em vista que na atualidade, a exigência do ensino médio passou a ser um requisito de contratação, inclusive para o desempenho de funções básicas seja na indústria, comércio ou serviços. Dessa forma, não se pode afirmar que a cobrança e o incentivo dos pais para a continuidade dos estudos seja um fator determinante, embora se reconheça a sua contribuição para a elevação da escolaridade dos filhos.

4.4 Síntese dos resultados

O quadro 10 apresenta o resumo deste capítulo com a síntese dos resultados obtidos a partir da análise das frequências observadas nos questionários respondidos. O que se identifica nessa análise é uma consciência do jovem, sujeito às mudanças e condições do mercado de trabalho, de que, o conhecimento e a qualificação, em diversas áreas e em qualquer nível de ensino, podem significar o seu ingresso e permanência no labor.

<p style="text-align: center;">PERFIL DA POPULAÇÃO ESTUDADA</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Total de 345 egressos dos cursos FIC, militares temporários do Exército e da Aeronáutica, cujas OM estão localizadas no município de Santa Maria; - 45,5% realizaram cursos na área de mecânica; - Cursos com maior número de egressos: Desenhista Mecânico, Programador WEB e Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão; - 32 egressos tiveram a oportunidade de fazer mais de um curso; - Aproximadamente 60% dos egressos nascidos na região central; - Cerca de 90% residentes na região central. - 66% eram soldados; - Militares provenientes de 19 OM distintas; - 62% com ensino médio completo; - 56,8% na faixa etária entre 20 e 23 anos.
<p style="text-align: center;">OBJETIVOS</p>	<p style="text-align: center;">RESULTADOS</p>
<p>Identificar a situação dos egressos dos Cursos FIC, realizados pelo CTISM no âmbito do PRONATEC, em termos de inserção no mercado de trabalho</p>	<ul style="list-style-type: none"> - 84 respondentes: 58,33% civis e 41,67% militares; - 74 (mais de 80%) estão trabalhando; - Apenas 3,57% considerados “desocupados”; - 84,62% dos egressos civis empregados com carteira assinada.
<p>Verificar se a inserção dos egressos no mercado de trabalho tem relação com a realização dos cursos FIC</p>	<ul style="list-style-type: none"> - 50% dos respondentes não trabalham na área de formação; - 46% nunca trabalhou na área de formação; - 46,6% possuem um trabalho que não tem nenhuma relação com o curso; - 53,4% exercem uma atividade que tem alguma relação, mesmo que fraca, com a área do curso.
<p>Avaliar, a partir da percepção dos egressos, de que maneira a realização do curso FIC contribuiu para a sua colocação no mercado de trabalho</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Para mais de 85% dos respondentes o motivo para a realização do curso foi o interesse pela área; - 74,3% se declararam satisfeitos ou muito satisfeitos com a sua atividade profissional atual; - Mais de 80% perceberam uma contribuição do curso FIC para o seu trabalho atual, seja de forma significativa, fundamental ou imprescindível; - Dos que trabalham na área, 51,3% consideram a capacitação recebida compatível com a exigência da atividade profissional; - 62% elencaram como principal objetivo da conclusão do curso, a capacitação para oportunidades de trabalho fora das Forças Armadas.
<p>Verificar se os egressos deram prosseguimento aos estudos após a realização do curso FIC</p>	<ul style="list-style-type: none"> - 19% dos respondentes cursaram outro curso FIC após a conclusão do primeiro; - 44% cursaram ou estavam cursando curso de nível técnico ou superior; - Constatou-se uma tendência de elevação da escolaridade dos egressos quando comparada à escolaridade de seus pais.
<p>Propor medidas que possam aumentar a contribuição desses cursos como forma de inserir o jovem no mercado de trabalho e incentivar a continuidade dos estudos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a carga horária total dos cursos, bem como o tempo de atividade prática do aluno em contato direto com as máquinas; - Necessidade de que o parceiro demandante possua conhecimento da realidade local e regional para a proposição de novas ações; - Integração com o Departamento de Relações Empresariais e Comunitárias, buscando oportunidades de estágios para esses egressos; - Utilizar-se do ensino a distância para proporcionar aula teóricas e complementares, priorizando-se os encontros presenciais com atividades práticas.

Quadro 10 - Síntese dos Resultados

Fonte: elaborado pelo autor

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se a análise e discussão dos resultados apresentados, a partir da fundamentação teórica, alcançou-se a resposta ao questionamento norteador desse estudo: que resultados apresenta a realização de cursos de formação inicial e continuada no âmbito do PRONATEC em termos de inserção no mercado de trabalho?

Convém ressaltar que, quando se trata de estudos que envolvem pessoas e percepções, como é o caso das ciências sociais, as respostas não são tão simples e diretas como em outros campos de estudo.

Quanto ao objetivo geral deste estudo, a verificação de como se configura a inserção no mercado de trabalho dos egressos dos cursos de formação inicial e continuada, realizados em parceria entre a UFSM e as Organizações Militares de Santa Maria, constatou-se que esses jovens têm obtido êxito em manter-se ocupados, seja no âmbito das Forças Armadas, seja fora delas.

Em princípio, observa-se uma perspectiva favorável, uma vez que, do total de egressos que responderam à pesquisa, apenas três podem ser considerados “desocupados”, ou seja, não estavam trabalhando e nem estudando.

Em um período de crise econômica, no qual as taxas de desemprego vêm apresentando sucessivas altas, detectar que de 84 egressos, 74 estão trabalhando, é um resultado que instiga o aprofundamento na questão. Todavia, condicionar diretamente essa situação dos trabalhadores à realização dos cursos FIC é uma conclusão improvável. Ao constatar que muitos egressos conseguiram permanecer nas Forças Armadas, duas discussões se apresentam.

Primeiramente, se o egresso continuou no serviço militar, é um postulante a menos às vagas de trabalho da vida civil, ou seja, mesmo capacitado esse trabalhador não é sequer considerado pelo empregador quando este procura um profissional qualificado em determinada área. Por outro lado, devido às características do município de Santa Maria, detentor do segundo maior contingente militar do país, não há como desconsiderar que o serviço militar, mesmo o temporário, é um grande mercado absorvedor de mão de obra.

Desse modo, a capacitação de profissionais por meio de cursos nos eixos industrial e tecnológico, não significa restringir a sua área de atuação ao setor industrial e de serviços. Os resultados demonstram que alguns egressos inclusive procuraram a qualificação como uma forma de aumentar as suas chances de permanecer nas Forças Armadas.

Supõe-se que, assim como em qualquer outro setor, havendo menos vagas do que o número de interessados, a tendência é de que o profissional mais capacitado tenha vantagem sobre aquele que não buscou qualificar-se.

A segunda discussão refere-se ao fato de que, se esse egresso não disputou uma vaga na sua área de capacitação, sequer tem condições de avaliar a sua preparação, muito menos procurar sanar possíveis deficiências que venha a possuir na sua formação.

O mercado de trabalho tem se mostrado dinâmico e ávido por profissionais que dominem as habilidades necessárias, mas essencialmente, que tenham propensão a aprender novas técnicas com a mesma velocidade com a qual o processo produtivo se transforma. Nesse cenário, a capacitação recebida e não colocada imediatamente em prática, pode comprometer a atuação do profissional. Decorrido um longo período de tempo, esse profissional está sujeito a deparar-se com oportunidades que julgava estar preparado, e nesse dado momento percebe que não está mais.

Essas são reflexões que surgem a partir dos resultados obtidos, pois a percepção do egresso quanto a sua qualificação pode mudar diante de uma situação real de competição no mercado de trabalho.

Ao se analisar a inserção no mercado e a relação com a realização do curso FIC, verificou-se que na maioria dos casos não há uma vinculação de dependência. Os resultados mostraram que a contribuição do curso FIC para a situação atual dos egressos ocorre de forma indireta, até mesmo superficial. São poucos os casos (mas não menos importantes) em que os egressos afirmaram exercer uma atividade relacionada à área do curso que concluíram. Nesse sentido, há uma dificuldade de se mensurar a contribuição dos cursos para a situação profissional dos egressos.

Qual indicador é mais relevante? A grande quantidade de egressos que conseguiu trabalho mesmo sem utilizar as habilidades aprendidas no curso ou o reduzido número de egressos que declarou a imprescindibilidade do curso, sem o qual não estariam no atual emprego?

Nessa avaliação reside uma série de fatores que podem ser simplificados, ao se optar por uma análise prioritariamente quantitativa. Por outro lado, o aprofundamento na realidade de cada um desses egressos pode resultar em uma apreciação mais fidedigna, ainda que carregada de elementos subjetivos.

Em síntese, pode-se deduzir que, na ausência das condições adequadas para uma análise quantitativa estatisticamente aceitável, e diante da impossibilidade de se adentrar profundamente na realidade desses egressos, a contribuição dos cursos FIC na vida

profissional de cada um, objetivamente, é muito reduzida para a maioria deles. Entretanto, para alguns, a influência do curso para a sua condição profissional é, subjetivamente, essencial.

Ao considerar que o curso FIC pode ser o início de uma trajetória na Educação Profissional e que a elevação do nível de escolaridade também contribui para elevar as condições de competir no mercado de trabalho, esse estudo buscou identificar se, a partir da conclusão do curso, o egresso procurou continuar seus estudos.

O perfil dos egressos revelou uma condição bastante razoável em termos de escolaridade, com grande parte deles possuindo um nível de ensino bem acima do mínimo exigido para a matrícula nos cursos FIC. Combinado com a possibilidade de realizar o curso durante o horário de trabalho, sob o regime disciplinar dos servidores militares, as taxas de conclusão alcançadas são dignas de destaque em qualquer avaliação de indicadores de permanência e evasão.

A propósito, essa condição suscitou outra dúvida em relação à inserção dos egressos no mercado de trabalho. Levando-se em conta as opiniões dos entrevistados no estudo exploratório, o que tem mais influência no currículo desses egressos? A qualificação recebida ou a sua condição de reservista? A disciplina e a facilidade em cumprir ordens podem ser requisitos mais apreciados do que o conhecimento na área de atuação?

Observou-se, principalmente, no relato do Supervisor de Produção que ambas as características são importantes e complementares. No entanto, conforme a sua percepção, a deficiência na formação pode ser sanada (treinamento na própria empresa), enquanto problemas comportamentais, comumente apresentados pelos jovens em geral, são mais difíceis de serem modificados. Por esse motivo, depreende-se que em algumas empresas a condição de ex-militar é mais valorizada do que a própria qualificação.

Ao analisar-se a continuidade dos estudos, os resultados demonstraram que uma grande parcela dos egressos seguiu buscando a sua qualificação, tanto pela realização de outros cursos FIC, quanto pela frequência em cursos técnicos e superiores. Apesar de a maioria afirmar não haver relação entre o curso técnico ou superior e a área do curso FIC, não se pode negar que a contribuição deste para a continuidade dos estudos pode ser compreendida por outro ponto de vista.

Ao abrir suas portas a um público até então distante e desconhecedor de sua estrutura, o CTISM oportunizou para muitos desses egressos, não só o primeiro contato com a Educação Profissional, mas também a primeira oportunidade de adentrar à UFSM na condição de aluno dessa instituição.

Tendo em vista a origem desses alunos, quase que na sua totalidade, provenientes de escolas públicas estaduais ou municipais de ensino fundamental e médio, cuja precarização da estrutura é de conhecimento geral, é de se admitir que o ambiente de estudo vivenciado durante a realização do curso FIC, com a infraestrutura adequada, professores qualificados, laboratórios equipados, fornecimento de material didático e uniforme, além de auxílio para transporte e alimentação, tenha influenciado positivamente os egressos na busca por outras oportunidades para seguir seus estudos, seja na UFSM ou em outra instituição com condições similares.

As considerações descritas até aqui, respondem aos quatro primeiros objetivos específicos da pesquisa, porém é no quinto objetivo, talvez um dos mais importantes, que reside a maior dificuldade: propor medidas que possam aumentar a contribuição desses cursos como forma de inserir o jovem no mercado de trabalho e incentivar a continuidade dos estudos.

No campo das ideias e, em se tratando de políticas públicas, todo cidadão aparenta ter entendimento da melhor maneira de aplicar os recursos públicos e solucionar os problemas do país. Entretanto, quando se estuda profundamente um assunto ou uma determinada realidade, percebe-se que não só as demandas são variadas, como também as soluções são complexas.

Em termos de proposições, o que se pode indicar a partir deste estudo, é a consideração da realidade local e regional para o planejamento de novos cursos. A própria mudança no sistema de pactuação de vagas do PRONATEC, de certa forma, corrigiu essa distorção. Desde 2015 são os demandantes que definem os cursos e vagas que pretendem ocupar. A partir de então, os ofertantes que se enquadram no perfil dos cursos requisitados, e ofertam pelo Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) a quantidade de vagas que tem condições de atender.

Não significa, de forma alguma, afirmar que o modo anterior de pactuação de vagas estava errado ou não obteve resultados positivos. Pelo contrário, no caso em tela, foi justamente o fato de o CTISM planejar adequadamente a oferta de cursos e vagas dentro da sua competência e capacidade, aliado ao processo de destinação das vagas adotado pelas OM, que propiciou os resultados tão significativos em termos de ocupação das vagas e conclusão dos cursos. Por esse motivo, quando a lógica se inverte, ou seja, quando o órgão demandante se articula para requisitar os cursos e vagas, espera-se dele essa mesma seriedade e planejamento, a fim de se evitar desperdício de recursos com vagas ociosas e altas taxas de evasão.

Como os principais parceiros demandantes são os Ministérios e as Secretarias Estaduais de Educação, órgãos que não estão imersos no conhecimento da realidade local, é essencial que se tenha um canal de comunicação direta que permita às empresas e agências de emprego e recrutamento (reais demandantes), informar a sua necessidade de mão de obra, a fim de que não se desperdice investimento em projetos de cursos que não conseguirão atender a demanda local.

Outra proposição é que se considere, no planejamento de novos cursos, uma parcela da carga horária, mesmo que reduzida, exclusivamente para a realização de atividades práticas, de forma que se permita a todos os alunos um mínimo de contato, ainda que em ambiente simulado, com o que seria o dia a dia da atividade na empresa.

Recomenda-se a integração ao processo do Departamento de Relações Empresariais e Comunitárias (DREC) do CTISM, a fim de cooptar empresas parceiras que estejam dispostas a receber os alunos para um breve período de estágio prático, com vistas a propiciar ao aluno a vivência do chamado “chão de fábrica”.

Por fim, dada a amplitude de áreas em que o CTISM passou a atuar, inclusive no ensino a distância no qual se tornou referência, convém avaliar a possibilidade de que, obedecidos as normas legais, possam ser ofertados novos cursos FIC semipresenciais, ou seja, com parte realizada na modalidade a distância (teórica) e parte executada de forma presencial (avaliações e aulas práticas).

Como limitações deste estudo, pode-se elencar, primeiramente, a inacessibilidade ao público alvo. Mesmo com um banco de dados cadastrais bastante completo, levantado a partir dos registros disponíveis na Coordenadoria de Registros Escolares do CTISM, houve imensa dificuldade em contatar os egressos, mesmo utilizando-se de diversos meios (telefone, e-mail, rede social).

Atualmente, a facilidade com que se realiza a troca de número de telefone, bem como o desuso de endereços de e-mail, ou seja, o avanço da tecnologia nesse sentido, dificulta mais do que facilita a tarefa de quem procura um egresso da instituição. Essa dificuldade culminou, conseqüentemente, com o baixo retorno de questionários respondidos, inviabilizando a adoção de amostra aleatória probabilística e, portanto, impossibilitando a generalização dos resultados obtidos para a toda a população do estudo.

Além disso, mesmo entre os egressos contatados, houve um intenso trabalho de conscientização, buscando explicitar a importância deste estudo e, principalmente, da participação deles para que os objetivos fossem alcançados. Mesmo assim, dos 166 egressos com os quais foi possível realizar contato, pouco mais da metade respondeu ao questionário

enviado. Alguns egressos chegaram a questionar no grupo criado na rede social sobre a possibilidade de realização de novos cursos e se teriam oportunidade de matricular-se mesmo tendo saído das Forças Armadas. Porém, esses mesmos egressos não tiveram o senso colaborativo de preencher o questionário.

Esse exemplo revela um aspecto bastante presente na sociedade brasileira. O cidadão está bastante consciente de seus direitos e atento às políticas públicas que os atingem. Entretanto, quando se trata de dar um retorno à sociedade, ou seja, quando o cidadão precisa manifestar-se de forma colaborativa para a análise desses programas, acaba por se omitir, inviabilizando muitas vezes uma avaliação mais criteriosa dos resultados.

Não é surpresa, portanto, que os dados divulgados do PRONATEC em âmbito nacional, passíveis de avaliação, sigam restritos à oferta de vagas, matrículas e alunos formados, afinal são essas as informações as quais o governo dispõe em seus bancos de dados.

Uma avaliação mais efetiva do programa, que considere a inserção no mercado de trabalho dos seus egressos pode e deve ser feita. Mas para isso, o cidadão beneficiado pelo PRONATEC necessita ter consciência de que a sua participação é essencial, não só para a manutenção do programa como para detectar as mudanças necessárias para aperfeiçoá-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVILA, S. de F. O. **Novas Demandas de Formação Profissional no Capitalismo Contemporâneo: Adaptação ou Autonomia?** In: XII Conferência Anual da Associação Internacional para o Realismo Crítico. Rio de Janeiro: UFF, 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/76T.pdf>>. Acesso em: 19 jan 2015.

BRANDÃO, C. R. **Educação popular**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 86 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n. 75, de 15-10-2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 out. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf> Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 5.241, de 22 de agosto de 1927**. Cria o ensino profissional obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União, bem como no Colégio Pedro II e estabelecimentos a este equiparados e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5241-22-agosto-1927-563163-publicacaooriginal-87295-pl.html>. Acesso em 12 mar. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 17 out. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 17 out. 2014.

BRASIL. **Lei nº 1.076, de 31 de março de 1950**. Assegura aos estudantes que concluírem curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássico e científico e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1076-31-marco-1950-363480-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 15 abr. 2015.

BRASIL. **Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953.** Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1821.htm> Acesso em: 15 abr. 2015.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm> Acesso em: 15 abr. 2015.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Revogada pela Lei nº 9.394, de 20.12.1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L5692.htm> Acesso em 20 abr. 2015.

BRASIL. **Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980.** Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6880.htm> Acesso em 15 ago. 2015.

BRASIL. **Lei nº 7.044 de 18 de outubro de 1982.** Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Revogada pela Lei nº 9.394, de 20.12.1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7044.htm> Acesso em: 20 abr. 2015.

BRASIL. **Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994.** Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 .** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005.** Dá nova redação ao §5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm Acesso em 25 abr. 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 .** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm. Acesso em: 10 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando de Operações Terrestres do Exército. **Projeto Soldado Cidadão.** Disponível em: <http://www.coter.eb.mil.br/index.php/2011-10-08-09-04-19/soldado-cidadao>. Acesso em: 17 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de Gestão da Bolsa-Formação.** Disponível em: http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2012616171045462012226113854265manual_d_e_gestao_da_bolsa-formacao_-_novembro_de_2011.pdf. Acesso em: 17 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11/2012,** aprovado em 9 de maio de 2012 – Estabelece as diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=17576> Acesso em 22 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/proeja>. Acesso em: 30 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 08 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Concepções e Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica: política da EPT 2003-2010.** Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/painelsetorial/palestras/Luiz_Augusto_Caldas_Pereira_Concepcoes_Diretrizes.PDF>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Guia PRONATEC de Cursos FIC.** Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/fic/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Nota Informativa nº 110/2015.** Disponível em: <http://pronatec.turismo.gov.br/downloads/legislacao/novos/NI_110_Cronogramadepactuacao2015.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Prestação de Contas Ordinária: relatório de gestão 2010.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1064&id=14945&option=com_content&view=article>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Reforma Gerencial de 1995.** Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/rgp.asp>>. Acesso em: 22 nov. 2015

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS. **Projeto de Acompanhamento de Estudantes e de Egressos.** Disponível em: <http://www.ifgoias.edu.br/observatorio/images/downloads/projetos/projeto_acompanhamento_egressos.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos na Empresa: pessoas, organizações e sistemas.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1994. p. 67-76.

COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA. **Histórico.** 2013. Disponível em: <<http://www.ctism.ufsm.br/index.php/historico>>. Acesso em 15 abr. 2015

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação.** Tradução: Lucia Simonini. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 349 p.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Tradução: Magda F. Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata.** São Paulo: UNESP, 2000a. 190 p.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** São Paulo: UNESP, 2000b. 243 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

HERMIDA, J. F. **A Reforma Educacional na Era FHC (1995/1998 e 1999/2002):** duas propostas, duas concepções. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. João Pessoa: UFPB, 2012. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.48.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

HONORATO, H. G. **O Projeto Soldado Cidadão como política educacional profissional de inserção do jovem no mercado de trabalho.** In: XXVI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. Recife: ANPAE, 2013. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/HerculesGuimaraesHonorato-ComunicacaoOral-int.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

KUENZER, A. Z. Reforma da Educação Profissional ou Ajuste ao Regime de Acumulação Flexível? **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.5, n. 3, p. 491-508, nov. 2007/fev 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v5n3/09.pdf>>. Acesso em 19 jan. 2015.

LOBO, V. C. F. **A Educação Profissional como Política Pública:** uma análise do CEFETCE na virada dos anos 1990. 2008, 127 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: <http://www.uece.br/politicasuece/index.php/arquivos/doc_download/129-veracarlaferreiralobo>. Acesso em: 11 jan. 2015.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 317 p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006. 289 p.

MARINHO, A.; FAÇANHA, L. O. Programas Sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação. Rio de Janeiro: IPEA, 2011, 27p. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4060>.
Acesso em 12 nov. 2015

MEGGINSON, L.C. et al. **Administração: conceitos e aplicações**. 4.ed. São Paulo: Harbra, 1998, p.11-12.

OLIVEIRA, M. A. M. **Políticas públicas para o ensino profissional: o processo de desmantelamento dos CEFETS**. Campinas: Papirus, 2003. 96 p.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em administração**. 2011. Catalão: UFG, 2011. Disponível em:
<https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf>
Acesso em 03 ago. 2015.

PATRÃO, C. N.; FERES, M. M. **Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007)**. Brasília, 2009.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=6696&Itemid=>. Acesso em: 11 jan. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. 2015. Disponível em:
<
http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu_filho=793&cod_menu=790&tipo_menu=APRESENTACAO&cod_conteudo=1340>. Acesso em 12 abr. 2015.

ROCHA, S. A Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho. **Caderno CRH**. Salvador, v. 21, n. 54, p. 533-550, set/dez 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-49792008000300009&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 jan. 2015.

SALES, P. E. N.; OLIVEIRA, M. A. M. **Educação profissional e aprendizagem no brasil: trajetórias, impasses e perspectivas**. Disponível em:
<http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2010/Artigos/GT4/EDUCACAO_PROF_E_APREND.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2015.

SANTOS, J. A dos. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 205-224.

SAVIANI, D. A política educacional no Brasil. In: STEPHANOU, M. e BASTOS, M. H.C. (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol. III: século XX. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 29-38.

SEBRAE. Critérios de classificação de empresas: MEI – ME – EPP. 2015. Disponível em <<http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4154>>. Acesso em 05 mar 2015

TAVARES, M. G. **Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**: as etapas históricas da educação profissional no Brasil. In: IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/view/177/103>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

TORRES, M. D. de F. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 224 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Apresentação executiva**. Santa Maria, 2012. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/docsie/indicadores/apresentacao_executiva_UFSM_2012.pdf>. Acesso em: 17 out. 2014.

WITTACZIK, L. S. Educação profissional no brasil: histórico. **E-Tech**: Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 77-86, 2008. Disponível em: <<http://revista.ctai.senai.br/index.php/edicao01/article/view/26/21>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução: Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 212 p.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução: Ana Thorell. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 248 p.

Apêndice A - Modelo de questionário utilizado

PESQUISA SOBRE O MERCADO DE TRABALHO DOS EGRESSOS DOS CURSOS FIC PRONATEC

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) egresso(a), convidamos você para participar da Pesquisa sobre "Mercado de Trabalho dos Egressos do Cursos FIC-PRONATEC", sob responsabilidade do pesquisador Jonas Carniel de Macedo do Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas da UFSM e orientação do Prof. Dr. Eugênio de Oliveira Simonetto, a qual pretende verificar a inserção no Mercado de Trabalho dos egressos dos Cursos FIC realizados pelo CTISM no âmbito da Bolsa Formação do PRONATEC, em cooperação com as Organizações Militares de Santa Maria, com o intuito de avaliar o resultado desse programa por meio de um diagnóstico da situação atual dos egressos frente ao mercado de trabalho e a continuidade dos estudos. Sua participação é voluntária e se dará por meio de preenchimento deste questionário. Se você aceitar participar, estará contribuindo e colaborando com a avaliação deste importante programa de incentivo à Educação Profissional. Se depois de consentir em sua participação você desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar o seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de dados, independente do motivo e sem prejuízo a sua pessoa. Você não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Você pode solicitar esclarecimentos antes, durante e depois da participação na pesquisa por meio dos telefones: (55) 32208045 ou (55) 91458535 ou pelo email: pronatecpesquisa2015@gmail.com

*Obrigatório

1. Li o Termo de consentimento livre e esclarecido e aceito responder a pesquisa *

() Sim

IDENTIFICAÇÃO

2. Nome: * _____

Essa informação é apenas para controle dos formulários respondidos e não será divulgada nos resultados da pesquisa.

3. Identifique o(os) curso(s) que você frequentou: *

Marque todas que se aplicam.

() Ajustador Mecânico

() Auxiliar de Eletricista

() Desenhista Mecânico

() Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão

() Instalador e Reparador de Redes de Computadores

() Montador de Painéis Elétricos

() Operador de Fresadora com CNC

() Operador de Máquinas de Usinagem com CNC

() Programador de Usinagem CNC

- Programador WEB
- Reparador de Circuitos Eletrônicos
- Soldador no Processo MIG/MAG
- Torneiro Mecânico

EMPREGABILIDADE

4. Você continua no serviço ativo das Forças Armadas?

- Sim *Ir para a pergunta 6.*
- Não

5. Há quanto tempo você saiu das Forças Armadas?

- Menos de 6 meses
- De 6 meses a 1 ano
- De 1 a 2 anos
- Mais de 2 anos

6. Qual foi o PRINCIPAL MOTIVO que o levou a matricular-se no curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) do PRONATEC?

- A área do curso era de meu interesse
- O curso era gratuito
- O curso era no horário do expediente
- O curso pagava bolsa
- Outro: _____

7. Atualmente você está:

- Trabalhando
- Trabalhando e estudando
- Apenas estudando *Ir para a pergunta 19.*
- Não está trabalhando e nem estudando *Ir para a pergunta 19.*

8. Você trabalha NA ÁREA em que se formou no curso FIC?

- Sim, totalmente
- Sim, parcialmente
- Não

Não sabe

9. Qual a sua satisfação em relação a sua ATIVIDADE PROFISSIONAL na atualidade?

Muito satisfeito

Satisfeito

Indiferente

Insatisfeito

Muito insatisfeito

10. Na sua opinião, como está a sua REMUNERAÇÃO em relação a MÉDIA do mercado?

Acima da média do mercado

Na média do mercado

Abaixo da média do mercado

11. Qual é a sua CARGA HORÁRIA semanal de trabalho?

Até 19 h

de 20 a 29 h

de 30 a 39 h

de 40 a 44 h

Acima de 44 h

12. Qual é o seu VÍNCULO EMPREGATÍCIO?

Empregado COM carteira assinada

Empregado SEM carteira assinada

Servidor público concursado

Autônomo/Prestador de serviços *Ir para a pergunta 14.*

Em contrato temporário

Estagiário

Proprietário de empresa/negócio

Outro: _____

13. Quantos funcionários tem a empresa/organização em que você trabalha (aproximadamente)? _____

14. Há quanto tempo você trabalha NA ÁREA PROFISSIONAL em que se formou no curso FIC?

Há menos de um ano

- de 1 a 2 anos
- de 2 a 5 anos
- mais de 5 anos
- Nunca trabalhou na área profissional de formação

15. Para a atividade que você exerce no seu trabalho atual, você considera que a capacitação obtida com a realização do curso FIC foi:

- Imprescindível, pois sem ela não estaria no emprego atual
- Fundamental, pois gerou novas oportunidades de trabalho
- Significativa, pois despertou o meu interesse por essa área de formação
- Indiferente, pois não me trouxe nenhum benefício ou vantagem

Outro: _____

16. Qual a relação entre o seu trabalho atual e a sua formação no curso FIC?

- Fortemente relacionada com a área profissional do curso FIC
- Fracamente relacionada com área profissional do curso FIC
- Não tem nenhuma relação com o curso FIC *Ir para a pergunta 18.*

17. Como é a EXIGÊNCIA DA SUA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL na atualidade?

- Inferior a recebida no curso FIC em que se formou
- Compatível com a recebida no curso FIC
- Superior a recebida no curso FIC em que se formou

18. Onde está LOCALIZADO o seu trabalho atual?

- No município de Santa Maria *Ir para a pergunta 20.*
- Em município com distância de até 50 Km de Santa Maria *Ir para a pergunta 20.*
- Em município com distância entre 50 e 100 Km de Santa Maria *Ir para a pergunta 20.*
- Em município com distância entre 100 e 400 Km de Santa Maria *Ir para a pergunta 20.*
- Em município com distância superior a 400 Km de Santa Maria *Ir para a pergunta 20.*

19. Após a conclusão do curso FIC, em algum momento você trabalhou na área em que se formou?

- Sim
- Não, pois não consegui vaga de trabalho nessa área
- Não, pois não teve interesse em trabalhar nessa área
- Não, porque encontrou trabalho melhor remunerado em outra área

() Não, porque priorizou a continuidade dos estudos em relação ao trabalho

() Outro: _____

20. Qual era o seu PRINCIPAL OBJETIVO ao concluir o curso FIC?

() Qualificar-se para manter-se no quadro das Forças Armadas

() Capacitar-se para oportunidades de trabalho fora das Forças Armadas

() Obter um certificado de uma instituição de ensino reconhecida

() Continuar os estudos na área de formação

() Outro: _____

CONTINUIDADE DOS ESTUDOS

21. Após a conclusão do seu primeiro curso FIC, você concluiu ou está cursando OUTRO CURSO FIC?

() Sim

() Não *Ir para a pergunta 24.*

22. Qual a relação entre a área profissional deste novo curso e o curso FIC anterior?

() Fortemente relacionada com a área profissional do curso anterior

() Fracamente relacionada com o curso anterior

() Não tem nenhuma relação com o curso anterior

23. Este outro curso que o você realiza ou realizou, é na mesma instituição em que fez o curso FIC anterior?

() Sim

() Não

24. Após a conclusão do seu curso FIC, você cursou ou está cursando algum CURSO DE NÍVEL TÉCNICO ou SUPERIOR?

() Sim

() Não *Ir para a pergunta 28.*

25. Qual a relação entre a área profissional do seu curso TÉCNICO ou SUPERIOR e o seu curso FIC?

() Fortemente relacionada com a área do curso FIC

() Fracamente relacionada com a área do curso FIC

() Não tem nenhuma relação com a área profissional do curso FIC

26. Este curso TÉCNICO ou SUPERIOR que você realiza/realizou, é na mesma instituição em que fez o curso FIC?

Sim

Não

27. Qual o nível de ensino desse curso?

Técnico Integrado ao Ensino Médio

Técnico Subsequente ao Ensino Médio

Superior

28. Em que tipo de escola você cursou o ensino fundamental (1ª a 8ª Série)?

Somente em escola pública

Somente em escola particular

Maior parte em escola pública

Maior parte em escola particular

29. Em que tipo de escola você cursou ou cursa o Ensino Médio (2º grau)?

Somente em escola pública

Somente em escola particular

Maior parte em escola pública

Maior parte em escola particular

30. Qual o nível de escolaridade do seu PAI?

Analfabeto

Primário incompleto (1ª a 4ª incomp.)

Primário completo (4ª série comp.)

Ginásio incompleto (5ª a 8ª incomp.)

Ginásio completo (8ª série completa)

Médio incompleto (2º Grau incomp.)

Médio completo (2º Grau completo)

Superior incompleto

Superior completo

31. Qual o nível de escolaridade da sua MÃE?

-)Analfabeto
-)Primário incompleto (1ª a 4ª incomp.)
-)Primário completo (4ª série comp.)
-)Ginásio incompleto (5ª a 8ª incomp.)
-)Ginásio completo (8ª série completa)
-)Médio incompleto (2º Grau incomp.)
-)Médio completo (2º Grau completo)
-)Superior incompleto
-)Superior completo

PERFIL DO ENTREVISTADO

32. Qual o seu nível de escolaridade atual?

-)Fundamental incompleto
-)Fundamental completo
-)Médio incompleto
-)Médio completo
-)Superior incompleto
-)Superior completo

33. Considerando o salário mínimo federal de R\$ 788,00 qual a sua renda mensal em salários mínimos?

-)Até 1 salário mínimo
-)Mais de 1 a 2 salários mínimos (até R\$ 1.576,00)
-)Mais de 2 a 3 salários mínimos (até R\$ 2.364,00)
-)Mais de 3 a 4 salários mínimos (até R\$ 3.152,00)
-)Mais de 4 a 5 salários mínimos (até R\$ 3.940,00)
-)Mais de 5 salários mínimos (mais de R\$ 3.940,00)

Apêndice B – Roteiro da Entrevista realizada no Estudo Exploratório

Perguntas feitas ao Supervisor de Produção de uma empresa do setor metalmeccânico.

O senhor emprega pessoa (as) que fizeram algum curso do Programa Bolsa-Formação PRONATEC?

Quais os motivos que o levaram a contratar essa (as) pessoa (as)?

O fato dessa (as) pessoa (as) ter feito o curso foi determinante para a contratação?

De que forma essa pessoa chegou até sua empresa?

Como o senhor avalia o desempenho dessa (as) pessoa (as)? Pretende mantê-la (-las) na empresa?

A função que ela (as) exerce tem relação com o curso que ela (as) realizou?

O senhor está satisfeito com a formação dessa (as) pessoa (as). Identificou alguma carência ou deficiência na formação?

Qual a sua opinião geral sobre os cursos do Programa Bolsa-Formação PRONATEC realizados através da articulação UFSM/CTISM e Organizações Militares de Santa Maria?

O senhor identificou alguma característica peculiar nos egressos desses cursos que senhor contratou?

Perguntas feitas ao Supervisor da Área Mecânica no CTISM.

Em relação ao público alvo dos cursos FIC do Programa Bolsa-Formação PRONATEC realizados pelo CTISM, quais as principais facilidades e dificuldades observadas?

Como a capacitação recebida contribuiu para a empregabilidade dos egressos?

Como o senhor avalia a evolução do aluno entre o início e a conclusão do curso?

O senhor conhece casos de ex-alunos que conseguiram emprego decorrente dessa qualificação recebida?

Qual a sua opinião geral sobre os cursos do Programa Bolsa-Formação PRONATEC realizados através da articulação UFSM/CTISM e Organizações Militares de Santa Maria?

Perguntas feitas ao servidor militar designado para acompanhar o processo de matrículas e acompanhamento dos militares durante os cursos.

Qual o objetivo das Organizações Militares ao firmarem essa parceria com o CTISM para a realização dos Cursos FIC-PRONATEC? Na sua avaliação, esses objetivos foram atingidos?

Quais as principais dificuldades observadas? E quais os principais pontos positivos?

Qual o critério para matrícula dos alunos? Houve algum tipo de orientação ou direcionamento?

Na sua opinião, a realização do curso aumenta efetivamente a possibilidade do militar que deu baixa inserir-se no mercado de trabalho? O senhor tem conhecimento de algum caso real?

A realização do curso contribui para aumentar as chances de o militar permanecer nas Forças Armadas?

Qual das características o senhor considera mais importante como diferencial para a contratação de um profissional: a condição de ex-militar ou a qualificação recebida no Curso FIC?

Além do acompanhamento da situação legal do reservista, existe algum outro tipo de acompanhamento?

A sua organização militar costuma receber contato de empresas buscando informações sobre ex-militares para contratação?

Qual a sua opinião geral sobre os cursos do Programa Bolsa-Formação PRONATEC realizados através da articulação UFSM/CTISM e Organizações Militares de Santa Maria?